



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 31 DE OUTUBRO DE 2024

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 1 minuto.

Concluiu-se o debate conjunto, na generalidade, das Propostas de Lei n.ºs [8/XVI/1.ª](#) (GOV) — Aprova as Grandes Opções para 2024-2028 e [26/XVI/1.ª](#) (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2025, que foram aprovadas. Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro de Estado e das Finanças (Joaquim Miranda Sarmento), do Ministro da Agricultura e Pescas (José Manuel Fernandes), da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Maria do Rosário Palma Ramalho), do Ministro da Economia (Pedro Reis), da Ministra do Ambiente e Energia (Maria da

Graça Carvalho), e do Ministro da Presidência (António Leitão Amaro), os Deputados [António Mendonça Mendes](#) (PS), [Mariana Leitão](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Rui Afonso](#) (CH), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Marina Gonçalves](#) (PS), [Nuno Gabriel](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Sandra Ribeiro](#) (CH), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Paulo Muacho](#) (L), [Miguel Arruda](#) (CH), [Alberto Fonseca](#) (PSD), [Sérgio Ávila](#) (PS), [Francisco Gomes](#) (CH), [Jamila Madeira](#) (PS), [Madalena Cordeiro](#) (CH), [Alexandra Leitão](#) (PS), [Joana Mortágua](#) (BE), [António Rodrigues](#) (PSD), [António Filipe](#) (PCP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Marisa Matias](#) (BE), [Ana Gabriela Cabilhas](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), José

Moura Soeiro (BE), Nelson Brito (PS), Alfredo Maia (PCP), Amílcar Almeida (PSD), Walter Chicharro (PS), Pedro dos Santos Frazão (CH), Isabel Mendes Lopes (L), Carlos Silva (PS), Patrícia Carvalho (CH), Pedro Alves (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Miguel Cabrita (PS), Jorge Galveias (CH), Paulo Nuncio (CDS-PP), Carla Barros (PSD), Ana Bernardo (PS), Vanessa Barata (CH), Filipa Pinto (L), Bruno Nunes (CH), João Torres (PS), Bernardo Blanco (IL), Gonçalo Lage (PSD), Pedro Coimbra (PS), Marta Martins da Silva (CH), José Rui Cruz (PS), Silvério Regalado (PSD), José Dias Fernandes (CH), Ricardo Pinheiro (PS), Bernardo Pessanha (CH), Hugo Costa (PS), Hugo Patrício Oliveira (PSD), Raquel Ferreira (PS), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Patrícia Gilvaz (IL), Pedro Pinto (CH), Rodrigo Saraiva (IL), Rui Tavares (L) e Carlos Reis (PSD).

Entretanto, o Presidente assinalou a presença, nas galerias, dos seguintes grupos de cidadãos, que foram aplaudidos pela Câmara: 26 alunos e professores da Escola Secundária de Camões, em Lisboa; 54 alunos e professores da Escola Secundária Frei Gonçalo de Azevedo; 14 presidentes das juntas de freguesia do concelho de Guimarães; 50 alunos e professores da Universidade Lusófona; 32 alunos e professores da Escola Básica e Secundária do Monte de Caparica; e 9 alunos do Seminário Maior de Cristo Rei dos Olivais, Patriarcado de Lisboa.

No encerramento do debate, intervieram, além do Ministro da Defesa Nacional (Nuno Melo), os Deputados Inês de Sousa Real (PAN), Paulo Nuncio (CDS-PP), Rui Tavares (L), Paulo Raimundo (PCP), Fabian Figueiredo (BE), Rui Rocha (IL), André Ventura (CH), Pedro Nuno Santos (PS) e Hugo Soares (PSD).

Entretanto, o Presidente assinalou, e a Câmara aplaudiu, a presença nas galerias de um grupo de 50 alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, de um grupo de 54 alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva e de um grupo de 55 alunos e professores da Universidade Autónoma de Lisboa.

Deu-se conta de um Deputado do PS que esteve presente, por videoconferência, nesta reunião plenária.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs 404/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PCP e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pelo falecimento do jornalista Emídio Fernando, 422/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento da etnomusicóloga Anne Caufriez e 427/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pelas vítimas da DANA em Espanha, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 420/XVI/1.<sup>a</sup> (PAR) — Deslocação do Presidente da República ao Equador.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 429/XVI/1.<sup>a</sup> (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão Estratégica e Financeira e à Tutela Política da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 396/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que desbloqueie as verbas necessárias para a requalificação da Escola Básica 2/3 de Azeitão e 427/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) —

Requalificação da Escola Básica de 2º e 3º ciclos de Azeitão.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 301/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que ratifique o Tratado do Alto Mar.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 12/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Sessão evocativa dos 50 anos da universalização do direito das mulheres ao voto em Portugal.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 243/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Em solidariedade com as mulheres do Irão na luta pela liberdade, 297/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que defenda, junto do Irão e da comunidade internacional, os direitos das mulheres iranianas e 384/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Apoio às mulheres do Irão e à sua luta pela liberdade.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 255/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que condene a aprovação pelo Afeganistão da Lei sobre propagação da virtude e prevenção do vício e o *apartheid* de género em curso naquele país contra meninas, raparigas e mulheres, 275/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Para que o Governo inste perante o Tribunal Penal Internacional que as medidas declaradas pelo regime Talibã contra as mulheres afegãs sejam consideradas «crime contra a humanidade», 286/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo que denuncie junto do Tribunal Penal Internacional o silenciamento da voz das mulheres e raparigas afegãs e 296/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que denuncie ao Tribunal Penal Internacional como crime contra a humanidade o ataque aos direitos das mulheres no Afeganistão.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 244/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que tome todas as medidas para defender a democracia e o Estado de direito na República Bolivariana da Venezuela, 312/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo que continue a empreender todos os esforços necessários para garantir a segurança da comunidade portuguesa residente na Venezuela, que continue a acompanhar de perto a situação política no país, que desenvolva a necessária atividade diplomática na defesa da transparência democrática e na garantia da integridade do resultado eleitoral que resultou da escolha do povo venezuelano, não reconheça, neste contexto, Nicolas Maduro como vencedor das eleições presidenciais, defenda, juntamente com a União Europeia e a comunidade internacional, o fim das violações de direitos humanos e da perseguição política na Venezuela; 359/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Pelo respeito da vontade do povo venezuelano e dos seus direitos, liberdades e garantias e 369/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Em apoio à luta pela democracia e pela integridade eleitoral na Venezuela.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 53 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Peço às autoridades para abrirem as portas das galerias a quem desejar assistir aos nossos trabalhos.

*Eram 9 horas e 1 minuto.*

Muito bom dia, Sr. Primeiro-Ministro e restantes membros do Governo.

Pedia aos Srs. Deputados o favor de se sentarem. Como devem ter reparado, o Governo já está também na Assembleia e estamos em condições de poder iniciar os nossos trabalhos.

*Pausa.*

Srs. Deputados, já temos pessoas a assistir aos nossos trabalhos, já temos o Governo na Sala, já temos quórum para começar os nossos trabalhos, só falta mesmo termos condições de silêncio para o fazer.

*Pausa.*

Eu vou repetir: só falta mesmo termos condições de silêncio para podermos começar os nossos trabalhos.

*Pausa.*

Eu vou elevar um bocadinho mais a voz: só falta mesmo termos condições de silêncio para podermos começar os nossos trabalhos! Srs. Deputados, está o Governo, e o Sr. Primeiro-Ministro, na Sala e estão cidadãos nas galerias a assistir. Muito obrigado.

Prosseguimos o debate, na generalidade, das Propostas de Lei n.ºs 8/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova as Grandes Opções para 2024-2028 e 26/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2025, e vou dar a palavra ao Sr. Ministro de Estado e das Finanças, para a sua intervenção inicial, que dispõe de 61 minutos e 35 segundos.

Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças** (Joaquim Miranda Sarmento): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Orçamento do Estado para 2025 é um Orçamento equilibrado, que melhora a vida dos portugueses e simplifica a das empresas. É um Orçamento bom para a economia e para o País.

Este é um Orçamento de uma governação que procura ser virtuosa, uma governação focada nas reformas e medidas estruturais para aumentar a produtividade e competitividade da economia portuguesa, gerando maior crescimento económico, uma governação que reduz impostos para as famílias e jovens, nomeadamente no IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares), mas também no IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e no imposto do selo, para a compra da primeira casa, bem como no IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas), para as empresas.

É uma governação que reforça a dotação orçamental para vários serviços públicos que se encontravam à beira do colapso ou, pelo menos, em acelerado estado de degradação; que valoriza as carreiras da Administração Pública, em particular em setores como a educação, as forças de segurança, a defesa e a saúde, mas também olha para as carreiras gerais, onde estamos a procurar um novo acordo, para o período 2025-2028, com os sindicatos da função pública.

É uma governação que acelera o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e a utilização de fundos europeus, promovendo também mais investimento público nacional; que aposta na concertação social, aumentando o salário mínimo nacional para 870 €, já em 2025, e para 1020 € em 2028, acima do previsto no Programa do Governo, e com uma previsão de aumento do salário médio para 1890 € até o final da Legislatura. Para este Governo, a concertação social é uma peça fundamental para as reformas essenciais da economia portuguesa.

É uma governação virtuosa porque consegue isto tudo com crescimento económico e equilíbrio das contas públicas.

Apesar da elevada incerteza internacional e dos riscos geopolíticos e económicos, a ação deste Governo não deixará de se pautar pelo reformismo, pela aposta no crescimento e inovação, pela melhoria dos salários e da qualidade dos serviços públicos.

Importa sublinhar que a margem disponível para estímulos orçamentais se encontra condicionada pela necessidade imperiosa de manter as contas equilibradas e a dívida pública numa trajetória descendente, fatores que são determinantes não só para reforçar a resiliência da economia portuguesa a choques adversos, mas também para que a estratégia de crescimento seja robusta e sustentável.

Com o nosso programa e as nossas medidas, pretendemos impulsionar a produtividade e a competitividade da economia portuguesa, aumentando o PIB (produto interno bruto) potencial, visando um crescimento económico mais robusto, superior a 3 % no final da Legislatura.

Só uma economia com maior produtividade e mais competitiva pode gerar maior crescimento económico. Só com mais crescimento económico é possível gerar a riqueza necessária para, de forma sustentada e prolongada no tempo, ter melhores empregos, com maiores níveis de remuneração, e ter melhores recursos para promover serviços públicos de qualidade e assegurar a função social do Estado.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, na ação do Governo destacam-se as medidas para melhorar os níveis de produtividade da economia portuguesa e a sua competitividade. A redução da carga fiscal sobre as empresas, bem como a redução dos custos de contexto, da burocracia e da morosidade dos licenciamentos são críticos para atrair investimento.

As medidas de incentivo à dimensão, capitalização e internacionalização tornam as empresas mais resilientes e competitivas no mercado global, mas é no capital humano que se joga muito do futuro de Portugal: no IRS Jovem, agora alargado a todos os jovens, com um período de 10 anos e um maior benefício fiscal, o que será um instrumento fundamental para reter e atrair mão de obra jovem, a que se somam as medidas na área da habitação; na política migratória, procurando atrair mão de obra para setores tão diversos, mas tão necessitados dessa mão de obra, como a agricultura, a indústria, a restauração e turismo, entre outros; no regime de IFICI+ (incentivo fiscal à investigação científica e inovação), procurando atrair investimento com empregos altamente qualificados.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, do ponto de vista orçamental, 2025 será o ano de arranque da reforma das finanças públicas,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — ... com a apresentação, no Parlamento, de uma profunda revisão da Lei de Enquadramento Orçamental; com o acelerar dos investimentos na área da gestão e controlo financeiro e orçamental; com a melhoria dos processos e procedimentos orçamentais; com a apresentação de uma nova lei orgânica do Ministério das Finanças, dotando-o de estruturas mais ágeis, capacitadas e dotadas dos recursos humanos e tecnológicos necessários a uma boa gestão financeira.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, em síntese, a oposição não consegue criticar um Orçamento do Estado que mantém o equilíbrio orçamental ao mesmo tempo que melhora a vida das pessoas, reforça o Estado social e os serviços públicos e contribui positivamente para a atividade das empresas.

Recuperar, reformar e relançar Portugal com responsabilidade é o modo de todo o trabalho desenvolvido até aqui pelo Governo, e agora no Orçamento para 2025: recuperar o Estado, valorizando os seus profissionais, reforçando as funções sociais e apostando numa imigração regulada e humanista; reformar o contexto económico, com mais competitividade, inovação, empreendedorismo e sustentabilidade; relançar o contrato social, reforçando rendimentos, investindo nas infraestruturas, na Administração Pública e na habitação, que é um direito fundamental.

Este é um Orçamento capaz de resolver os problemas das pessoas. É um Orçamento que demonstra o compromisso do Governo em estimular a economia, reforçar os rendimentos das famílias e dos jovens e aumentar a eficiência dos serviços públicos.

A descida de impostos e o aumento do investimento na saúde, educação e habitação são pilares fundamentais deste Orçamento, que procura equilibrar a justiça fiscal com a sustentabilidade das contas públicas.

Só é possível atingirmos um desenvolvimento económico e social sustentável se tivermos contas públicas equilibradas e mantivermos uma trajetória robusta de redução da dívida pública. O Orçamento do Estado apresentado por este Governo garante todos estes objetivos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Ministro, a Mesa está a organizar os pedidos de esclarecimento, porque houve uma aparente «chuva» de pedidos.

*Pausa.*

O Sr. Ministro tem 18 pedidos de esclarecimento. Como pretende responder?

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Quatro a quatro, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Responderá a grupos de quatro pedidos.

Para formular o primeiro pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Mendonça Mendes, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e das Finanças, registo o seu tom de pouca preocupação e de algum otimismo relativamente ao próximo ciclo. E por isso, Sr. Ministro, registo que o crescimento que ontem foi divulgado na estimativa rápida do INE (Instituto Nacional de Estatística, I.P.) não mereceu, por parte do Sr. Ministro, qualquer preocupação: o facto de termos dois trimestres consecutivos em divergência com a zona euro.

Registo também que o Sr. Ministro não expressou qualquer preocupação pelo facto de a despesa pública estar a crescer a um ritmo superior ao crescimento do PIB nominal. Registo essa sua despreocupação e registo também, Sr. Ministro, a sua despreocupação com o facto de a margem orçamental para o investimento estar muito diminuída no pós-PRR.

Por isso, Sr. Ministro, face a essa sua despreocupação, eu queria apontar-lhe três contradições, e a primeira é a contradição relativamente ao investimento pós-PRR. O Sr. Ministro, quando fez o cenário macroeconómico na campanha eleitoral, dizia que o crescimento do investimento pós-PRR, em 2027, era de 3,2 %. Em políticas invariantes, no Programa de Estabilidade, já era menos 0,5 %, e agora é mais 1,8%. Portanto, Sr. Ministro, tem aqui uma boa oportunidade para esclarecer essa contradição.

Segunda contradição, Sr. Ministro: este é um Governo que não aumenta impostos. Mas, ó Sr. Ministro, se a taxa de carbono só sobe pelo efeito do consumo, explique lá porque é que a inscreveu nas medidas discricionárias de política no plano orçamental de médio prazo.

Em terceiro lugar, Sr. Ministro, sobre cativações, registo também a sua contradição. E aqui, Sr. Ministro, pedia-lhe a matemática — penso que concorda comigo, e vamos pôr as coisas de forma simples — em que um mais um é igual a dois, e dois é maior do que um. Por isso, Sr. Ministro, o que lhe peço é que possa explicar a um aluno esforçado, que quer passar no exame, como é que 1200 milhões de «contradição» é mais do que 2400 milhões de cativações para este ano.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal, tem 2 minutos para pedir esclarecimentos. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Ministro, ontem, o Sr. Primeiro-Ministro, na sua intervenção inicial, afirmou que o foco deste Governo não é durar, é fazer. No entanto, quando ontem lhe fiz uma pergunta sobre como ia pôr o País a crescer com uma descida de IRC de apenas 1 %, não só não respondeu à questão como se indignou, dizendo que estava de mãos e pés atados face à configuração parlamentar e que até queria descer mais o IRC, mas não conseguia.

Sr. Ministro, em que é que ficamos, afinal? Porque, das duas uma: se «não é para durar, mas para fazer», precisam então de ter a coragem de fazer o que o País, de facto, precisa e de lidar com as consequências, mas aí de consciência tranquila; ou então estão «de mãos e pés atados» pela configuração parlamentar, e aí entram em contradição, porque são apenas um Governo para durar e não para fazer.

Porque uma coisa é certa, é fundamental pôr o País a crescer — e a Iniciativa Liberal tem sistematicamente alertado para a urgência de se adotarem políticas que promovam esse crescimento, considerando que tem sido anémico nas últimas décadas —, mas se não alterarmos as nossas políticas não vamos sair da estagnação.

Por isso, Sr. Ministro, faça-lhe a mesma pergunta que fiz ao Sr. Primeiro-Ministro, e que ficou sem resposta, esperando que agora me consiga dar uma resposta: com este Orçamento do Estado e correndo o risco de este ser o único em 2025, mas também em 2026, considerando a tal conjuntura política, como tenciona, então, para o País a crescer? É com a redução de 1 %, em 2025, do IRC?

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, para pedir esclarecimentos, que dispõe de 2 minutos. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro, uma condição essencial para o desenvolvimento do País é o incremento do investimento público, e o investimento público em Portugal está, há largos anos, abaixo da média dos países da União Europeia.

Olhe, Sr. Ministro, os esforços do Governo para reduzir o IRC, que favorece sobretudo os grupos económicos,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Oh...!

**Vozes da IL**: — Oh!...

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... deviam ser desviados para aumentar o investimento público, incluindo através do Orçamento do Estado, em vez de ficar cada vez mais dependente das verbas provenientes dos fundos comunitários. Essa é a nossa diferença em relação aos países mais desenvolvidos, que fazem do investimento público o motor para a dinamização da economia e para a criação de riqueza. É isso que faz um país avançar, e não o excedente orçamental para a acelerada redução da dívida à custa do investimento necessário nos hospitais, nos centros de saúde, nas escolas, nas creches, nos lares, na ferrovia, nas estradas.

Os objetivos de investimento constantes no Orçamento do Estado continuam a não cobrir sequer o desgaste que as atuais infraestruturas e equipamentos sofrem. E, tal como a maioria absoluta do PS, também este Governo quer lançar areia para os olhos: prevê para 2024 uma execução do investimento público na ordem de 9 mil milhões de euros, mas nos primeiros oito meses deste ano só executou 4 mil milhões. Aliás, se o Governo cumprisse o objetivo que projeta para este ano ficaria sem excedente orçamental.

Sr. Ministro, ainda não explicou como vai executar em quatro meses mais de metade do investimento público que executou em oito meses. Que alterações foram introduzidas para que a execução em metade do tempo seja superior? Ou trata-se apenas de uma crença, que desmoronará quando terminar o ano e se identificar, mais uma vez, que a execução do investimento público ficou muito aquém do orçamentado, que já era insuficiente?

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, este Orçamento é uma armadilha, e o silêncio reiterado do Governo sobre perguntas reiteradamente colocadas só o comprova — é a quarta vez neste debate, desde que o Orçamento do Estado foi entregue, que esta bancada lhe faz uma pergunta.

O Governo promete congelar o número de funcionários públicos. Faltam profissionais na saúde, na justiça, nas forças de segurança, nas escolas, nos bombeiros, em todos os serviços públicos, e a pergunta é muito simples: para reforçar profissionais aqui, de onde é que vai retirar profissionais do Estado?

Segunda pergunta, em relação à autorização legislativa para alterar a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, de todos os profissionais do Estado, em aspetos tão importantes como greve, subsídio de doença, mobilidade, férias. Para que é que pede esta autorização ao Parlamento? Não foi capaz de explicar.

Além de ser uma armadilha, este Orçamento é também um favor aos mais ricos, a quem não precisa. Saíram, há dias, as estatísticas da Autoridade Tributária sobre os benefícios fiscais às empresas. Só num ano, em IRC, a Galp teve 17 milhões de euros, a EDP (Energias de Portugal) teve 19 milhões e a Sonae 8 milhões.

A Galp fechou os nove primeiros meses deste ano com mais 24 % de lucro, 890 milhões de euros; a EDP fechou o 1.º semestre com mais 75 % de lucro, 357 milhões; a Sonae fechou o último ano com 357 milhões, 6,4 % de aumento.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E o Bloco?!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — E a pergunta é simples, Sr. Ministro: a prioridade do Governo é mesmo baixar os impostos a estas empresas?

É por causa dos impostos que a EDP, que lucra 700 milhões num semestre, não aumenta os salários, não faz mais investimento ou não contrata mais gente? É que, se o Sr. Ministro tem dinheiro de sobra, há sugestões que lhe podemos dar, porque há hospitais fechados, há escolas sem professor e há cuidadores informais que estão à espera, há anos, por um apoio.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e das Finanças, que dispõe de 3 minutos para responder.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Mendonça Mendes, constato que desde o dia 11, em que entregámos o plano orçamental europeu, o Partido Socialista não quer discutir 2025, só quer discutir 2027 e 2028, porque já desistiu da discussão do Orçamento para 2025,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — ... com exceção de algumas contradições que vão existindo na bancada do Partido Socialista.

É que, para 2025, já há entidades, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Conselho das Finanças Públicas, a projetar níveis de crescimento próximos daquele que o programa eleitoral da AD (Aliança Democrática) tinha para este ano.

Creio que já tivemos aqui dois debates sobre o programa orçamental europeu — na sexta-feira, em Plenário, e na segunda-feira, na COFAP (Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública) — e que já expliquei, e penso que o Sr. Deputado compreendeu bem, como é que funciona a metodologia da União Europeia para 2026, 2027 e 2028.

Depois, falou do investimento pós-PRR. Para 2027 e 2028, o programa orçamental europeu — o Sr. Deputado mostra confiança nesses números, e ainda bem! — tem excedentes bastante elevados, que nos dão margem orçamental para continuar a reforçar o investimento público e substituir parte do investimento que hoje é financiado por PRR e para continuar a reduzir a carga fiscal. E repare que, mesmo com crescimentos baixos, a projeção de saldos orçamentais para 2027 e 2028 é bastante significativa.

Depois, falou das cativações — também já tivemos essa discussão — e da taxa de carbono. Volto a frisar: a taxa de carbono foi apenas descongelada, seguindo uma lei que até é de um Governo do Partido Socialista.

A Sr.ª Deputada Mariana Leitão — e também em resposta à Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda — falou do IRC, e, de facto, pretendemos continuar a baixar a taxa de IRC. Como tenho dito aqui

várias vezes, quando a taxa marginal é muito elevada, as primeiras descidas têm um impacto significativo e é importante descer de forma generalizada para uma melhor alocação de recursos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Mas como é que o País vai crescer?

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Continuaremos a fazer esse esforço, mas também lhe devo dizer que a fiscalidade e a descida do IRC não são o único estrangulamento da competitividade e da produtividade da economia portuguesa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Exato!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Há os custos de contexto, o licenciamento, o capital humano, a capitalização e internacionalização, tudo coisas que referi no meu discurso e que estão no programa da AD.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Mas como é que o País cresce?

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos falou também da questão do IRC.

Quanto ao investimento público, penso que também já respondi na resposta ao Sr. Deputado António Mendonça Mendes.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, para terminar, a regra de um para um é uma regra geral que, depois, obviamente, terá de ser analisada setor a setor, serviço a serviço.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Com o Governo que eles apoiavam era pior! Entrava um por cada dois que saíam!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — E devo-lhe dizer, Sr.<sup>a</sup> Deputada: durante oito anos, aumentámos os funcionários públicos em 100 000. Mais 100 000 funcionários públicos!

Diga-me: tínhamos, em março deste ano, melhores serviços públicos do que em 2015, apesar de termos mais 100 000 funcionários públicos?!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Tínhamos!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Não tínhamos, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não tínhamos!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Afonso, do Chega, para pedir esclarecimentos, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro das Finanças, a AD tinha no seu programa eleitoral um plano audacioso para um verdadeiro choque fiscal. Prometeu cortes significativos de impostos e reformas estruturais que trariam alívio aos portugueses e impulsionariam o crescimento económico.

Este Orçamento do Estado, que deveria ser um instrumento fundamental para encetar o verdadeiro choque fiscal, tornou-se numa fotocópia de má qualidade de um Orçamento do Estado do Partido Socialista.

*Aplausos do CH.*



Um documento neutro, amorfo, sem ambição, feito num bloco central mal-amanhado. Um documento que representa a maior traição a um eleitorado de que há memória no nosso País.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Verdade! É verdade!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Apesar da receita fiscal recorde, continuaremos a ter empresas e famílias asfixiadas com impostos, continuaremos a ter um crescimento económico píffio e continuaremos a estar na cauda da Europa em rendimento *per capita*.

Em 2025, a receita fiscal aumentará 3,7 %, para valores históricos acima dos 63 mil milhões de euros, com o IVA (imposto sobre o valor acrescentado) a contribuir com mais de 1546 milhões de euros e o ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos) com mais de 753 milhões de euros, dos quais mais de 500 milhões de euros advêm só do descongelamento da taxa de carbono.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Posto isto, Sr. Ministro, e face a este cenário tão alegórico em termos de receita fiscal, questiono se o Governo irá ou não proceder ao descongelamento da taxa de carbono em 2025, agravando o ISP e fazendo de Portugal o país com os combustíveis mais caros da União Europeia.

Faço-lhe esta pergunta: sim ou não? É fácil de responder. É uma pergunta que já foi feita na última audição e o Sr. Ministro não respondeu.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro, do PSD, que dispõe de 2 minutos para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, nesta discussão, na generalidade, do Orçamento do Estado, há um ponto muito importante que caracteriza este Orçamento, que tem que ver com a redução de impostos que este Governo faz.

Este Governo não teve de esperar oito anos para apresentar no Parlamento uma redução de impostos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Ao fim de sete meses, já fez várias reduções de impostos: relembro o IMT, o imposto do selo e a redução do IRS,...

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Belas reduções!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... adicional, que não teria acontecido se o Governo não a tivesse apresentado neste Parlamento.

Mas neste Orçamento do Estado também temos, por exemplo, na atualização das tabelas do IRS, uma redução de impostos, um desagravamento fiscal.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — A atualização dos escalões do IRS vai processar-se a uma taxa de 4,6 %, o que é o dobro da inflação prevista. E o Partido Socialista, num passado recente, nomeadamente em 2023, quando o PSD propôs que esta atualização fosse automática todos os anos, votou contra, por duas vezes: em meados de setembro e para o Orçamento do Estado de 2024.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Verdade! Bem lembrado!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eu gostava de dizer aos Srs. Deputados que, segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), Portugal tem a 8.ª carga fiscal mais elevada sobre o trabalho. Como é que o Partido Socialista pode dizer que defende os trabalhadores, que defende os portugueses quando sobrecarregou esses portugueses, durante tantos anos, com impostos sobre o seu rendimento?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Parece uma intervenção do Secretário de Estado!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Só para dar um exemplo, entre 2021 e 2023, foram cobrados mais de 13 mil milhões de euros a mais em impostos face àquilo que os Orçamentos do Estado de 2021 a 2023 previam. Como é que o Partido Socialista pode dizer que defende os portugueses?

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

Esta é uma medida estrutural que foi a AD que imprimiu no Orçamento com a proposta que apresentou no Parlamento.

Portanto, a pergunta que gostava de fazer ao Sr. Ministro das Finanças é a seguinte: considera ou não que esta é uma alteração estrutural na tributação do rendimento dos portugueses, que vem desagrar a tributação sobre esses mesmos portugueses?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos para pedir esclarecimentos.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Ministro, permita-me primeiro um aparte ao Sr. Deputado Hugo Carneiro, só para relembrar que a atualização dos escalões à taxa de inflação foi aprovada neste Parlamento com o voto contra do PSD e do CDS-PP,...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não, não!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — ... isto para que fique claro o voto e a posição de cada partido nesta Legislatura.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

O Sr. Ministro diz que o PS desistiu do Orçamento do Estado para 2025 e que estamos a pensar nos outros anos. Sr. Ministro, temos efetivamente uma maneira diferente de ver as coisas: é que nós não governamos nem estamos na oposição em função de algum ato eleitoral ou da hipótese de haver um ato eleitoral, e, por isso, sim, preocupa-nos que as opções deste ano e do próximo possam ter repercussões nos anos seguintes.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares e do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Sr. Ministro, volto à questão que lhe fizeram há pouco relativamente à receita para este Orçamento do Estado e para os próximos anos. Condensa a redução da receita nestes dois primeiros anos, condensa o aumento da despesa nestes dois primeiros anos, e eu pergunto-lhe: num momento em que se prevê um abrandamento da economia nos anos seguintes, qual vai ser a opção do Governo? Vai ser a opção do passado? Ou podemos esperar que não existirão mais cortes, que não existirão mais medidas para prejudicar os portugueses?

Mas vou voltar a uma pergunta que aqui foi feita pela Deputada Mariana Mortágua, relativamente à Administração Pública. O Sr. Ministro, na verdade, já respondeu, só não quer é dizer à Câmara e aos portugueses qual é a solução do Governo. Fala-nos dos serviços públicos, mas lembro que, nos últimos meses, tivemos mais urgências fechadas, menos consultas marcadas, e temos hoje mais alunos sem professor. É um facto, Sr. Ministro.

Mas o Sr. Ministro já aqui disse como é que vai resolver a solução das entradas da Administração Pública e do reforço dos serviços públicos de que fala, porque a sua estratégia vai ser um bocadinho aquela que usou para o desmantelamento da RTP (Rádio Televisão de Portugal), que é fragilizar os serviços públicos e depois ter também fundamento para poder dizer «não funciona, temos de procurar nos privados». Porque foi o próprio Sr. Ministro que disse «entraram 100 000 funcionários públicos ao longo dos últimos oito anos e veja-se como está o estado dos serviços públicos».

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Eu respeito os funcionários públicos, respeito os trabalhadores que estão na Administração Pública e, portanto, Sr. Ministro, só lhe pedia aqui uma coisa: que seja claro connosco e que diga o que vai cortar efetivamente em serviços do Estado.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Gabriel, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro das Finanças, é preciso valorizar os bombeiros sapadores e tornar a carreira atrativa, que neste momento não é.

Um exemplo: neste momento, foram abertas vagas e estão a decorrer dois concursos. Em Setúbal, abriram 20 vagas e estão neste momento com 17 candidatos. Em Lisboa, abriram 60 vagas e estão neste momento com 54 candidatos.

É preciso melhores condições salariais, mas não só. É preciso também a atribuição de um subsídio de risco, que é reivindicado, de um subsídio de insalubridade e penosidade, de um subsídio de disponibilidade permanente.

Já agora, aproveito para dizer que o anterior Governo tinha um compromisso com estes homens e mulheres para que houvesse um aumento salarial para compensar a inflação, tal como foi feito com as outras carreiras da função pública. Bem sabemos que o anterior Governo não tinha uma boa relação com a verdade — têm de fazer as pazes, porque não se dão bem.

Pergunto, Sr. Ministro das Finanças: de alguma forma, pode dar uma palavra a estes homens e mulheres e cumprir esse compromisso?

Pergunto também muito objetivamente, tendo em conta que existem neste momento seis reuniões marcadas com os sindicatos que representam estes profissionais: qual é a perspetiva temporal definida para um acordo desejável e merecido para estes homens e mulheres? Sendo VV. Ex.<sup>as</sup> conhecedores das justas reivindicações, irão atender às mesmas?

Para terminar, reitero a questão do compromisso que o anterior Governo tinha, ainda que verbal, mesmo sabendo que não valerá muito vindo da bancada do PS, e pergunto ao Sr. Ministro das Finanças: pode dizer hoje a estes homens e mulheres que nos estão a ouvir em casa se podem contar com um aumento com retroativos a 2023, tal como aconteceu com as outras carreiras da função pública? É que isso não aconteceu com estes profissionais por terem uma carreira especial.

*Aplausos do CH.*

*Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para responder conjuntamente a estes pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e das Finanças.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Rui Afonso, eu tenho imensa dificuldade, porque, de facto, o Chega, em matéria fiscal, é cada vez mais socialista.

*Risos do CH.*

O Chega tem votado sempre ao lado do Partido Socialista nas matérias fiscais.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH.*

Olhe, logo em abril, o Governo apresentou uma redução de IRS, cumprindo o seu programa eleitoral. Com quem é que o Chega votou? Com o Partido Socialista.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Mas não é preciso recuar a abril. Há poucas semanas, o Governo trouxe a esta Câmara uma redução de impostos sobre as empresas designada *participation exemption*. Como é que o Chega votou? Contra, ao lado do Partido Socialista.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso. Abstenção!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — É mentira!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Desculpe, a proposta não passou porque o Chega votou ao lado do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Olhe que lhe cresce o nariz!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Portanto, Sr. Deputado, quem tem políticas fiscais e económicas socialistas — e fossem só as fiscais!... — é o Chega.

*Protestos do CH.*

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Vai ou não descongelar a taxa de carbono?!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Uma vez que estamos a referir-nos ao Chega, respondo ao Sr. Deputado Nuno Gabriel dizendo que temos, de facto, negociações com os bombeiros sapadores. Nós não prometemos; as negociações que temos feito com as carreiras especiais temos cumprido. E temos com os bombeiros sapadores o compromisso de negociar, pelo que esperamos, sinceramente, que, desta vez, ao contrário do que aconteceu com outras carreiras, a posição do Chega não seja a de boicotar.

**Vozes do CH**: — Oh!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Marina Gonçalves, falou de fazer política para eleições. Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada, quem disse que viabilizava o Orçamento para não ter eleições foi o Secretário-Geral do seu partido, eu peço imensa desculpa.

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Contra a vontade da Sr.<sup>a</sup> Deputada! A Sr.<sup>a</sup> Deputada queria eleições. É público!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, também falou sobre a evolução da despesa. Se olhar para o programa orçamental europeu, vê que a variação da despesa primária líquida, sem os empréstimos do PRR, é de 4,5 % no próximo ano, 3,7 % em 2026, 3,4 % em 2027 e 3,3 % em 2028. Não é a quebra que erradamente alguns, que até tiveram responsabilidades no passado nesta área, quiseram passar.

Além disso, a Sr.<sup>a</sup> Deputada também falou sobre os funcionários públicos, sobre cortes. A Sr.<sup>a</sup> Deputada deve saber melhor do que nós, porque quem fez cortes na função pública foi o Partido Socialista no tempo de José Sócrates.

*Protestos do PS.*

Sobre os funcionários públicos, de facto, a receita do Partido Socialista é sempre a mesma, é atirar dinheiro para cima dos problemas.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Responda!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Para terminar, Sr. Deputado Hugo Carneiro, a atualização de escalões, este ano, faz um desagravamento fiscal muito significativo, superior a 300 milhões de euros no IRS. E esse é o caminho que queremos continuar.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Pedro Pinto está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, percebo que o Sr. Ministro das Finanças tem andado distraído, mas pedia à Mesa para informar o Sr. Ministro das Finanças ou enviar os nossos sentidos de voto em relação a estas duas medidas que foram referidas, particularmente a do IRS, sobre as quais o Chega se absteve. O Chega não votou contra, o Chega absteve-se. Portanto, é importante que a verdade seja a resposta.

*Protestos do PSD e contraprotestos do CH.*

O Sr. Ministro tem é que fazer contas. Se já negociaram com o Partido Socialista para aprovar o Orçamento, podiam ter negociado para aprovar outras medidas, olhe, por exemplo, esta.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Juntou-se ao lado do PS!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Está compreendido, Sr. Deputado. Serão distribuídos os sentidos de voto do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. Deputado Hugo Carneiro está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, para uma interpelação à Mesa.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, foi referido aqui pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Marina Gonçalves que a AD tinha votado contra o desagravamento do IRS com a atualização dos escalões. Gostava de recordar e pedir à Mesa que distribuísse ao Partido Socialista o guião de votações, porque a proposta era da AD e nós votámos a favor, naturalmente, de uma proposta nossa.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, embora o guião de votações seja conhecido!... Sr.<sup>a</sup> Deputada Marina Gonçalves, também está a pedir a palavra para uma interpelação, certo?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É para pedir desculpa!

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Claro, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

É também para pedir à Mesa que seja distribuído ao PSD e ao CDS o guião de votações com a votação final global da iniciativa relativa à redução do IRS. Votaram contra não apenas essa medida mas todas as medidas de redução de impostos.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Todos os documentos e todos os guiões de votações são conhecidos e, portanto, é redundante o seu pedido de distribuição às bancadas. Em todo o caso, a Mesa regista as declarações e as interpelações das Sr.<sup>as</sup> e dos Srs. Deputados.

Passando ao próximo grupo de pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr. Ministro das Finanças, Portugal tem um problema grave de competitividade fiscal e essa competitividade fiscal é especialmente baixa quando falamos de empresas. Comparamos mal no quadro da OCDE, comparamos mal no quadro da União Europeia e comparamos especialmente mal com os países da União Europeia com quem devíamos concorrer.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Esta situação tem de ser invertida. Baixar a taxa é importante, claro que baixar a taxa mais do que um ponto percentual é essencial, e esse deve ser o caminho.

O facto de sermos pouco competitivos leva a que as empresas desviem a sua atividade para jurisdições mais competitivas, leva a que o investimento externo vá para outros países em vez de vir para Portugal e leva a que as empresas portuguesas sejam pouco competitivas nos mercados externos.

Temos um problema de competitividade fiscal que não é apenas das taxas; é um problema de complexidade dos nossos sistemas fiscais e é um problema de estabilidade dos nossos regimes fiscais. E é exatamente por isso que queria questionar sobre uma das poucas áreas em que nós somos competitivos do ponto de vista fiscal em relação às empresas, que é a área da investigação e desenvolvimento.

Portugal tem no SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial) um dos sistemas mais competitivos, a nível internacional, de atração de investimento em investigação e desenvolvimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Uma bela coisa!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sabemos que essa é uma área essencial não só para Portugal como para todo o contexto europeu — está expresso no relatório Draghi. Para que a própria Europa recupere também competitividade no contexto internacional, o investimento em investigação e desenvolvimento é essencial.

Por isso, Sr. Ministro, a questão que lhe coloco é muito simples. Pode o Sr. Ministro assegurar que nos próximos anos haverá estabilidade relativamente ao regime do SIFIDE, quer para os investimentos diretos das empresas, quer para os investimentos indiretos através de fundos? É porque essa é uma das áreas que devemos e podemos explorar no âmbito da competitividade, que o nosso sistema fiscal, infelizmente, ainda tem muito pouco.

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para o próximo pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sandra Ribeiro, do Grupo Parlamentar do Chega.

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Ribeiro** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Ministro, a coesão territorial e a redução das assimetrias regionais são condições necessárias para a promoção do desenvolvimento económico do País e a melhoria das condições de vida das populações.

Na tomada de posse deste Governo, foi dito que este Governo estará «focado essencialmente na resolução dos problemas das pessoas e na promoção do interesse nacional».

O Primeiro-Ministro anunciou três medidas que expressam as preocupações do Governo: a abertura de cursos de Medicina na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e na Universidade de Évora, a par da construção do Hospital de Lisboa Oriental e do Hospital Central do Algarve, contribuindo, assim, para a coesão territorial.

Mas, afinal, qual será o problema do interior? Porque continuamos a perpetuar um ciclo que continuamente falha na captação dos jovens para o interior, que falha na captação de empresas, que falha na proteção do seu património natural e florestal?

A grande falha a apontar é ao Estado...

**Vozes do CH:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Ribeiro** (CH): — ... e a quem o tem administrado, pela falta de reformas tão necessárias, pela falta de visão nas políticas públicas a implementar nas zonas do interior, pela falta de novos programas e apoios estatais que venham diversificar e criar novas atividades económicas no interior e pela falta de originalidade no aproveitamento das oportunidades que a pandemia nos veio proporcionar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Ribeiro** (CH): — A solução passará pelos jovens e pela captação de população, no sentido de promover e reestruturar a atividade económica do interior. É necessário arrojo e visão estratégica, integrados numa política de gestão do território sustentável, garantindo medidas de discriminação positiva.

Sr. Ministro, sem pessoas não há coesão territorial. Podemos ter os melhores hospitais, as melhores escolas, mas, se não tivermos médicos, enfermeiros, professores, não temos nada, pois faltam as pessoas.

Pergunto: quais os benefícios fiscais e incentivos financeiros para atrair e fixar empresas e pessoas para o desenvolvimento das regiões do interior do nosso País?

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para o próximo pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Cordeiro, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Cordeiro** (IL): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Ministro das Finanças, segundo os dados do INE para 2023, existem em Portugal cerca de 700 000 trabalhadores independentes. São 700 000 pessoas que se fazem à vida, todos os dias, sem responder a ninguém. São pessoas que desempenham as suas próprias atividades, que puxam pela economia e são, muitas vezes, os primeiros a sofrer com choques económicos, ou porque são os mais expostos a flutuações, ou porque têm rendimentos muito mais variáveis. Mas estas pessoas são também das mais taxadas, e das mais sobrecarregadas, com burocracia neste País.

A verdade, Sr. Ministro, é que Portugal não compensa quem tenta fazer pela vida sem depender de ninguém. E por isso é necessário baixar já a carga fiscal e simplificar já as obrigações impostas sobre os trabalhadores independentes. Isto é algo que lhe foi comunicado desde o início pela Iniciativa Liberal e, como sabe, temos várias propostas que o Governo ainda vai a tempo de adotar: acabe-se com o pagamento por conta obrigatório; acabe-se com a tributação autónoma do IRS; reformule-se o regime da transparência fiscal; aumente-se o patamar de isenção do IVA; e alinhe-se a isenção das contribuições da Segurança Social de quem tem outro trabalho com essa isenção do IVA.

Não basta mexer um pouco nas tabelas de retenção, não basta mexer um pouco na tributação autónoma, não basta mexer um pouco no pagamento por conta — é isto que propõe este Orçamento, e o Sr. Ministro e o Sr. Primeiro-Ministro sabem bem. Por isso, pergunto-lhe, Sr. Ministro, se vai o Governo aprovar alguma das propostas da Iniciativa Liberal para libertar os profissionais liberais.

*Aplausos da IL.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro, queria falar-lhe de igualdade de oportunidades e poupança. Nem todos os jovens, quando chegam à idade adulta, têm poupanças — muitos não têm um avô ou uma avó que ajude a pagar o curso superior, não têm empresa familiar, seja ela pequena, grande, média, na qual possam começar a trabalhar, não têm a conta a prazo que os pais abriram quando nasceram, para poderem usar esse dinheiro para dar entrada na compra de uma casa, para estudar no estrangeiro, para abrir um pequeno negócio.

*Protestos do Deputado do CH Miguel Arruda.*

E nós consideramos que há muitas oportunidades que perdemos, que a nossa sociedade perde por causa destas desigualdades. Quantos artistas, quantos cientistas, quantos empresários e empreendedores não ficam pelo caminho da pobreza?!

O Livre, como partido onde, como o Governo bem sabe, nascem algumas ideias boas, teve mais uma dessas ideias: uma herança social, ou seja, dar um pé-de-meia a todas as crianças que nasçam em Portugal.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso é cópia!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — A ideia é muito simples, Sr. Ministro: o Estado deposita 5000 € numa conta a prazo ou investe em títulos do tesouro por cada criança que nasça em Portugal. E este dinheiro só pode ser mexido quando a criança chegar aos 18 anos de idade, seja para pagar o mestrado ou doutoramento, seja para dar entrada para uma casa, seja para abrir um pequeno negócio.



É uma ideia simples e garante um ponto de partida mais igual para todos os jovens quando entram na idade adulta. Custa o mesmo que algumas medidas que o Governo quer tomar que beneficiam os jovens que têm já maiores rendimentos.

E, portanto, aquilo que esperaria na resposta era que o Sr. Ministro fizesse como fez com o passe ferroviário e nos dissesse: «Não vamos fazer com 5000 €, vamos fazer com 10 000€.»

Mas, para começo de conversa, gostaria de perguntar se o Governo está disposto a avaliar a criação de uma herança social no nosso País.

*Aplausos do L.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para o último pedido de esclarecimento deste grupo, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Arruda, do Grupo Parlamentar do Chega. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Arruda** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, para o Chega nunca houve dúvidas de que a ação da troica em Portugal foi culpa de José Sócrates e do Partido Socialista.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem! Começa bem!

O Sr. **Miguel Arruda** (CH): — No entanto, os portugueses ainda acreditam que a culpa foi de Passos Coelho, que gostava muito da troica, que gostava muito da austeridade, que era um mauzão, e que o acordo com a troica celebrado entre Portugal e as instituições financeiras da União Europeia, o BCE (Banco Central Europeu) e o FMI, nos obrigou a que a distribuição do IVA pelas regiões autónomas fosse penalizada no equivalente a 30 % nos Açores — o que foi terrível para nós e continua a ser.

António Costa, o Primeiro-Ministro malabarista que transformou derrotas eleitorais em vitórias, esqueceu-se disso. Apregoou aos sete ventos que ia resolver os problemas todos do País e que tinha acabado com a austeridade. Pois para os Açores, não acabou!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Miguel Arruda** (CH): — Mas, relativamente ao Sr. António Costa, ex-Primeiro-Ministro, continuou a penalizar os Açores, com esta e com outras medidas, como já disse aqui várias vezes. A minha pergunta, vaga, é se ele não estaria a abrir caminho para a sucessão familiar, para o seu filho Francisco César.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **Miguel Arruda** (CH): — Quanto mais Bolieiro descia, mais Francisco César subia.

*Aplausos do CH.*

Agora para o Sr. Ministro das Finanças e para o Sr. Primeiro-Ministro, já que temos aqui um Governo que se diz de direita, que é de direita: vai continuar a aplicar esse diferencial fiscal, com esse agravamento de 30 % para os Açores? É que assim estará a dar razão à extrema-esquerda, que o que quer é impostos e mais impostos, e os açorianos saem muito prejudicados disso.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e das Finanças.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças:** — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado João Almeida, de facto, a taxa efetiva marginal de IRC em Portugal é a 2.<sup>a</sup> mais alta dos países da coesão, de acordo com os dados da

Comissão Europeia. Em 2022, é de 21,4. Compara com a Polónia, 15,9; com a Lituânia, 12,7; com a Estónia, 10,2. De facto, nós temos de reduzir a taxa de IRC para reduzir a taxa marginal, que é onde os agentes económicos tomam decisões.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Sandra Ribeiro, do Chega, o Governo tem o objetivo de abertura de concurso de medicina. É necessário criar as condições e que as próprias universidades, na sua autonomia, tenham essas condições. O Hospital de Lisboa já iniciou as obras, o Hospital do Algarve está a terminar o concurso.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Cordeiro, este é um bom Orçamento também em matéria fiscal e, nesse aspeto, espanta-me que a Iniciativa Liberal vote contra. Nós reduzimos a retenção na fonte e reduzimos os pagamentos por conta da categoria B. Sr.<sup>a</sup> Deputada, enferma num equívoco: a redução das taxas de imposto é para todas as categorias, não pode ser apenas para uma categoria. E, portanto, nós estamos a fazer um esforço, que vamos continuar nos próximos anos, de reduzir as taxas de IRS para todas as categorias de rendimento.

*Protestos da IL.*

Sr. Deputado Paulo Muacho, a herança social tem dois problemas. O primeiro é que, do ponto de vista dos incentivos e da eficiência da alocação de recursos, não é a melhor solução. A melhor solução é baixar a tributação sobre quem trabalha. Mas tem um segundo problema, é que o Sr. Deputado trata — ou trataria — todas as crianças que nascem em Portugal de forma igual, independentemente da sua condição económica. O filho de um milionário também receberia a herança social.

*Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Livres reacionários!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Por último, Sr. Deputado Miguel Arruda, dois equívocos enormes. O primeiro é que este Governo, em seis meses, para os Açores, atribuiu os 46 milhões de euros do furacão *Lorenzo* que estavam pendentes há quase dois anos e que o Governo do PS não pagou,...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — ... comprometeu-se a pagar 85 % do custo de reconstrução do hospital e já adiantou 20 milhões de euros.

*Protestos do Deputado do CH Miguel Arruda.*

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Afinal, os cofres estavam cheios!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Já adiantou 20 milhões do PRR e alterou o subsídio de mobilidade. Portanto, este Governo, em seis meses, fez muito mais do que o Governo anterior em oito anos.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — O último equívoco do Sr. Deputado é que os Açores têm, hoje, o desagravamento — não é agravamento, como o Sr. Deputado leu — máximo fiscal que é possível na República: menos 30 % nas três taxas de IVA, um IRS e um IRC reduzido dentro do máximo daquela que é a política fiscal, e isso é mérito do Governo Regional dos Açores.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Governo Regional, apoiado pelo Chega, baixa impostos!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Fonseca, do Grupo Parlamentar do PSD. Faça favor.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, estamos perante um Orçamento histórico.

**Vozes do PS:** — Pré-histórico!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Pela primeira vez em muitos anos, temos um Orçamento que não só não aumenta nenhum imposto, como reduz os impostos sobre os rendimentos, quer às famílias, quer às empresas. É, aliás, estranho que seis das nove forças partidárias aqui presentes votem contra um Orçamento que reduz os impostos aos portugueses.

Virámos assim a página aos excedentes asfixiantes quando o Partido Socialista tinha cofres cheios à custa dos sacrifícios dos portugueses sobrecarregados de impostos, da degradação dos serviços públicos, da paz social e da falta de investimento — e vou-me focar neste último.

A nossa ambição para o crescimento da economia no final da Legislatura era de quase 3,5 %;...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — ... o do Partido Socialista era de apenas 2 %: pouquinho, e percebe-se porquê.

De acordo com vários estudos recentes, Portugal tem o 2.<sup>o</sup> sistema fiscal menos competitivo para as empresas na OCDE. Portugal também compara mal com outros países no *ranking* global da competitividade: 72 % das empresas consideram o sistema fiscal português complexo e ineficaz; mais de 70 % das empresas estrangeiras em Portugal destacam a regulação complexa e a burocracia excessiva como importantes obstáculos que enfrentam; e as já conhecidas taxas de IRC máximas para os países europeus da OCDE.

Srs. Deputados, temos de sair deste marasmo económico. Temos de desburocratizar, simplificar, reduzir os custos de contexto, atrair investimento, criar estímulos e incentivos ao crescimento e ao sucesso, reconhecendo o mérito e retendo talento. Só assim poderemos crescer verdadeiramente, não pouquinho, para termos mais emprego, melhores salários e melhor qualidade de vida.

Sr. Ministro, este Orçamento tem várias medidas para acelerar a nossa economia. Outros países já apostaram na competitividade das suas economias há vários anos, e fomos ultrapassados por esses países já há muito tempo. Nós já vamos tarde, e aquilo que lhe pergunto é se ainda vamos a tempo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ávila, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Faça favor.

O Sr. **Sérgio Ávila** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro, começo pela sua última intervenção.

Realmente, o diferencial fiscal nos Açores é mérito dos Governos regionais, mas mais de 80 % desse diferencial fiscal foi concretizado pelos Governos Regionais do Partido Socialista.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do Deputado do PSD Paulo Moniz.*

Primeira questão, vamos começar com as questões objetivas, em termos de equilíbrio orçamental, trajetória de equilíbrio orçamental: o Orçamento do próximo ano está cada vez mais dependente do saldo da Segurança Social. O Governo precisa, este ano, de mais 1200 milhões de euros da Segurança Social para atingir o equilíbrio orçamental.

*Aplausos do PS.*

O Governo precisa, no próximo ano, que a Segurança Social tenha um superávit de 5000 milhões de euros para atingir o equilíbrio orçamental.

*Protestos do Deputado do PSD Paulo Moniz.*

E como é que consegue isso? Quanto às suas previsões, baixa para um terço o crescimento do emprego que tinha previsto e baixa em 15 % o aumento das remunerações médias dos trabalhadores que tinha previsto.

Segunda questão, vamos à análise do Conselho das Finanças Públicas. As conclusões do Conselho das Finanças Públicas sobre este Orçamento e as perspetivas a médio prazo são muito claras. Afinal, o ponto de partida que este Governo tem é muito melhor do que disse, mas a trajetória orçamental será muito pior do que aquela que previu. Factos: em 2024 e em 2025, o Conselho das Finanças Públicas prevê um saldo orçamental melhor do que tinham estimado, mas prevê uma trajetória orçamental muito pior em 2027 e 2028. Ou seja, a grande conclusão do Conselho das Finanças Públicas é que a herança, afinal, era muito melhor do que aquela que este Governo fez crer, mas as perspetivas futuras são muito piores do que as que este Governo anuncia.

*Protestos do Deputado do PSD Paulo Moniz.*

É esta a realidade das perspetivas orçamentais.

E para concluir, em termos de trajetória de endividamento, este Governo irá, no final da Legislatura, deixar Portugal com mais 9900 milhões de euros de endividamento do que aquilo que anunciou.

*Protestos do Deputado do PSD Paulo Moniz.*

E se em 2023 a redução da dívida era feita também com redução de dívida, a partir do próximo ano, a redução de dívida faz-se apenas em termos de aumento do PIB nominal. É esta a grande alteração estrutural da variação da dívida...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

*Protestos do Deputado do PSD Paulo Moniz.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gomes, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro, o Sr. Primeiro-Ministro iniciou a discussão deste Orçamento citando Francisco Sá Carneiro. É uma escolha infeliz e ainda mais falhada no contexto deste Orçamento, e eu explico-lhe porquê.

Francisco Sá Carneiro era um homem de humanismo, era um homem que nunca aceitaria um Orçamento que não respeita a família, não cria riqueza,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — ... faz apenas a distribuição da pobreza, espalhando subsídios...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — ... pelas clientelas que o seu Governo eleitoralista quer fazer felizes.

*Aplausos do CH.*

Sá Carneiro era um homem de fé, que nunca aceitaria um Orçamento que faz a apologia da ideologia de género, que dá guarida ao radicalismo disfórico que VV. Ex.<sup>as</sup> foram beber à esquerda radical, que escolheram para parceiros de caminho.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Sr. Ministro, Sá Carneiro era um homem de coragem, frontalidade, rasgo, razão e nunca aceitaria um Orçamento que é negociado entre a pressão do Partido Socialista e a chantagem do Governo da Região Autónoma da Madeira,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — ... onde presidente, ex-presidente, três secretários e secretário-geral estão todos metidos em processos de corrupção.

Este é o seu Orçamento, Sr. Ministro. Este é o seu Orçamento!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Do partido que o senhor apoiou!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Não é um Orçamento de coragem, é um Orçamento de quem se verga, Sr. Ministro.

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não tem vergonha nenhuma! Quando era aqui Deputado batia-nos palmas! Não tem vergonha nenhuma!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — E fico mesmo na Madeira, para lhe fazer uma pergunta muito clara. Se há quem esteja feliz andando aqui de mão estendida, de dois em dois anos, a pedir linhas de vida para a zona franca da Madeira, há quem, como o Chega, prefira lutar para que os madeirenses tenham os recursos para criar riqueza, para elevar Portugal. Por isso, quero-lhe perguntar muito claramente, Sr. Ministro: apoia ou não apoia o projeto e a ideia de fazer de toda a Madeira uma zona de baixa fiscalidade? Isso é feito no Luxemburgo, Irlanda, Chipre, Países Baixos, porque não na Madeira? E vermo-nos livres da zona franca, que está gasta, que está ultrapassada, é apenas fiscalidade portuguesa com ajudas do Estado, não é mais nada do que isto. Porque não acabar com a zona franca e fazer de toda a Madeira uma zona de baixa fiscalidade? Está disponível para isso, Sr. Ministro?

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Jamila Madeira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Jamila Madeira** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Ministro, esta proposta de lei do Orçamento do Estado deveria estar, ou procurar estar, a clarificar a doutrina ou a linha política deste Governo sobre o que quer para o País.

Mas, de facto, e olhando para aquilo que tem sido o debate das últimas semanas, muito tem sido debatido sobre o IRC. Importa perguntar ao Sr. Ministro das Finanças se sabe que, segundo a Comissão Europeia, a taxa média efetiva de IRC, em Portugal, para as grandes empresas é significativamente inferior à espanhola: 21,4 %

em Portugal, 29 % em Espanha. Estes são dados do último relatório, que, afinal, estão disponíveis para todos e é só uma questão de ler.

E enquanto em países como Espanha se tem mantido estável, em Portugal reduziu-se significativamente desde 2016 — veja-se, nos últimos oito anos.

Mas importa também sublinhar que esta foi uma redução seletiva — sim, seletiva —, com objetivos e doutrina política orientada para a investigação e desenvolvimento, para a capitalização das empresas, para a modernização da economia, para a valorização dos salários, veja-se, para modernizar aquela que é a nossa economia!

*Aplausos do PS.*

Decorrente disso, importa perguntar se também o Sr. Ministro das Finanças sabe que, segundo a OCDE, a taxa marginal efetiva de IRC, em Portugal, é 17 %, e segundo essa mesma OCDE, somos o 2.º país da União Europeia com maiores incentivos fiscais à investigação e desenvolvimento das empresas, o 4.º maior a nível mundial — veja, Sr. Ministro das Finanças!

E eu pergunto se também sabe que, nos últimos cinco anos, 38 % das empresas não pagaram qualquer euro destes impostos.

A competitividade constrói-se com as empresas — sim, com as empresas! —, apoiando aquelas que investem no interior, e essas pagam 12,5 %; apoiando as *start-ups*, que ajudam a fixar os mais jovens.

Sr. Ministro das Finanças, pergunto: sabe que reduções fiscais neste Orçamento do Estado visam este propósito, o de continuar a ter um país com futuro e que ambiciona futuro? Qual é a motivação do Governo com este Orçamento do Estado, Sr. Ministro? É que ainda ninguém conseguiu perceber.

A única coisa que conseguimos perceber com este Orçamento do Estado é que quer voltar atrás, ao tempo em que os baixos salários e a economia...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para o último pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Madalena Carneiro, do Grupo Parlamentar do Chega.

**Vozes do CH:** — É Cordeiro!

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Ministro das Finanças, a continuar assim, a economia, de facto, não vai crescer, mas o seu nariz parece-me que sim.

Lamento informá-lo, mas dizer muitas vezes a mesma mentira não torna essa mentira verdade.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Portanto, não basta dizer muitas vezes que os jovens são uma prioridade neste Orçamento e que um grande objetivo deste Orçamento é reter os jovens para que isso seja verdade e possa ser posto em prática.

Era preciso ter feito diferente, e não o fez. Apresenta um documento socialista, um documento que poderia ser apresentado tanto pela AD como por António Costa,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — ... um documento que não quer verdadeiramente resolver os problemas do País, mas sim acenar aos eleitores e tentar reter os seus votos.

No que diz respeito aos jovens, então, é fatal. Só faltava mesmo anexarem um bilhete de avião no final do documento,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — ... mas até isso fazem com que os jovens tenham de pagar. Ontem, a bancada parlamentar do Chega já deixou claro porque é que o IRS Jovem é uma fantochada num país de baixos salários, e basta olhar para países vizinhos para, infelizmente, perceber que a emigração ainda é a hipótese mais atrativa.

Mas falemos então de habitação, que dizem ser uma prioridade. Na verdade, neste Orçamento, o que vemos é uma falta de medidas que aliviem a pressão sobre o mercado imobiliário. Não se vê, por exemplo, incentivos à construção de habitação, como o IVA a 6 %, que foi uma promessa eleitoral dos Srs. Ministros, ou ainda a garantia pública dos jovens para crédito à habitação, sobre a qual, cada vez que é trazida ao de cima, inventam uma nova data de quando entrará em vigor.

Portanto, o que temos é, de um lado, os bancos sem montantes previstos e, do outro lado, os jovens a acharem que o Estado se vai chegar à frente de alguma forma. É importante que os jovens saibam que o Estado não se vai chegar à frente de forma nenhuma; serão os jovens a pagar tudo. Serão os jovens a pagar tudo!

Assim se mascara o problema da habitação jovem à moda da AD socialista:...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — ... prometemos créditos aos jovens a 100 %, não explicamos aos bancos como funcionam, vemos a tendência do mercado a agravar os preços da habitação, mas seguimos alegres e contentes, porque achamos que o voto dos jovens está garantido.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Sr. Ministro das Finanças, o voto dos jovens não está garantido, porque os jovens votaram à direita, e agora calhou-lhes na rifa um Governo socialista, ainda por cima da *Wish*.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — Portanto, não tenha dúvidas: os jovens vão votar de forma ainda mais expressiva no Chega e em André Ventura.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Muito obrigada, Sr.<sup>a</sup> Deputada Madalena Cordeiro — assim é que é. Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e das Finanças. Tem 3 minutos, Sr. Ministro.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Veja se não lhe cresce o nariz, Sr. Ministro!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças:** — Vou começar pela Sr.<sup>a</sup> Madalena Cordeiro. Eu vou passar por cima da sua afirmação. A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem idade para ter sido minha aluna, e as minhas filhas estão a caminhar para a sua idade, portanto, eu não vou responder à sua deselegância.

*Protestos do PS, do CH, da IL e do L.*

**Vozes do CH:** — Isto não é a escola!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças:** — Mas, ó Sr.<sup>a</sup> Deputada, medidas para os jovens: alargamento do IRS Jovem; isenção do IMT e do imposto do selo na compra da primeira casa; quanto ao IVA da construção,

há uma autorização legislativa para o Governo poder legislar no próximo ano — espero que o Chega vote favoravelmente —;...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Da próxima vez que falar, vou-me lembrar disso!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — ... a garantia bancária seguiu o seu percurso normal e estará operacional no final do ano, sendo que os bancos têm dito, de facto, que é uma boa medida.

Ainda sobre o Chega e sobre o Sr. Deputado Francisco Gomes, se há coisa que Sá Carneiro era, era humanista, por isso, nunca se reveria nas posições do Chega.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Hoje é Dia das Bruxas, veio endiabrado!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada JAMILA MADEIRA, o que eu esperaria era que a Sr.<sup>a</sup> Deputada soubesse que os agentes económicos decidem na taxa marginal efetiva, e essa é a segunda mais alta dos países da coesão. Mas, de facto, as vossas propostas de IRC foram mesmo muito seletivas. É que a valorização fiscal dos salários...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Oiçam, oiçam!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — ... teve como custo fiscal 6,7 milhões de euros, o que é menos de 0,1 % da receita de IRC,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Oiça, oiça! Não teve impacto nenhum!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — ... e atingiu um extraordinário número de empresas — sabe quantas, Sr. Deputada? —, 513 empresas.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não teve impacto nenhum!

*Protestos da Deputada do PS JAMILA MADEIRA.*

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — De facto, foi uma medida mesmo, mesmo muito seletiva — e é com 513 empresas e 6,7 milhões de euros de benefício fiscal que nós vamos alavancar a economia portuguesa!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não teve impacto nenhum!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Deputado SÉRGIO ÁVILA, a degradação do saldo das administrações centrais justifica-se pelos empréstimos PRR. Terminado esse efeito dos empréstimos do PRR — Sr. Deputado, são 1200 milhões —, o saldo das administrações centrais volta a subir significativamente.

*Protestos do Deputado do PS SÉRGIO ÁVILA.*

Quanto à redução da dívida, Sr. Deputado, se o saldo primário é positivo e o crescimento nominal do PIB é maior do que a taxa de juro média, o saldo primário também está a contribuir para a redução da dívida pública.

Sr. Deputado ALBERTO FONSECA, para terminar, de facto, temos de simplificar o sistema fiscal. Aliás, eu tenho dito que o sistema fiscal é um dos estrangulamentos,...



A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — E o que é que os senhores fizeram?

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — ... e não é só pelas taxas marginais de IRS e de IRC. É pela complexidade, pela morosidade das decisões em contencioso tributário e nos tribunais, pelo custo de cumprimento das obrigações fiscais, pela instabilidade e por um conjunto de normas que dificultam a eficiente alocação de recursos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, eu gostaria que chamasse à atenção o Sr. Ministro das Finanças, porque isto não é a escola, isto é a Assembleia da República.

*Aplausos do CH.*

Esse ar paternalista para com a Deputada mais jovem do Parlamento português não lhe ficou nada bem.

*Protestos do PSD.*

Eu gostava que a Mesa o chamasse à atenção sobre isto, porque a grande verdade é que falam muito dos jovens, falam muito dos jovens, mas depois, quando há uma intervenção de um jovem, é assim que o Sr. Ministro responde. Nós não podemos admitir isso.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Ministro de Estado e das Finanças pede a palavra para que efeito?

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Para pedir desculpa!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Para uma interpelação à Mesa, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, eu creio, até por alguma experiência parlamentar que tive, nomeadamente, como líder parlamentar da bancada do PSD, na Legislatura anterior,...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — E falhaste!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — ... que a primeira obrigação de um líder parlamentar é garantir a qualidade e a decência no debate.

*Protestos do CH.*

**Vozes do CH**: — Pede desculpa!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Tenha cuidado! Não quer ser chamado de mentiroso, não minta!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Peça desculpa!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Dizer a um Ministro da República que lhe cresce o nariz,...

*Protestos de Deputados do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Ui!...

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — ... o que significa uma figura de histórias de crianças, é, no mínimo, inapropriado.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Paternalista!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Por isso, como disse, eu compreendo, mas não fica bem ao debate público usar esse tipo de linguagem.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Peça desculpa!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — E, mais uma vez, Francisco Sá Carneiro, um humanista, que esteve nesta Câmara antes e depois do 25 de Abril, nunca teria usado essa expressão.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — És um pinóquio!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — É a arrogância em pessoa!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Na verdade, ouvem-se demasiadas vezes, no Plenário, expressões desapropriadas. É um facto.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Como a Natália Correia! No tempo da Natália Correia é que era!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Também é um facto que a idade das Sr.<sup>as</sup> e dos Srs. Deputados não é um critério.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Vamos passar à próxima intervenção, que é da Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Hoje debatemos um Orçamento do Estado que não constrói um futuro de sucesso para Portugal, porque não investe nos serviços públicos, não faz crescer a economia nacional e toma um conjunto de medidas que favorecem alguns em detrimento de todos, sem resolver os problemas das pessoas.

É também um documento que se pauta pela falta de transparência. Esta é, aliás, uma marca da governação da AD, do apagão do Portal da Transparência do SNS (Serviço Nacional de Saúde) — que não permite verificar

o cumprimento das metas com as quais o Governo se comprometeu, por exemplo, nas cirurgias e consultas oncológicas — ao facto de dizer uma coisa aqui e outra coisa em Bruxelas.

Este documento é o reflexo de uma política sem ambição, uma governação que falha em responder aos verdadeiros desafios do País e que deixa para trás setores que são essenciais para garantir o bem-estar das pessoas.

Começemos pela saúde. O Orçamento ignora totalmente a necessidade de negociação com os profissionais de saúde, o que prejudica a fixação desses profissionais — em especial, médicos — no Serviço Nacional de Saúde, não garantindo, assim, que este funcione e responda às necessidades dos cidadãos. Ainda hoje foi publicado um decreto-lei que permite a saída direta de médicos que acabaram a sua especialização no SNS para as USF (unidades de saúde familiar) tipo C.

Srs. Membros do Governo, descapitalizar e desmantelar o SNS é um erro imperdoável, com que todos nós vamos sofrer,...

*Aplausos do PS.*

... sobretudo aqueles — e muitos de nós serão esses — que vão sofrer e ter doenças graves, porque essas é o SNS que trata. Em vez disso, então, o Governo promove neste Orçamento uma majoração fiscal para empresas que ofereçam seguros de saúde privados, alimentando com recursos do Estado o negócio da saúde privada, em vez de os alocar ao SNS e à resposta de que os cidadãos precisam.

*Aplausos do PS.*

*Protestos da Deputada do CH Marta Martins da Silva.*

Passando à educação, o cenário não é diferente. Em vez de reforçar o sistema público e universal, privilegia as parcerias com o setor privado, desde logo, através daquilo a que o Sr. Primeiro-Ministro chama «contratos de associação» com o pré-escolar — que são contratos de desenvolvimento — e dos verdadeiros contratos de associação. Também aqui, perante uma escassez de profissionais — no caso, professores —, o Governo dá meios ao privado para ir buscar profissionais à escola pública.

E, mesmo já tendo essa pergunta sido feita várias vezes aqui pelo Partido Socialista, o Governo não explica, no caso dos contratos de associação, como fundamenta a sua necessidade, já que, nos termos da lei, esses contratos só podem ser celebrados onde não haja cobertura da rede pública. Planeiam fechar escolas públicas? É que, entre 2011 e 2015, foi assim que a coligação PSD/CDS tirou 30 000 professores da escola pública — e tanta falta nos fazem hoje!

*Aplausos do PS.*

Além disso, o Governo insiste em medidas discriminatórias, dando subsídios de apoio à deslocação para alguns professores e para outros não, ainda que estejam na mesma situação.

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Vocês não deram a ninguém!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — No ensino superior, entre outras coisas, o Governo prevê um complemento de apoio ao alojamento para os estudantes do ensino superior que estão deslocados que é inferior e menos abrangente ao já aprovado aqui, na Assembleia, por proposta do PS, e empurra para 2026 o reforço da ação escolar, refugiando-se num estudo que decorrerá em 2025.

*Aplausos de Deputados do PS.*

Nas pensões, o Governo acena com um hipotético bónus extraordinário num único mês, que não se repete nos meses seguintes, ao contrário do aumento mensal permanente que o PS propôs. Este bónus, configurado como uma benesse e não como um direito,...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quem é que o inventou?!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — ... não permite dar previsibilidade às vidas dos aposentados, mas garante uma coisa: garante que, como aconteceu neste verão, no próximo verão, o PSD tenha alguma coisa para anunciar no Pontal.

*Aplausos do PS.*

Na Administração Pública, o Governo quer introduzir alterações ao regime dos trabalhadores do Estado, em áreas tão essenciais como subsídio de doença, férias, mobilidade, avaliação, greve. Mas, em vez de clarificar estas mudanças, recorre a uma autorização legislativa vaga, um verdadeiro cheque em branco, pedindo a esta Assembleia para abdicar do seu dever de escrutínio. Esta opacidade é inaceitável. Estamos a falar de temas sensíveis que afetam diretamente milhares de trabalhadores da Administração Pública.

E, apesar de lhe ter sido perguntado várias vezes neste Plenário, o Governo não explicou, recusou mesmo explicar, como vai aplicar a regra do «um por um». Em que áreas vão então — pergunto eu novamente daqui — deixar de contratar para dotar de mais profissionais as áreas onde há mais falta? Onde vão cortar? A transparência impõe um esclarecimento que tem sido recusado a este Parlamento e que não consta do relatório do Orçamento do Estado nem foi respondido aqui, apesar das insistentes perguntas ao longo dos últimos dias.

*Aplausos do PS.*

Nos salários, o Orçamento tem uma previsão de crescimento, até 2028, inferior ao acordado na concertação social. O programa que enviaram para Bruxelas prevê um crescimento médio de 3,9 % dos salários; pois em concertação social comprometeram-se com 4,6 % — novamente, uma coisa em Portugal, outra em Bruxelas!

*Aplausos do PS.*

Quanto ao crescimento económico, este Orçamento revela uma falta de estratégia para impulsionar a economia. Pretende fazer disparar o crescimento, mas não diz como, e apresenta em Bruxelas — mais uma vez, em Bruxelas! — previsões de crescimento que estão em contradição com o Orçamento que entregou nesta Assembleia e com o que prometeu em campanha eleitoral. No que devemos, então, acreditar?

É que, em campanha eleitoral, o Sr. Ministro das Finanças dizia que não era difícil pôr a economia portuguesa a crescer acima dos 3 %, mas o que enviou para Bruxelas tem um crescimento económico, em média, entre 2025 e 2028, de 2 % — já agora, abaixo daquele tão mau crescimento durante o Governo do PS, entre 2016 e 2023.

*Aplausos do PS.*

Ainda nesta tentativa de governar entre a neblina e a opacidade, deixa a porta aberta a privatizações, criando um grupo de trabalho para alienações no setor empresarial do Estado, que, mais uma vez, não explica para quê e com que objetivos.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Aliás, já começou pela transformação da RTP numa mini-RTP, eliminando a publicidade, sendo que o Orçamento nada diz sobre indemnizações compensatórias nem, mais uma vez, onde vão cortar. É no serviço público internacional? É no serviço para as regiões autónomas? Seguramente, nos profissionais já sabemos que vão cortar.

*Aplausos do PS.*

E, já agora, Srs. Membros do Governo, o alegado erro nas verbas para o desporto, até ao momento, não foi corrigido, apesar de o Governo ter anunciado publicamente que o ia fazer.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Todos estes aspetos foram objeto de pedidos de esclarecimento formulados ontem e já hoje, aqui, nesta Assembleia, e todos, sem exceção, ficaram sem resposta. Mais opacidade!

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, este é um Governo que anuncia medidas que já estão em curso, mas que antes criticou.

Este é um Governo que promete mais e melhor execução, mas o que fez até aqui, designadamente, nas áreas da saúde e da educação, demonstra que é incapaz de executar até as medidas imediatas que propõe.

Este é um Governo sem compromisso com os serviços públicos.

Este é um Governo que disse uma coisa em campanha e diz outra em Bruxelas.

Este é um Governo que está em permanente campanha eleitoral, que privilegia soluções fáceis de curto prazo, em detrimento da construção de um plano para o futuro.

Este é um Governo que quer mesmo durar, em vez de fazer.

E, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, este é o Orçamento que corporiza tudo isto.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Aplaudem mais a Alexandra do que o Pedro!

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a Mesa regista quatro pedidos de esclarecimento, aos quais, conforme indicação da sua bancada, responderá dois a dois.

Então, para o primeiro pedido de esclarecimento, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, subscrevo todas as críticas que fez ao Orçamento, da falta de opacidade à falta de transparência, aos riscos para os serviços públicos, aos riscos da alienação do património do Estado — subscrevo todas —,...

*Protestos do Deputado do CH Miguel Arruda.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Oh, agora está na bancada errada!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — ... e acrescento algumas: o risco do aumento das desigualdades sociais, do aumento da pobreza, os privilégios dos mais ricos por um Governo que, sim, governa para os mais ricos.

O Governo não esclarece o que quer fazer com a regra do «um para um». Diz aqui que os serviços públicos estavam melhor com menos 100 000 funcionários públicos,...

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

... mas nós lembramo-nos bem do que é que acontecia em 2015: havia desempregados e beneficiários do RSI (rendimento social de inserção) a trabalhar nas escolas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Em casa estavam melhor, a viver à custa dos que trabalham! Coitadinhos dos beneficiários do RSI, a trabalhar...! Como é que é possível?!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Assim é fácil. É fácil congelar o número de funcionários públicos. É fácil congelar o número de funcionários públicos para quem quer cortar nos serviços públicos.

Por isso, eu pergunto-lhe: confia num Governo que já deixou tão claro que vai cortar nos serviços públicos? Confia neste Governo para legislar sobre férias, sobre mobilidade, sobre o direito à greve, sobre o SIADAP (Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública), que é, no fundo, o direito à progressão na carreira dos funcionários públicos, naquilo a que a Sr.<sup>a</sup> Deputada chamou um exercício de opacidade inaceitável?

Confia neste Governo para fazer esta legislação ou, pelo contrário, não confia e vai juntar os seus votos aos votos do Bloco de Esquerda para chumbar esta autorização legislativa, de uma opacidade inaceitável, sobre a função pública?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não chegam, são precisos também os votos do Chega!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Confia neste Governo para alienar património público — não é «porta aberta», está lá: «alienar» — no valor de 900 milhões? É património — edifícios, imóveis — que irá, quem sabe, para hotéis de luxo em Lisboa — afinal, eles fazem tanta falta, já há tão poucos hotéis em Lisboa, que talvez se possa aproveitar algum deste património para habitação ou hotéis de luxo...!

Confia neste Governo para fazer essa alienação ou vai chumbar a alienação de património público e juntar os seus votos aos votos do Bloco de Esquerda?

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Bloco de Esquerda não chega para nada!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, confesso que, quando comecei a ouvi-la falar sobre o Orçamento para 2025, nomeadamente, com as expressões que quis sistematicamente referir e sublinhar, «neblina» e «opacidade», fiquei espantado.

Nós vínhamos de um espaço de trevas, vínhamos de um espaço em que um Governo com maioria absoluta se perdeu e foi incapaz de continuar a governar. E, hoje em dia, numa falta de responsabilidade, numa falta de capacidade de análise,...

*Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.*

... numa falta de solidariedade parlamentar com aquela que é a necessidade do País,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O PS?! O PS?!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... vem aqui falar de neblina e opacidade, tal como já fez, em todos estes meses,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Falta de solidariedade? O PS?!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... numa situação de ingenuidade parlamentar, ao dizer que apresentava propostas, à espera de que a extrema-direita as apoiasse: «Claro, nós não temos culpa! Só apresentámos propostas e não tivemos culpa de que os outros tivessem votado nas nossas próprias propostas.»

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Não, não, vocês é que têm culpa!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada foi capaz de dizer que este Governo que aqui está não era capaz de pôr o acento tónico na negociação, talvez, apenas e só, porque teve tanto tempo para resolver os

problemas que os senhores deixaram, que a negociação que o Governo teve de fazer foi um ato contínuo, a resolver problemas com as forças de segurança, com os enfermeiros, com os médicos, com os oficiais de justiça. Sistemáticamente tentou resolver problemas que os senhores, com maioria absoluta, nunca conseguiram resolver.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Por isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada, a questão que lhe coloco, não obstante os apelos de toda a esquerda e a extrema-esquerda para perderem o sentido de responsabilidade,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Onde é que está a extrema-esquerda?

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... é se, perante este Orçamento, vão hoje tentar viabilizá-lo e, daqui a uns dias, criar a inviabilidade total, criando uma nova instabilidade para o País e criando a mesma situação que no mandato anterior, quando os senhores fizeram perder as eleições, fizeram perder o País e fizeram, acima de tudo, perder o espaço público para que nós pudéssemos governar em paz.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, nestas duas matérias em especial, no que toca à autorização legislativa em matéria de Administração Pública e também no que tem a ver com o património do Estado, a resposta é: não, não confiamos!

Estamos a falar de matérias que carecem de uma autorização legislativa desta Assembleia, que, aliás, tenho dúvidas de que seja constitucional nos termos em que está colocada, porque é um cheque em branco, e as autorizações legislativas, mesmo as contidas na lei do Orçamento, não podem ser cheques em branco. Portanto, não, não confiamos, e, por isso mesmo, cá estaremos na especialidade.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mais um voto contra na especialidade!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Deputado António Rodrigues, olhe, deixe-me perguntar-lhe uma coisa: quando diz que estiveram ocupados a resolver os problemas que deixámos, está-se a referir ao superáвите e às contas que lhes permitiram fazer uma série de coisas? É disso que está a falar?

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Do aeroporto, da ferrovia, do SNS, dos professores, da imigração...!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — É que, se está a falar disso, nós apenas registamos o agradecimento, porque, ainda por cima, o que estão a fazer com as contas é a aproveitá-las para dar tudo a todos em 2025 sem terem um plano.

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Era o que o PS fazia!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Ó Sr. Presidente, peço imensa desculpa, mas eu estou no uso da palavra, e o nível de interrupção que está a acontecer, ainda por cima sem o tempo estar a ser descontado, não me permite continuar.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço desculpa.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Ora essa.

O Sr. **Presidente**: — O tempo não será contado enquanto não houver condições para o efeito.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Então, tendo a vantagem de o tempo não ter sido descontado, eu vou recomeçar.

Sr. Deputado António Rodrigues, quando fala daquilo que o Governo anterior lhe deixou, pergunto se está a referir-se...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ao SNS, aos polícias, aos professores...

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — ... ao resultado do superávite que lhes permite agora resolver vários problemas, e fazê-lo de modo, ainda por cima, a desviar recursos para o setor privado.

Aquilo de que falou sobre a falta de solidariedade da oposição é muito curioso. Este é um Governo totalmente dependente da oposição.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Da oposição não!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Este é um Governo que não governa sem apoio da oposição. E, quando uma oposição, por compromisso com os portugueses, que não com o Governo, tem a responsabilidade de vos permitir continuar a governar,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Com medo de perder as eleições!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — ... apelam à nossa solidariedade?! O que seria, então, a falta de solidariedade do Partido Socialista?

Mas uma coisa vos digo: uma coisa é a responsabilidade para com o País, outra coisa são os cheques em branco, e esses não terão do Partido Socialista.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, nós estávamos capazes de subscrever praticamente na íntegra as críticas que fez, a partir da tribuna, ao Orçamento do Estado:...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso nós sabemos!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Quem diria...?!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... falta de transparência, não resolução dos problemas nacionais, transferência de verbas para os privados na área da saúde, na área da educação, o cheque em branco em matéria de legislação laboral, salários, privatizações...

A Sr.<sup>a</sup> Deputada fez, de facto, uma crítica muito contundente, muito assertiva, que compartilhamos, a esta proposta de Orçamento do Estado. E, Sr.<sup>a</sup> Deputada, isto obriga-nos a colocar uma questão muito direta: a



Sr.<sup>a</sup> Deputada não acha que um Orçamento tão mau como aquele que acabou de descrever bem que merecia um voto contra?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Pois merecia, merecia! Vamos ver!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mau! Como é que o PS vai votar?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É que, se o Partido Socialista, depois da crítica que faz a este Orçamento, o vai viabilizar, nós temos de tirar uma conclusão, e a conclusão é que o PS vai conviver com este Orçamento com a mesma tranquilidade com que o PSD conviveu, durante quase um ano, com o Orçamento do Estado para 2024, do PS, que nem sequer sentiu a necessidade de propor um orçamento retificativo.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, falou de falta de transparência e de transferências de verbas do setor público para o setor privado na saúde.

Sobre isto valeria a pena acrescentar aqui alguns dados, nomeadamente: a alteração administrativa que foi feita ao número de pessoas sem médico de família em 2023, que baixou de 1 milhão e 700 mil portugueses para 1 milhão e 500 mil portugueses — foi uma alteração administrativa; e também o *site de benchmarking* da ACSS (Administração Central do Sistema de Saúde), quando houve a reversão das PPP (parcerias público-privadas) — próprios autarcas socialistas, como Ricardo Leão, em Loures, estiveram contra —, em que os hospitais PPP deixaram de constar, durante mais de um ano, do *site de benchmarking*.

Sobre transferência de recursos do setor público para o setor privado, podíamos falar também do número de pessoas, por exemplo, que em 2015 tinham um tipo de apólice de seguro de saúde: estamos a falar em 2 milhões de pessoas, número que, em 2021, passou para 3 milhões e 326 mil portugueses.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora! Bem lembrado!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ou podemos falar também do montante do valor de seguros de saúde em Portugal, que em 2015 era de 500 milhões de euros, e em 2021 era de 1000 milhões de euros.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Portanto, a questão que eu tenho para si, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é no sentido de saber se a sua intervenção era, na verdade, uma autocrítica...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Era, era!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... ao Governo de António Costa e aos últimos oito anos de António Costa. Se era, nós subscrevemo-la, porque era uma autocrítica muito acertada.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, este é um Orçamento mesmo muito mau — e este não é o Orçamento do Partido Socialista, nem nunca seria —, mas este é também o Orçamento de um Governo que, por pouco, é certo, ganhou as eleições.

**Vozes do PSD:** — Ah!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Portanto, com responsabilidade, vamos deixar tentar executar este Orçamento e cá estaremos para escrutinar o seu resultado a curto, a médio e a longo prazo,...

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

... porque a longo prazo, então, não têm visão nenhuma.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não! Tem o PS! O PS tem tanta visão!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Com o compromisso que temos para com o País, cá estaremos para escrutinar a atuação. É apenas isso, é uma questão de responsabilidade e de compromisso com o País.

Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, antes de mais, quero dizer-lhe o seguinte: a produção do SNS durante os anos do Governo do Partido Socialista aumentou,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E no privado também!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — ... todos os indicadores o dizem, das cirurgias às consultas,...

*Aplausos do PS.*

... só que temos uma população cada vez mais envelhecida e a precisar de mais cuidados. Já agora, quero dizer que essa história dos seguros privados é o maior engodo e embuste que podem fazer.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Então, porquê?!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — É muito simples! Podem ter aumentado, mas sabe quanto é que representam da despesa em saúde?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sim, cada vez mais!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Sabe com certeza, mas não quer dizer. Representam menos de 5 % da despesa em saúde — menos de 5 % da despesa em saúde.

*Aplausos do PS.*

*Protestos da IL e do CDS-PP.*

Sabe porquê, Sr. Deputado? É que quando as pessoas querem fazer uma pequena cirurgia ou uma pequena consulta,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ficam um ano à espera!

*Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — ... até podem ir ao privado, mas quando as coisas correm mesmo mal ou quando a doença é muito grave e cara e complexa, sabe onde é que todos acabam? Acabam no SNS, isso lhe posso garantir.

*Aplausos do PS.*

É por isso que o desmantelamento do SNS que este Governo está a promover vai prejudicar os que mais doentes vão estar, vai prejudicar os que têm doenças mais graves. O Sr. Deputado sabe bem que o aumento do número de seguros — que, aliás, este Governo tenciona aumentar ainda mais,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Então, se vocês aumentaram!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — ... majorando enquanto benefício fiscal — não corresponde à despesa em saúde.

Mas, deixe-me dizer uma coisa: se aquilo que pensam é que vão resolver os problemas da saúde dos portugueses, permitindo uma via rápida de saída dos especialistas para as Unidades de Saúde Familiar de tipo C, pois podem ter a certeza de que isso não os vai resolver, e muito menos os do SNS, antes pelo contrário.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é possível!

*Protestos da Deputada do CH Marta Martins da Silva.*

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Portanto, o SNS forma, o SNS faz especialistas e, no fim, saem diretamente para o privado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É que nos últimos anos não saíram! Não saíram!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Isto é que é retirar meios do público para o privado e isto é desmantelar o Estado social. Compreendo que não concordem connosco, mas isso é normal, que não concordem connosco.

*Aplausos do PS.*

*Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.*

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Os cancros vão para o SNS! Não estamos a falar de varizes!

*Protestos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda. Tem 11 minutos e 55 segundos.

*Protestos da IL e contraprotestos do PS.*

*Pausa.*

Só 1 minuto, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Está ali a haver um «bate-papo» entre a Iniciativa Liberal e o PS.

*Protestos da IL e contraprotestos do PS.*

*Pausa.*

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Como já aqui dissemos, este Orçamento é uma armadilha para o País. Na saúde, nos serviços públicos, na habitação e na política fiscal, são feitas escolhas que condicionam o futuro.

Na saúde, o plano é a cedência aos privados e a destruição do Serviço Nacional de Saúde. Para o Governo, o SNS é apenas uma componente a mais na resposta, garantindo assim o financiamento aos setores social e privado, enquanto prossegue o desinvestimento no serviço público.

Não são apenas as carreiras que não serão atualizadas, é também evidente, no Orçamento, que não haverá alteração no número de profissionais e de trabalhadores na saúde. A regra orçamental do um por um na função pública, significa que ou será cortado o número de trabalhadores noutros serviços para garantir os mínimos na saúde — se sim, quais, então? — ou que todos aqueles que têm, com horas extraordinárias, assegurado o funcionamento do Serviço Nacional de Saúde, vão ter de fazer ainda mais horas extraordinárias no futuro.

O congelamento das carreiras dos funcionários públicos condiciona o funcionamento dos serviços públicos, que são um pilar fundamental do Estado social. Faltam trabalhadores nas escolas, nos hospitais, nos centros de saúde, nas forças de segurança e a resposta do Governo é «nem mais um!»

*Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.*

Na habitação, como já falámos, é a total ausência de medidas para combater a crise; pelo contrário, as propostas do Governo abrem a porta ao aumento da especulação e terão como consequência o aumento dos preços das casas, continuarão inacessíveis a quem aqui vive e a quem aqui trabalha.

O Orçamento do Estado prevê uma receita de 929 milhões de euros relativos à venda de ativos do Estado, sobretudo de bens imóveis.

*Protestos da Deputada do CH Marta Martins da Silva.*

O Governo faz aqui uma escolha muito clara: em vez de usar estes imóveis para garantir mais habitação em cidades como Lisboa e Porto, onde o problema é mais grave, o Governo quer usá-los para a especulação imobiliária e, a seguir, usar o dinheiro para pagar benefícios fiscais a quem já é rico. O património do Estado deveria servir para fins públicos.

*Aplausos do BE.*

Na política fiscal, temos pela frente uma reforma sem precedentes. Medidas como o IRS Jovem e os benefícios fiscais às grandes empresas custarão muito mais às contas públicas do que todas as medidas para professores, forças de segurança, oficiais de justiça e enfermeiros. O que estas medidas representam é quase o dobro de todos os acordos que foram realizados.

As grandes empresas continuam, assim, a acumular lucros e a escolha do Governo é continuar a favorecer-las. O resultado é simples, é o agravamento das desigualdades sociais.

A autorização legislativa presente no texto do Orçamento serve para alterar a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas sem revelar como. Que alterações vai propor ao direito à greve, ao subsídio de doença, à mobilidade, às férias? Continuamos sem saber. O Governo já foi questionado neste debate inúmeras vezes e continua a esconder. Portanto, insistimos: digam o que está em causa. Porque é que não respondem?

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, neste caso, o silêncio do Governo é a prova da acusação que fazemos: este Orçamento é uma armadilha para o futuro e é um prémio *tax free* aos mais ricos.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português. Tem 11 minutos e 43 segundos. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Com esta proposta de Orçamento, o Governo confirma a sua natureza e diz, com todas as letras, quem serve e que interesses favorece, e não são os interesses dos trabalhadores, nem do povo, nem do País. Está aqui para continuar a beneficiar os grupos económicos e financeiros que têm ganho com a política de direita, aprofundando desigualdades, injustiças e discriminações, criando todos os dias mais dificuldades a quem trabalha e trabalhou uma vida inteira.

Depois de mais de uma década de perda de poder de compra, propor uma atualização dos salários dos trabalhadores da Administração Pública inferior à taxa de inflação prevista e ainda vir aqui dizer que está a valorizá-los, é cinismo. O que o Governo está a fazer é a empurrar os trabalhadores dos setores público e privado para o empobrecimento.

A ladainha do equilíbrio orçamental não é nova, mas o Governo ainda vai mais longe na sua utilização para procurar justificar a não-valorização efetiva dos salários e das pensões, nem o reforço dos serviços públicos. Um equilíbrio orçamental feito sempre à conta dos direitos dos trabalhadores e do povo.

Não é por acaso que na autorização legislativa que consta desta proposta de lei não há uma única referência sobre o que é que pretende, mas conhecemos bem as opções do Governo, que é atacar os direitos de quem trabalha. Este é um equilíbrio orçamental feito sempre à conta dos direitos dos trabalhadores e do povo, já que, para os grupos económicos e financeiros, o que aí vem são mais benefícios fiscais, mais recursos públicos para alimentar os seus lucros.

O Governo mantém a submissão à União Europeia com a redução acelerada do défice e da dívida, sacrificando condições de vida do povo e o desenvolvimento do País. Sejam claros: não responder aos problemas do País em nome do excedente orçamental é uma opção do Governo que sai cara a Portugal. E assim prossegue, contribuindo decisivamente para a deterioração das condições de vida, enquanto os grupos económicos, as multinacionais e os fundos especulativos esfregam as mãos, satisfeitos porque conseguiram não pagar os impostos que são essenciais para a resposta às necessidades da população.

De uma só vez, o Governo aprofunda a injustiça fiscal, ataca os serviços públicos e abdica de receita, essencial para investir nos serviços públicos e nas funções sociais do Estado. Só em benefícios fiscais, na descida de IRC, no regime de residentes não habituais e nas parcerias público-privadas, o Governo prescinde de mais de 5 mil milhões de euros a que se somam os lucros não tributados em Portugal e os milhares de milhões transferidos, via Orçamento do Estado e fundos comunitários, para os bolsos dos grupos económicos.

O Governo fala das empresas em geral para esconder que a sua política está, de facto, ao serviço do capital monopolista que controla a banca, a energia, a grande distribuição, entre outros. O que vai para os lucros dos grupos económicos, falta nos salários, nas pensões, nos hospitais, nos centros de saúde, nas escolas, nas creches, nos lares, nas esquadras da PSP (Polícia de Segurança Pública), nos postos da GNR (Guarda Nacional Republicana), nos bombeiros, nos tribunais, nos transportes, na ferrovia, nas estradas.

Mais injustiça fiscal, sim, é isto que consta deste Orçamento. Diz o Governo que a redução do IRS é para captar investimento, mas se observarmos o IRC pago em 2023, verifica-se que a taxa efetiva paga pelas grandes empresas foi de 18,7 %.

Portanto, o problema não está na taxa de IRC, o problema é a gula insaciável dos grupos económicos, cujos lucros o Governo quer alargar ainda mais. O problema está na ausência de uma política que aposte na produção nacional, que desenvolva a indústria e os setores produtivos, assim como as micro, pequenas e médias empresas, que crie riqueza e emprego com direitos. É com investimento público, com a promoção da produção no nosso País, que há crescimento económico e que se reduz a dívida.

Reafirmamos uma vez mais: há dinheiro, mas está mal distribuído. Recursos que servem para alimentar os lucros dos grupos económicos, que se servem do Estado a seu bel-prazer, com o total empenho do Governo PSD/CDS-PP e também do Chega e da Iniciativa Liberal, independentemente do ruído que façam ou da opção de voto neste Orçamento; quanto ao PS, muita conversa, muita agitação para, no final do dia, garantirem o Orçamento que o grande capital sempre desejou.

A opção do Governo amarra o País aos baixos salários e pensões, à degradação dos serviços públicos, à estagnação económica. Este Orçamento e esta política não servem o País e, por isso, têm o nosso combate.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não regista pedidos de esclarecimento. Vou dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Gabriela Cabilhas, do PSD, para uma intervenção. Dispõe de 47 minutos e 40 segundos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Ministro, esta tem idade para ser sua filha!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Filha, não, mas aluna, sim.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Aluna, só aluna!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Celebramos 500 anos de Camões. Para o poeta maior, os Descobrimentos eram o espelho da nossa ambição. Foram tempos em que a obra era resultado do sonho do homem e da fé que depositava na sua vontade.

Para a minha geração, no Portugal de Governo socialista da última década, o futuro parecia ser mais obra de um supersticioso destino do que a possibilidade de uma corajosa vontade. Por isso, será justo perguntar: perdemos essa bússola? Não! A herança do sonho de Camões permanece viva na minha geração, que quer e tem muito a dar ao nosso País.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Conheço bem os muitos que ambicionam erguer novos horizontes de esperança, sem ter de ficar longe das suas raízes, e também conheço bem quem foi obrigado a partir, sem que essa fosse a sua vontade. Ouvimos muito do PS, e da esquerda que sempre o apoiou, uma retórica permanente sobre os direitos, sem mais nada para os consagrar.

Pois hoje, aqui, devo dizer o que para a minha geração é um direito pelo qual vale a pena lutar: o direito das novas gerações a ficarem no País que as viu nascer e crescer, junto das suas famílias, das suas gentes, da sua comunidade, a lutar pelo seu País.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

E nós, como responsáveis políticos, temos o dever de lhes assegurar que não é mais fácil partir do que sonhar em ficar.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, exportamos talento de forma gratuita, depois do investimento das famílias e dos contribuintes na sua educação. Lá fora, o sucesso dos nossos jovens é reconhecido — são mais de 850 000. Para todos esses jovens que esperam um dia regressar e para todos os outros que precisam de motivos para ficar tenho uma mensagem: o tempo da conversa e da retórica da esquerda terminou!

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Enquanto o PS traçou como linha vermelha uma vida melhor para os jovens, o Governo da AD elege como prioridade os filhos de Portugal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Enquanto o PS é resignação e lamento e a esquerda unida não sai dos problemas que ela própria criou, o PSD é a busca por soluções. Senão vejamos: não foi a AD que apresentou um IRS Jovem condicionado no tempo e na formação.

*Protestos dos Deputados do PS Marina Gonçalves e Miguel Matos.*

Nós escolhemos outro caminho. Connosco os jovens vão pagar menos IRS nos primeiros 10 anos. Não são 10 dias. São 10 anos!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — A minha geração não consegue entender que haja quem diga que um jovem que ganhe 1600 € por mês possa ser considerado «rico».

Perguntem a um médico, a um engenheiro, a um nutricionista, a um advogado, a um investigador, a todos que se esforçaram por conquistar a sua formação, se esperam construir o seu projeto de vida em Portugal com ordenados «ricos» como estes?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Os senhores viraram inquilinos contra senhorios, cidades contra turismo. Mas com este Governo mais de 6000 jovens já conseguiram comprar casa sem IMT e sem imposto do selo.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Que jovens?!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — É pouco? Era fácil? Somos nós que o estamos a fazer.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Que jovens?!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Também reestruturámos o Porta 65 Jovem, tornando o apoio mais eficaz, porque o Porta 65 Jovem que herdámos era uma porta fechada.

Recordo-me bem das 18 000 camas prometidas pelo PS desde 2018, a mim e aos estudantes da altura. A propaganda esteve sempre presente, o que faltou foram mesmo as ações!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Estão a brincar?!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Este Governo quer garantir todas as condições para o sucesso académico: mais camas e melhores cuidados com o cheque-psicólogo e o cheque-nutricionista.

Nem no desporto acertaram o passo; o PS desautorizou esta Assembleia, que recomendou a inclusão do desporto no acesso ao financiamento do PRR. Mas este Governo, que é um Governo de palavra, compromete-se com um plano nacional de desenvolvimento do desporto.

Estamos a evoluir para uma estratégia transversal a várias áreas governativas, de que são exemplos o novo Passe Ferroviário Verde, a entrada gratuita em museus em qualquer dia da semana e as assinaturas digitais no ensino secundário.

Infelizmente, na minha geração também conhecemos bem os resultados da geringonça. Mas foi este Governo que trouxe de volta a paz à escola pública...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — ... e é este Governo que nos vai levar a uma nova geração de professores, valorizando a carreira e reconhecendo a sua função social.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

É isto que distingue este Orçamento dos Orçamentos do Partido Socialista. Enquanto uns falam, falam, mas não os vemos a fazer nada, outros, em 6 meses, já nos dão tantas razões para ficar.

*Aplausos do PSD.*

Vê-se, até, a valorização do papel da juventude na participação democrática, com a criação do Ministério da Juventude e Modernização e com uma jovem sentada no Conselho de Ministros.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Por tudo isto, a Aliança Democrática não pode ser confundida com o Partido que esteve a governar nos últimos oito anos.

Perante as dificuldades, há os que se escondem e há os que querem dar a volta por cima; há os que proclamam direitos e os que consagram direitos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Há quem contorne os problemas; nós escolhemos enfrentá-los! Quando nos tentam puxar para trás, muitos outros seguem ao nosso lado, com uma vontade inabalável de mudança.

*Protestos da Deputada do PS Mariana Vieira da Silva.*

É isto que os jovens, os pais e avós destes jovens esperam de nós.

Diga-se o que se disser, nenhuma mentira ou leitura menos séria passará por cima deste facto: este Orçamento do Estado é o maior incentivo da última década para que os jovens fiquem em Portugal.

Neste Orçamento, o que um jovem pergunta ao PS é simples: o que vai fazer? Votar para ficar ou para partir?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente:** — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem um pedido de esclarecimento.

Dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Gabriela Cabilhas, o PAN acompanha a visão de que é fundamental retermos os jovens no nosso País.

No entanto, e apesar de reconhecermos o esforço do Governo em corrigir a proposta inicial no que diz respeito ao IRS Jovem, persistem duas falhas, em nosso entender, gritantes. Por um lado, porque o mesmo não permite o alargamento do IRS Jovem aos jovens dependentes, isto é, aos que continuam a viver com o seu agregado familiar. Se queremos garantir a sua autonomização e combater os dados indicadores, em Portugal, da média das idades em que os jovens conseguem sair da casa dos pais, precisamos de garantir também a aplicação do IRS Jovem aos mesmos.

Por outro lado, falamos da aplicação ao último escalão, porque não nos faz sentido termos a perversidade fiscal que é termos os jogadores de futebol, por exemplo, a poderem beneficiar do IRS Jovem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PAN também é contra o futebol?! O PAN é contra tudo!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Assim, o PAN vai propor, em sede de especialidade, a correção destas duas injustiças para que possamos chegar a quem efetivamente precisa, alargando o IRS Jovem e eliminando a abrangência do último escalão de benefício do IRS Jovem para não termos, por exemplo, a situação ridícula de um jogador de futebol receber, ao fim de 10 anos, mais de 150 000 € em benefícios fiscais por parte do Estado.

Pergunto se a bancada que a Sr.<sup>a</sup> Deputada representa está disponível, ou não, para nos acompanhar nestas propostas.



O Sr. **Presidente**: — Para responder, dispondo de 2 minutos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Gabriela Cabilhas.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, agradeço a pergunta que fez.

Se, de facto, a Sr.<sup>a</sup> Deputada está tão preocupada com a fuga de talento do nosso País e com a sangria a que tem vindo a assistir — não esquecendo que também acompanhou o Partido Socialista ao longo destes últimos anos —, a questão que lhe coloco é mesmo a seguinte: Sr.<sup>a</sup> Deputada, porque é que anunciou que vai votar contra?

A pergunta que um jovem lhe faz é: como é que o PAN vai votar? É para que os jovens possam ficar no nosso País ou para que os jovens emigrem?

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

A nossa preocupação é clara! Por isso é que apresentámos um IRS Jovem de forma estrutural, de forma duradoura, e por isso é que há uma visão transversal a várias áreas governativas.

Portanto, é precisamente isso que os jovens querem saber: a Sr.<sup>a</sup> Deputada vai acompanhar esta proposta do Orçamento do Estado?

Nós não temos qualquer dúvida de que precisamos dos melhores dos melhores no nosso País, precisamos do talento mais qualificado.

Quanto àqueles que dizem que este IRS Jovem é para ricos, a Sr.<sup>a</sup> Deputada não ouviu ontem a explicação do Sr. Primeiro-Ministro e a comparação que fez com o IRS Jovem e com o Programa Regressar, do Partido Socialista.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Este IRS Jovem vai permitir que aqueles jovens cuja educação é a melhor — e a única herança que os seus pais têm a deixar — possam progredir por força do seu esforço, do seu mérito, do seu empenho. É para isso também que queremos ter os mais qualificados no nosso País.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao próximo orador, anuncio à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos, nas diversas galerias: um grupo de 26 alunos e professores da Escola Secundária de Camões, em Lisboa; um grupo de 54 alunos e professores da Escola Secundária Frei Gonçalo de Azevedo; um grupo de 14 presidentes das juntas de freguesia do concelho de Guimarães; um grupo de 50 alunos e professores da Universidade Lusófona, um grupo de 32 alunos e professores da Escola Básica e Secundária do Monte de Caparica; e um grupo de 9 alunos do Seminário Maior de Cristo Rei dos Olivais, Patriarcado de Lisboa.

*Aplausos gerais.*

Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado José Soeiro do Bloco de Esquerda. O Sr. Deputado dispõe de 8 minutos e 18 segundos.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o debate futuro que faremos na especialidade não fará de um mau Orçamento um bom Orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa por interrompê-lo.  
Na ordem de inscrição tinha inscrito o Sr. Ministro da Agricultura.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr. Presidente, desde que depois me dê a palavra!...

O Sr. **Presidente**: — Claro que lhe dou a palavra, porque o Sr. Deputado está inscrito para falar logo a seguir. Como é evidente, o tempo será reajustado, para passar a zero.

Dou a palavra ao Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, a quem peço desculpa pelo sucedido.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Pescas** (José Manuel Fernandes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Colegas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A nossa proposta de Orçamento do Estado para 2025 e os resultados da nossa ação governativa provam que este é um Governo que cumpre.

Reintegrámos a floresta no Ministério da Agricultura e Pescas, uma decisão assente numa agricultura e numa floresta que são indissociáveis. Reparámos um erro que tinha sido cometido.

O bem-estar animal regressou ao Ministério sob o conceito que defendemos: Uma Só Saúde. Assim tirámos partido do excelente conhecimento e dos profissionais da DGAV (Direção-Geral da Alimentação e Veterinária) e dos excelentes centros de referência e investigação de reputação mundial que gerimos através do INIAV (Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária).

O Ministério da Agricultura e Pescas volta a estar junto dos agricultores e pescadores. Esta semana, em Conselho de Ministros, reintegrámos e até reforçámos as competências regionais e de proximidade — fizemos um *upgrade*, reparámos outro erro.

É com ações concretas que defendemos a coesão territorial, o interior, o desenvolvimento rural. E é com estas ações que reconstruímos e que evitámos o desmantelamento.

Este é um Governo que valoriza a agricultura. Avançámos com os pagamentos contra fatura, com o fim de sanções a título da condicionalidade para os agricultores com menos de 10 ha e para todos os que não possam cumprir as medidas agroambientais em virtude de fenómenos meteorológicos adversos. Avançámos também para a flexibilidade na rotação das culturas e no pousio.

Este é um Governo que simplifica. Agora, pagamos a tempo e horas.

Este é um Governo que dá estabilidade e confiança.

Na reprogramação do PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum), temos como primeiro objetivo o aumento do rendimento do agricultor e a renovação geracional. Neste âmbito, o Orçamento do Estado passará a contribuir anualmente com 60 milhões de euros até 2029, algo que não estava previsto.

A média do rendimento do agricultor passará assim de 81,7 €/ha a 126 €/ha, um aumento superior a 50 %. Os jovens agricultores em exclusividade passarão a receber 50 000 €, um aumento de 100 % — o dobro do que recebiam! —, e se estiverem numa zona vulnerável receberão 55 000 € de prémio à instalação. O limite máximo de apoio para os investimentos de jovens agricultores passa de 208 000 € para 400 000 €, um aumento de cerca de 100 %.

Na reprogramação não haverá uma diminuição do investimento anual. O valor médio anual de investimento executado entre 2016 e 2023 foi de 222,5 milhões de euros. Para o período entre 2024 e 2029 será de 246,3 milhões de euros. Ora, 246 é maior do que 222.

*Protestos do PS.*

Para além disso, o Orçamento do Estado para este ano aumenta 31 % por causa daqueles 60 milhões de euros. Mas também sabem porquê, Srs. Deputados? Porque nós estamos a executar aquilo que o Governo anterior não executou.

*Aplausos do PSD.*

Recebemos 668 milhões de euros do PDR (Programa de Desenvolvimento Rural) 2020, que temos de executar até 2025. Por causa da regra N+2, temos de executar também 400 milhões de euros. São mais de 1000 milhões de euros do FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural) que vamos executar em cerca de ano e meio.

No PEPAC, o Governo do Partido Socialista executou zero! Zero de execução! Zero de pagamentos!

*Aplausos do PSD.*

Este é um Governo que acelera.

Mas teremos mais fontes de financiamento. Estamos a trabalhar para alterar o PT2030, para ampliar a elegibilidade às empresas de transformação agroindustrial e cooperativas. Temos um programa de apoio aos baldios e à pecuária extensiva no valor de 30 milhões de euros anuais financiados pelo Fundo Ambiental. Vamos realocar verbas do PRR, num total de 60,6 milhões de euros, para a prevenção na floresta e a compra de equipamentos.

Isto resulta porquê? Porque a nossa visão para a agricultura é transversal. A agricultura é economia, é coesão, é competitividade, é investigação e inovação, é indústria, é segurança alimentar e até defesa.

Mas também planeamos. Há duas iniciativas transformadoras que serão apresentadas em janeiro e de que destaco a estratégia «Água que Une», cujo objetivo é definir uma rede nacional interligada de armazenamento, gestão e distribuição eficientes da água para a agricultura e para o consumo humano, e ainda o pacto nacional para a floresta.

*Protestos do Deputado do PS Luís Graça.*

Este é um Governo que planeia, programa e transforma.

No programa Mar 2030, destaco o apoio ao aumento do peso das exportações dos produtos da pesca e da aquacultura e o investimento nos portos e nas dragagens.

Nas florestas, acelerámos a execução para a transformação da paisagem, aprovámos 331 milhões de euros para o financiamento a 20 anos das operações integradas de gestão da paisagem e alargámos a utilização de gasóleo colorido e marcado nos veículos utilizados pelas equipas de sapadores florestais.

É ainda de realçar a resposta imediata no que diz respeito aos incêndios e às pessoas que foram por eles atingidos.

Um outro ponto importante: graças à força política do nosso Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, a Comissão Europeia propôs a alteração de regulamentos para a flexibilização do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), do Fundo Social Europeu (FSE) e do FEADER, de forma a que possam ser utilizados para investirmos nas áreas atingidas pelos incêndios e no apoio às pessoas que sofreram.

Este é um Governo que cuida e protege, e tudo isto acontece porque, felizmente, agora, temos um Primeiro-Ministro que considera a agricultura estratégica e estruturante, sendo que a agricultura anda de mãos dadas com a economia, com o ambiente e com a coesão.

Por isso, obrigado, Sr.<sup>a</sup> Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho; obrigado, Sr. Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Castro Almeida; e obrigado, Sr. Ministro da Economia, Pedro Reis. Temos, efetivamente, um Governo que trabalha em equipa.

Este é um Governo que cumpre, acelera, valoriza, recupera, simplifica, transforma e moderniza. É um Governo que cuida e protege rumo a um Portugal mais competitivo, coeso e sustentável.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem oito pedidos de esclarecimento e a Mesa tem a indicação de que responderá em dois blocos de quatro.

Para um primeiro pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nelson Brito, do Partido Socialista, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Deputados, Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, depois do que foi anunciado ontem e depois do que ouvimos aqui tantas vezes, nos últimos meses, da bancada do PSD — em relação à pouca força política que tinha a sua antecessora, em relação à reversão das DRAP (Direções Regionais de Agricultura e Pescas), bem como em relação ao que, em campanha eleitoral, disseram que iriam fazer—, como se sente, Sr. Ministro, no seio do Governo? Eu diria, se me permitir, em linguagem desportiva, o seguinte: Sr. Ministro da Coesão —1; Ministro da Agricultura — 0.

*Aplausos do PS.*

Queria-lhe deixar, igualmente, uma leitura que não posso deixar de fazer, não só pelo Partido Socialista, mas, também, por aquilo que temos ouvido sobre as entidades do setor.

Sr. Ministro, peço-lhe que trave a reprogramação do PEPAC, pois estão quase todos contra essa reprogramação. Trave o corte de 180 milhões de euros da tão amada floresta que, assim sendo, já acabou o seu tempo de amor. Trave, também, o corte de 221 milhões de euros em investimento, que representa a modernização do setor, que representa a investigação e o desenvolvimento, que representa a criação e a distribuição de riqueza. Que o diga o caso de sucesso da fileira do azeite.

Sr. Ministro, trave isto, por favor, e reveja, precisamente, as posições da CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal), da CONFAGRI (Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal), de tantas e tantas representações do setor.

Queria, por fim, deixar-lhe também a visão que não posso deixar ter, que é a seguinte: o Orçamento tem 2 % para a investigação, mas, com o que estamos a viver — com as alterações climáticas ou, neste momento, com a língua azul nos ovinos, com a pera-rocha, com o fogo bacteriano —, acha que esta parcela destinada à investigação é suficiente?

Eu diria, se me permitir: criem-se medidas rapidamente, porque os criadores de ovinos, os produtores de pera-rocha e os produtores de vinho estão em aflição.

Pelo dia de hoje, deixe-me dizer, precisamente, o seguinte: «doces para a agricultura sem fazer travessuras».

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para um pedido de esclarecimentos, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr. Ministro da Agricultura, quero, naturalmente, registar o facto de a primeira área setorial a intervir num debate orçamental ser exatamente a agricultura, o que mostra toda uma diferença em relação àquilo que vivemos nos últimos anos. Isso é razão para saudar o Sr. Primeiro-Ministro, para saudar o Sr. Ministro e para dizer que os primeiros a agradecer serão, certamente, os Srs. Deputados do Partido Socialista que se dedicam às matérias de agricultura,...

*Protestos do Deputado do PS Nelson Brito.*

... uma vez que, finalmente, podem falar num debate sobre o Orçamento. Na verdade, enquanto o Partido Socialista governou, durante oito anos, tiveram de estar de boca calada, porque nunca a agricultura teve voz nos debates orçamentais.

Essa diferença é clara: a última vez que, num Governo, tinha havido uma política de agricultura central, como política pública, foi entre 2011 e 2015. E registou-se, nessa altura, um desenvolvimento importante e uma modernização importante da agricultura em Portugal.

*Protestos do Deputado do PS Nelson Brito.*

Porque é que eu falo dessa modernização e da necessidade de voltar a ter uma política pública para a agricultura? Falo disso porque nós temos um dado que é dramático para a nossa situação neste momento: a média de idade dos agricultores em Portugal é de 64 anos, ou seja, mais seis anos do que a média na União Europeia. Portanto, nós só podemos conceber o futuro e a modernização da política agrícola em Portugal com o rejuvenescimento dos agricultores, com a capacidade de atrairmos, para a agricultura, novos protagonistas que façam esse rejuvenescimento e essa modernização.

Nós teremos oportunidade, no debate de especialidade, de ir a muitas questões que, felizmente, neste momento, têm espaço para ser discutidas, mas, dito isto, colocava-lhe esta que é central: como é que podemos fazer este rejuvenescimento para também conseguirmos fazer a modernização da agricultura em Portugal?

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, gostaria de regressar ao problema da reprogramação do PEPAC a partir, aliás, de uma PAC (Política Agrícola Comum) errada e injusta, na qual são cúmplices o PSD, o CDS, o PS, a Iniciativa Liberal e o Chega.

O Sr. Ministro procura esconder a realidade confirmada por 11 organizações de agricultores que denunciaram uma reforma do PEPAC que corta à bruta e a direito no apoio ao investimento. Cortou, por exemplo, na sustentabilidade das zonas rurais, no apoio ao investimento nas pequenas explorações e até na floresta — veja-se bem! — e na vinha.

É necessário, aliás, fazer uma referência aos produtores de vinho e, concretamente, aos produtores de uva. Sr. Ministro, vai ou não vai haver apoios extraordinários aos produtores de uva?

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Criar uma cooperativa!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Ou vai continuar a falar da linha de crédito bonificado para os transformadores, que não vai para os produtores de uva e não resolve o gravíssimo problema dos preços baixíssimos que lhes são pagos, aliás, tardiamente?

Sr. Ministro, a epidemia da língua azul é o exemplo da governação que contraria a propaganda. Detetada em setembro, o Governo nada fez. Deixou a doença lavrar, já está em todo o território, e o senhor abandonou os produtores pecuários à sua sorte. Se calhar tinha fé que as temperaturas descessem, que o vetor morresse, mas isso não aconteceu. Agora, vem dizer que estão a estudar uma medida de apoio aos agricultores. Esta é a vossa eficácia, mas os números não mentem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mentem ou não mentem?!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Infelizmente, os cadáveres dos animais impedem que continuem a manipular a realidade.

Sr. Ministro, sobre a agricultura familiar, não há nada, pelo menos digno de nota. E quanto aos baldios, os 30 milhões de euros de cortes nas ajudas da PAC, que os senhores já assumem, estão a sentir-se, já nesta semana, em milhares e milhares de compartes que não receberam o que deveriam ter recebido.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimentos, o Sr. Deputado Amílcar Almeida, do PSD, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Amílcar Almeida** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Ministro da Agricultura, as direções regionais de agricultura e pescas davam muito equilíbrio agrícola ao interior de Portugal, garantindo uma melhor gestão e acompanhamento das atividades agrícolas em cada região e um desenvolvimento mais justo e sustentável para todas as regiões do País. Contribuíam para a promoção de boas práticas agrícolas, para a implementação de políticas de apoio aos agricultores, para a fiscalização e controlo das atividades agropecuárias, entre outras ações que visam a melhoria da produção agrícola e a preservação do meio ambiente.

Sr. Ministro, a extinção das direções regionais de agricultura e pescas, levada a cabo pelo anterior Governo, do Partido Socialista, teve um impacto significativo no interior do País, especialmente na qualidade dos serviços agrícolas prestados, o que conduziu a uma revolta generalizada do mundo rural. Com a centralização das decisões e a diminuição da presença do Governo nas regiões, os agricultores ficaram desprotegidos e sem o apoio adequado para o desenvolvimento das suas atividades.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Então, e agora?!

O Sr. **Amílcar Almeida** (PSD): — A ausência de um órgão local voltado exclusivamente para a agricultura também limitou o acesso dos produtores rurais a informações e a capacitação técnica, prejudicando a produtividade e a competitividade do setor.

Como resultado, muitos agricultores e associações do interior enfrentam hoje dificuldades para manter as suas atividades de forma sustentável, o que impacta diretamente na economia local e na segurança alimentar da população.

O fim das direções regionais foi, portanto, um retrocesso que penalizou severamente as regiões rurais do País. O Partido Socialista ficará associado à desvalorização política do setor agrícola pelas políticas erradas ou inexistentes ao longo dos últimos oito anos.

Convicto de que o Ministério da Agricultura e Pescas não poderia estar melhor confiado, e conhecendo e sabendo do respeito que tem pelo mundo rural, pergunto o seguinte, Sr. Ministro: considera que a solução agora encontrada, que prevê que haja um Vice-Presidente das CCDR (comissões de coordenação e desenvolvimento regional) —...

*Risos do PS.*

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Zero!

O Sr. **Amílcar Almeida** (PSD): — ... que é nomeado pelo Governo por proposta do Ministro da Agricultura e que terá a seu cargo os departamentos dedicados à agricultura, desenvolvimento rural e pescas —, repõe a relação de proximidade com os agricultores, que deixou de funcionar com o Governo anterior? Considera que a solução agora encontrada garante um melhor tratamento dos problemas da agricultura...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já se compreendeu a pergunta.

*Aplausos do PSD.*

Para um pedido de esclarecimentos, tem agora a palavra o Sr. Deputado Walter Chicharro, do Partido Socialista, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Walter Chicharro** (PS): — Sr. Presidente, Caros Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, os pescadores portugueses sabem — e o povo português começa já a perceber — que a única coisa que este Governo fez de positivo, ao longo dos primeiros sete meses, foram as inaugurações das obras planeadas pelo Executivo anterior.

*Aplausos do PS.*

O resto, resume-se à ausência de ação e ao desinvestimento num setor tão estratégico para o nosso País.

O Orçamento para 2025 agora apresentado traz um corte histórico de 36 milhões de euros, ou seja, menos 34 % em relação ao ano passado.

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

Vale a pena lembrar que, em 2023, o setor das pescas, sob governação socialista, contava com 137 milhões de euros, mas é agora reduzido a uns escassos 73 milhões. São menos de 64 milhões em apenas dois anos, correspondendo a uma diminuição de cerca de metade.

Este corte brutal significa menos obras nas barras, menos dragagens, menos requalificações dos portos de pesca e menos oportunidades para os pescadores e suas famílias, que dependem do mar para viver.

*Aplausos do PS.*

Este é o Governo que corta o orçamento para as pescas, cede 10 % da nossa quota de sardinha a Espanha e falha em defender o biqueirão. Esta falta de visão e esta incapacidade de gestão prejudicam a sustentabilidade da pesca e afetam diretamente os nossos pescadores.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, os pescadores portugueses e o setor das pescas não podem ser penalizados pela inoperância e falta de visão desta equipa governativa. Os portugueses não aceitam ver a pesca deixada para trás, pois sabem que é um setor vital para a nossa economia e identidade.

É por isso que importa que o Governo PSD-CDS/PP explique ao País e aos pescadores porque cortou 34 % do orçamento para as pescas para 2025, colocando, assim, o futuro do setor em causa.

Termino, com a frase que já vamos ouvindo aos pescadores de Portugal, na sua própria linguagem: «Com esta companhia, não vamos ao mar!», como quem diz que com este Governo não vamos lá.

*Aplausos do PS*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, dispondo de 3 minutos.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Pescas**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço as perguntas e permitam-me que responda dizendo-lhes que se a antecessora não tinha força — nas palavras do Sr. Deputado — é porque a culpa não era da antecessora, mas antes de um Governo e de um Primeiro-Ministro que não consideravam a agricultura como estratégica e estruturante.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Srs. Deputados, há uma coisa que nunca farei, é mentir aos agricultores ou aos nossos autarcas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

*Protestos do PS.*

O Sr. **Ministro da Agricultura e Pescas**: — Reparem bem no que fizeram com o empréstimo do BEI (Banco Europeu de Investimento) de 200 milhões de euros, que acabou em fevereiro de 2023. Pois bem, depois de fevereiro de 2023, andaram a dizer aos autarcas «façam os projetos», omitindo que o empréstimo do BEI tinha sido rescindido de forma unilateral por culpa do Estado.

*Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.*

Reparem bem na importância que deram à agricultura: PRR, 143 milhões de euros! E vêm falar de investigação?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E investimento!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Para o ano já não há!

O Sr. **Ministro da Agricultura e Pescas**: — Porque é que não colocaram mais dinheiro na investigação, que é absolutamente necessária para, por exemplo, combater a língua azul e o fogo bacteriano? Não o fizeram, desrespeitaram os agricultores, desmantelaram...

O Sr. **Nélson Brito** (PS): — Este ano!

O Sr. **Ministro da Agricultura e Pescas**: — Vou explicar... vou explicar...

*Protestos do PS.*

Eu vou explicar o que fizemos nas CCDR. Eu vou explicar...

*Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.*

Não, eu vou explicar. Temos um novo responsável da agricultura que vai superintender os serviços regionais, que é proposto pelo Ministro da Agricultura e aprovado em Conselho de Ministros.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Ministro da Agricultura e Pescas**: — Em simultâneo, será também vice-presidente e haverá articulação entre os serviços regionais e os serviços centrais.

Mais, um ponto importantíssimo que nunca aconteceu: o Ministro Adjunto e da Coesão Territorial e o Ministro da Agricultura e Pescas serão, em conjunto, os responsáveis pela elaboração dos contratos-programa. Isto significa dar transversalidade à agricultura, conforme nós temos dito.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Agricultura e Pescas**: — Isto é um *upgrade*, é o que tínhamos reforçando a importância da agricultura.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Nélson Brito** (PS): — A direita está satisfeita!

O Sr. **Ministro da Agricultura e Pescas**: — Portanto, espero que vocês reconheçam que no âmbito do desperdício de montantes, por exemplo, porque é que não quiseram 8300 milhões de euros na vertente de empréstimos de PRR,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O ataque ao PS não vai lá com mentiras!

O Sr. **Ministro da Agricultura e Pescas**: — ... que estavam disponíveis até 31 de agosto e eram essenciais para a água, para o regadio, para o apoio à agricultura.

Em relação à renovação,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Já foi! Já era!

O Sr. **Ministro da Agricultura e Pescas**: — não haverá renovação geracional sem rendição...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, já não tem tempo para poder esclarecer, fá-lo-á noutra ocasião.



Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Frazão, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, é diagnosticante que o senhor esteja sentado à esquerda do Primeiro-Ministro, porque quando esteve ali em cima, na tribuna, falou também como a anterior Ministra da Agricultura de esquerda: prometeu milhões atrás de milhões, faltou à verdade e está a prometer coisas que não vão chegar ao bolso dos agricultores nem dos pescadores.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O que falhou foi explicar aos portugueses aquilo que esta bancada trouxe ontem, como denúncia: fomos os primeiros a falar aqui, neste debate, dos pescadores e dos agricultores e denunciámos aqui o corte histórico que existe para os pescadores, neste Orçamento do Estado. Isso é que falhou explicar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E o facto de ser o primeiro ministro setorial a falar hoje, não significa nenhuma importância deste Executivo para com a agricultura,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É ao contrário!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — ... significa apenas que o estado de graça do Governo já caiu com os agricultores e com os pescadores.

Portanto, o Sr. Primeiro-Ministro sabe muito bem que tem de o meter a falar para tentar lavar as águas e tentar que apareçam algumas medidas na agricultura.

*Aplausos do CH.*

O Sr. Ministro da Agricultura veio dizer que o Orçamento agora é muito maior, é mais 31 %. Ó Sr. Ministro, mas seja honesto, isto só acontece porque agora têm englobadas as verbas das florestas, porque se não estivessem aqui englobadas as verbas das florestas nem isso se poderia dizer.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Portanto, seja verdadeiro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E acerca da terceira reprogramação da PEPAC, diga também a verdade: é que todas as associações do setor estão contra. Na reunião do Comité de Acompanhamento Nacional do PEPAC Portugal todas votaram contra.

E acerca da falta de condicionalidade para os 10 ha, ó Sr. Ministro da Agricultura, isso é uma imposição de Bruxelas, foi decidido em Bruxelas! A única coisa que o Sr. Ministro fez foi assinar a portaria.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Portanto, diga também aos portugueses que não é mérito seu, Sr. Ministro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Relativamente aos problemas sanitários que temos em Portugal, acha mesmo que um Primeiro-Ministro que quer dar atenção ao primeiro setor —, que está a viver uma emergência de saúde animal, como o surto de língua azul, que está a matar milhares de ovelhas no País —, não anuncia nenhuma ajuda para os agricultores, Sr. Ministro?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Isto é inadmissível! As pescas e a agricultura continuam a ser uma nota de rodapé...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre. Dispõe de 2 minutos, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, folgo em saber que o trabalho entre o Ministério da Agricultura e Pescas e o Ministério do Ambiente e Energia é estreito, porque, de facto, são dois ministérios que são indissociáveis e para a sustentabilidade da agricultura e das pescas é necessário investirmos na proteção do meio ambiente, no restauro da natureza e na conservação.

Por isso, queria falar-lhe da Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas (RNAMP). Nós temos de aumentar a percentagem de áreas marinhas protegidas no nosso País e isso é essencial também para a sustentabilidade das nossas pescas. E nesta proposta de lei do Orçamento do Estado não há referência às áreas marinhas protegidas, portanto, eu gostava de perceber o que é que vai ser feito em 2025 para alargar a rede e para garantir também a sustentabilidade da nossa pesca.

Aproveito também para perguntar relativamente ao que está a ser feito na Madeira. Está a ser permitido um recuo na Madeira, com a abertura das Selvagens à pesca. Esta decisão não conta com o aval de nenhum instituto de investigação científica, não conta com o aval da Ordem dos Biólogos, não conta com o aval de nenhuma organização não governamental de ambiente e mereceu, até, uma menção específica na *Nature*, assinada por mais de 300 cientistas.

Nós sabemos que isto é uma cedência à extrema-direita, mas consideramos que o Governo tem aqui uma palavra muito importante a dizer e, portanto, gostávamos de saber, Sr. Ministro, como responsável da tutela das pescas, que está intimamente ligada também à conservação da natureza e à sustentabilidade da pesca, gostávamos de perceber qual é a posição do Governo relativamente à Madeira e às áreas marinhas protegidas.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, não deixa de ser pouco curial que o Sr. Ministro tenha deixado fora do seu discurso não só as preocupações mais fundas na transição da agricultura para um sistema verdadeiramente sustentável, em que haja uma adaptação às alterações climáticas, mas também que não tenha dedicado qualquer cuidado em relação à proteção animal, uma área que vai herdar, agora, nas suas competências.

Mas começou a sua intervenção... Se a Sr.<sup>a</sup> Ministra do Ambiente quiser colocar as questões depois de eu fazer a minha intervenção, eu posso esperar.

*Pausa.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Oh! Tão sensível! Faça beicinho!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Relativamente ao início da sua intervenção, recordo que começou por falar-nos da floresta, e ficamos preocupados, porque foi precisamente pela mão do CDS-PP e do Partido Social Democrata que há 10 anos tivemos a liberalização do cultivo do eucalipto. E olhamos para este Orçamento e não temos nenhum investimento na deseucaliptização, numa aposta numa floresta mais biodiversa. Pelo contrário.

Não podemos continuar só a olhar de uma forma economicista para a floresta, esquecendo-nos que a fatura que estamos hoje a pagar são precisamente os grandes incêndios e uma incapacidade, até, de fazermos face aos mesmos, perante os fenómenos extremos das alterações climáticas. Sabemos qual é a sua opinião em relação ao combate às alterações climáticas, mas o perigo não está nos ambientalistas, não está na agenda do combate às alterações climáticas ou nos «radicais verdes», como o Sr. Ministro até desrespeitosamente tem apelidado quem defende o maior combate às alterações climáticas, mas sim nos governantes que insistem em não perceber que se o clima mudou, as políticas também têm de mudar.

Além da floresta, a questão da água. Olhamos para este Orçamento e verificamos que, mais uma vez, a bala de prata continua a ser o regadio e as barragens,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não sabe do que fala! Nas sua estufas não há rega?

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... ao invés de termos uma estratégia responsável para o uso da água, que permita que a agricultura tenha futuro. Porque há uma coisa que é certa, Sr. Ministro, é que sem água não há, olhe, por exemplo, vinho. E sabemos a sua opinião em relação aos benefícios, quer de um, quer de outro, mas uma coisa é certa: no dia em que não tivermos água, em que deixarmos que haja essa escassez, não vai haver atividade económica na agricultura que subsista.

Por isso mesmo, pergunto-lhe, tendo em conta que a própria Política Agrícola Comum tem apostado mais na compensação dos danos e menos na mitigação, se efetivamente está disponível para reverter esta aposta e garantirmos que também no Orçamento do Estado temos uma maior capacidade de financiamento e mitigação.

Por fim, a proteção animal. O Sr. Primeiro-Ministro comprometeu-se ontem...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedidos de esclarecimento, é a vez do Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal. Tem 2 minutos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro, três temas que gostaria de discutir consigo.

Primeiro, a reprogramação do PEPAC, da Política Agrícola Comum. Nós sabemos que a Política Agrícola Comum absorve 30 % do orçamento da União Europeia, sendo que depois disso significa 1,8 % do crescimento do PIB europeu. Isto não é sustentável e isto tem de ser dito.

Tem sido feito um esforço para reorientar este financiamento de subsídios diretos à exploração para investimento, para modernização, para inovação. Ora, acontece que a nova reprogramação faz precisamente o contrário: volta a insistir nos subsídios diretos, sendo que nós, neste momento, necessitamos precisamente desse investimento, dessa inovação, para resolver questões como, por exemplo, o fogo bacteriano ou a língua azul, que estão a atormentar muitos agricultores. Portanto, esse era o primeiro ponto.

Segundo ponto: houve um sinal importante no sentido de partilhar agora a tutela das CCDD entre o Ministério da Agricultura e Pescas e o Ministério da Coesão Territorial. Isso é importante, porque a agricultura é uma forma de fixar populações no interior; são os agricultores que esculpem as nossas paisagens, que vitalizam o nosso território.

Mas devemos fazer muito mais do que isso. Podemos usar um instrumento —, aliás, proposto no nosso programa eleitoral —, as zonas económicas especiais, para acrescentar incentivos fiscais para fixar estas pessoas no interior, revitalizá-lo, apostar no interior, empreender no interior.

Finalmente, um tema que, embora um bocadinho tangencial ao Orçamento do Estado, tendo em conta que estamos com todo o Plenário reunido faz sentido falar dele, que é a Casa do Douro.

O Sr. **Nélson Brito** (PS): — Casa do Douro, S.A.!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — A Casa do Douro foi buscar o modelo corporativo. A esquerda juntou-se para ir buscar o modelo corporativo do Estado Novo, modelo que o próprio Prof. Vital Moreira já disse que é inconstitucional, fere oito normas constitucionais. O Sr. Ministro já disse que o Governo não tem autonomia legislativa para poder alterar isso — é verdade —, mas está perante a bancada do PSD e do CDS que, em 2019, votaram contra os atuais estatutos, portanto, pode instá-los precisamente a fazer isso novamente e a poder dar autonomia à Casa do Douro, que bem precisa dela.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para o último pedido de esclarecimentos, tem a palavra, por 2 minutos, o Sr. Deputado Carlos Silva, do Partido Socialista.

O Sr. **Carlos Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Agricultura, falemos de cativações e das suas implicações nas atividades dos organismos que têm a responsabilidade de promover e fiscalizar o setor vinícola em Portugal.

O setor vinícola nacional, de uma maneira geral e, particularmente, a sua região vinícola principal, a Região Demarcada do Douro, está a atravessar uma grave crise de escoamento das suas produções devido ao excesso de oferta presente. No caso do Douro, as suas normais produções não são suficientes para as suas necessidades, mas, mesmo assim, a região não está com capacidade de escoar essas mesmas produções.

Na vindima que agora terminou, milhares de pequenos e médios viticultores viram-se impossibilitados de vinificar as suas uvas, por não encontrarem adegas com capacidade de as rececionar, acabando por ficar várias toneladas de uvas por vindimar. Este excesso de oferta está a conduzir à redução dos preços para valores que não suportam os custos anuais de produção e está a colocar algumas regiões numa grave crise económica e social. Este excesso de *stocks* de vinhos deve-se à diminuição mundial do consumo de vinho e também à entrada descontrolada de vinhos provenientes de outros países e regiões.

A diminuição do consumo de vinho à escala global pode ser combatida com a realização de campanhas internacionais de promoção dos nossos vinhos e também com controlos efetivos das entradas de vinhos exteriores aos territórios, através de ações, também necessariamente sistemáticas e incisivas, de fiscalização dessas importações.

Ora, as ações de promoção e fiscalização têm sido fortemente limitadas pelas cativações efetuadas pelo Ministério das Finanças às verbas das instituições responsáveis por estas atividades. Sr. Ministro, está o Governo ciente deste problema e, conseqüentemente, disponível para pôr termo a estas cativações, que põem em causa as atividades correntes dos organismos com responsabilidade de promoção e fiscalização destes produtos fundamentais para a sustentabilidade dos territórios de baixa densidade, onde tradicionalmente esta atividade se desenvolve?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra para responder, faça favor. Tem 3 minutos.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Pescas**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, as alterações climáticas estão aí e, para as podermos contrariar, devemos ter ambição, rigor, mas, em simultâneo, uma atitude realista para envolvermos todos e não termos retrocesso nos objetivos.

Relativamente ao bem-estar animal, já aqui foi respondido ontem pelo Sr. Primeiro-Ministro, vamos fazer mais do que tem sido feito. Até poderíamos ter mais flexibilização se não houvesse um artigo que impõe certos limites para determinados investimentos. O máximo que se conseguiu foi em 2023, com 8,3 milhões de euros.

Mas não tem havido sucesso. Temos cerca de 1 milhão de animais errantes, temos de atuar, mas para esse objetivo temos uma política que poderei explicar.

Sobre a questão das pescas, que é importante,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Ministro da Agricultura e Pescas**: — ... o Mar 2020 concluiu-se. Em 2024 houve o seu fecho, o que obrigou a um aumento e a um esforço orçamental para este objetivo. Por isso é que, para o ano de 2025, temos menos, mas nos anos seguintes teremos mais, porque o Mar 2030 estará em velocidade de cruzeiro.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ridículo!

O Sr. **Ministro da Agricultura e Pescas**: — Não há comparação em relação àquilo que é um aumento de 31 %. Estamos a comparar aquilo que é a mesma orgânica. As florestas, neste caso, não contam para esta equação.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Claro que contam!

O Sr. **Ministro da Agricultura e Pescas**: — Sobre a questão do vinho, que aqui foi colocada, e da estratégia que temos seguido, fizemos mais em seis meses do que se fez em oito anos.

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

Fomos proativos, temos 34 milhões de euros na reprogramação do PEPAC para a promoção, temos enólogos e enólogas de excelente qualidade, uma linha de 100 milhões de euros que é para pagar aos produtores, porque só poderão ter acesso a essa linha as cooperativas e empresas que provaram que pagaram.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Mais milhões!

O Sr. **Ministro da Agricultura e Pescas**: — Isto é dinheiro para os produtores, não é dinheiro para as cooperativas.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — E vai descativar ou não?

O Sr. **Ministro da Agricultura e Pescas**: — Sobre as descativações, já anunciei que descativaremos, e descativarei, logo que o Orçamento do Estado entre em vigor, porque tenho a possibilidade de o fazer. Está uma equipa no Governo que atua de forma harmoniosa e em consonância.

*Protestos do Deputado do PS Nelson Brito e do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

Para além disso, vamos fazer uma resolução de Conselho de Ministros para termos plurianualidade na promoção, porque a promoção não pode ser feita ano a ano. Lamento que nos anos anteriores nunca tenha havido uma descativação e nunca tenha existido esta preocupação.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Agricultura e Pescas**: — Relativamente à língua azul, o serotipo 3 só apareceu em 13 de setembro.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Agosto!

O Sr. **Ministro da Agricultura e Pescas**: — Em 13 de setembro, foi quando apareceu. Esse serotipo 3 não tem, neste momento, uma vacina eficaz.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Tem, tem! Isso é mentira!

O Sr. **Ministro da Agricultura e Pescas**: — Nós já investimos cerca de 11 milhões de euros para os outros serotipos...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Carvalho, do Chega.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro: O seu Governo apresentou um plano de ação para a comunicação social que, na verdade, não é um plano de ação, é antes um plano de confusão. E é uma confusão porque ainda não foi capaz de explicar como é que o pretende pôr em prática.

Eliminar a publicidade da RTP é retirar-lhe uma importante fonte de financiamento, e o Sr. Ministro Pedro Duarte não só não foi capaz de explicar de que forma o orçamento da RTP vai ser compensado pela perda de uma receita de 20 milhões de euros, como no Orçamento do Estado também não está definida uma verba para este efeito.

Mas, afinal, qual vai ser a nova fonte de financiamento da RTP? O Governo não sabe ou não quer dizer aos portugueses que vão ser eles a pagar ainda mais a RTP?

*Aplausos do CH.*

O Governo não sabe ou não quer assumir que o objetivo é desfragmentar, descapitalizar e dissolver a RTP para depois a vender ao desbarato a um meio privado?

Sr. Primeiro-Ministro, tenha a coragem de o assumir; não tenha medo e assumo por uma vez as consequências dos seus atos.

Mas se, por um lado, não sabemos de que árvore das patacas vai sair o financiamento da RTP para compensar a perda de receita, por outro, o Governo deixou bem clara a intenção de ajudar os meios privados, nomeadamente através de descontos no serviço prestado pela Lusa, que é pago pelos contribuintes.

Sr. Primeiro-Ministro, este plano para a RTP é uma total falta de respeito pelos seus trabalhadores. Acima de tudo, é colocar em causa a prestação do serviço público em Portugal. Ou o Sr. Primeiro-Ministro acredita que vão ser os *media* privados a cobrir acontecimentos culturais ou regionais ou fazer a ligação com a nossa diáspora?

Relativamente à cultura, é de lamentar que a Sr.<sup>a</sup> Ministra ainda não se tenha dignado a comparecer na Assembleia da República para a obrigatória audição regimental e consequente escrutínio do seu trabalho. Dito isto, é importante lembrar que a execução do PRR na área da cultura está atrasadíssima, com mais de 80 % do orçamento por executar até 2026. Este atraso é particularmente evidente em projetos de conservação do património e na transição digital, que são duas componentes importantíssimas para o setor cultural.

É urgente que se defina uma estratégia de longo prazo no apoio às artes e às instituições culturais para acabar com a atual dependência de subsídios pontuais, dos quais, aliás, os artistas tanto se queixam.

*Aplausos do CH.*

Não podemos permitir que, por exemplo, o Museu Nacional de Arte Antiga, um dos mais importantes museus em Portugal, seja desvalorizado cultural e financeiramente, como está a acontecer. Não podemos permitir que

se continue a acentuar a degradação de património cultural, como é o caso da Igreja da Graça, em Évora, ou do Convento de Santa Clara-a-Nova, em Coimbra.

Sr. Primeiro-Ministro, uma sociedade moderna é uma sociedade que preserva a sua história, as suas tradições e o seu legado. A função deste Governo é garantir a preservação de todos os elementos culturais que compõem a memória coletiva portuguesa e, acima de tudo, garantir que o Estado português não devolve nem uma esfera armilar que seja a qualquer outro país.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem um pedido de esclarecimento. Para esse fim, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Alves, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Chega trouxe-nos hoje, mais uma vez, uma narrativa sobre o Orçamento do Estado — até aqui, nada de novo.

Durante os últimos seis meses, entre as ameaças de o chumbar, às ofertas para o aprovar como referencial para evitar uma crise política e a um irrevogável chumbo, de tudo aconteceu.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E as reuniões?!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Para o aprovar, exigiu ao Governo prioridades que, efetivamente, já constavam do seu programa: o combate à corrupção, a redução dos impostos, o aumento das pensões, das forças de segurança e dos ex-combatentes. Depois, aumentou a exigência com a realização de um referendo sobre imigração, o reforço das fronteiras e ainda a revisão dos apoios sociais aos imigrantes.

E foi mais longe, estabeleceu linhas vermelhas: o Governo não se poderia entender com o PS no que quer que fosse. Ao contrário, o Chega concretizou o processo de sabotagem orçamental quando aprovou com o PS o IVA da eletricidade, o fim das portagens e os benefícios fiscais num valor superior a 640 milhões de euros.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves e do Deputado do CH Bruno Nunes.*

O caricato disto é que o Chega se comporta como mero tarefeiro do PS,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso são vocês!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — ... aprovando as suas medidas, enquanto o PS não aprova uma única medida do Chega.

*Protestos do CH.*

Para finalizar, num misto de euforia e de desespero, entre atoardas e mentiras sobre um sonhado e desejado acordo de governação com o PSD, que nunca existiu, lançou essa atoarda.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Mas o que é que isso tem a ver com a intervenção?!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, apesar de toda esta inconstância, abre-se hoje aqui uma oportunidade para o Chega: quer continuar a ser o tarefeiro de serviço do PS, alargando a sabotagem orçamental a outras áreas na especialidade, ou está realmente comprometido com o Orçamento que o Governo apresentou e que os portugueses escolheram, promovendo a estabilidade?

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ouviu a intervenção?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Carvalho, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, tive pena, porque podia ter aproveitado estes 2 minutos para responder à questão: afinal, de onde é que vem o dinheiro para a RTP,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — ... uma vez que o PSD vai acabar com a publicidade na RTP?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Querem continuar a ser tarefeiros do PS?

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Depois, deixe-me que lhe diga, Sr. Deputado, sobre sabotagem orçamental, que acho que o senhor não tem bem noção daquilo que o Governo que o seu partido apoia está a fazer.

*Protestos do Deputado do PSD Pedro Alves.*

Não, não tem! Não tem, porque há uma diferença muito grande entre o Chega e o PSD:...

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — São 640 milhões!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — ... é que o Chega tem um programa eleitoral que faz questão de cumprir,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — ... razão pela qual votámos favoravelmente a questão das portagens.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Já mudaram duas vezes de programa. Se não cumprirem, arranjam outro!

*Protestos do Deputado do PSD Pedro Alves.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — És de Viseu, devias estar contente!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — É, Sr. Deputado, é verdade.  
Deixe-me que lhe diga também que foi muito deselegante da sua parte usar aqui o termo «tarefeiros».

*Aplausos do CH.*

No entanto, já que o usou, vou responder-lhe com o mesmo, porque os tarefeiros que existem aqui neste Parlamento são os Srs. Deputados do PSD e os Srs. Membros do Governo, nomeadamente o Sr. Primeiro-Ministro, que fez tudo, mas tudo o que o PS pediu para conseguir uma mísera abstenção neste Orçamento do Estado.

*Aplausos do CH.*



O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado José Soeiro, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 8 minutos e 18 segundos.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr. Presidente: Retomo o que dizia há pouco, o futuro debate que faremos deste Orçamento, em sede de especialidade, não fará de um mau Orçamento, que é uma armadilha para o País, um bom nem, sequer, um Orçamento razoável. Mas, do debate de hoje, podem sair duas notícias importantes para o País e queremos fazer aqui um desafio a todos os partidos que não estão disponíveis para passar cheques em branco a este Governo.

O Governo incluiu — já aqui se falou muito sobre este assunto —, na proposta de Orçamento, uma autorização legislativa para mudar normas fundamentais da Lei do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, sobre greve, sobre doença, sobre avaliação, sobre mobilidade, sobre férias. Introduziu essa autorização legislativa, tendo sido perguntado aqui, neste Plenário e neste debate, sobre para que é que servia a autorização legislativa. Foi perguntado sobre o que é que queriam mudar nas férias, na greve, na mobilidade, no sistema de avaliação, na proteção da doença. O Governo foi perguntado sobre isto umas 10 vezes, pelo menos, e ainda não respondeu, ainda não clarificou.

Aliás, Sr. Ministro das Finanças, queria dizer a todo o Governo que é um desrespeito pelo Parlamento não ter respondido a esta pergunta ainda. O que é que o Governo quer mudar nestas matérias? O que é que está por detrás desta autorização legislativa?

Mas dizemos mais, e é o desafio que fazemos neste debate a todos os partidos que não querem passar esse cheque em branco ao Governo: é que esta autorização legislativa, que, aliás, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão já considerou que é potencialmente inconstitucional, deve ser chumbada. Esta autorização legislativa não pode passar. O Governo tem de ser derrotado nesta autorização legislativa e era importante que todos os partidos clarificassem a sua posição sobre esta matéria. O Parlamento não pode passar este cheque em branco ao Governo. Esta norma tem de ser derrotada no processo de discussão na especialidade.

O segundo desafio que queremos fazer a este Parlamento prende-se com a alienação de património. Já aqui chamámos a atenção para este aspeto gravíssimo da proposta de Orçamento do Estado: 929 milhões de euros é a receita prevista na alienação de património público, um crescimento de 530 % de receita neste item.

Falo de uma alienação de património que não tem cláusulas, sequer, sobre os usos do património público que vai ser vendido. Ou seja, podemos estar perante uma operação gigantesca de alienação de património, no valor de mais de 900 milhões de euros, que pode servir para construir mais hotéis, num país em que faltam casas, residências, alojamento estudantil e estruturas residenciais para pessoas idosas. Num país em que falta tudo, este património, que poderia ser convertido, precisamente, em habitação pública, em residências para estudantes e estruturas residenciais para pessoas idosas, vai ser alienado pelo Governo. Esta é uma norma inaceitável e até escandalosa desta proposta de Orçamento.

O Partido Socialista, questionado há pouco pela Deputada Joana Mortágua, disse que também discordava desta norma. Nós entendemos que o Parlamento tem de chumbar esta norma do Orçamento, tem de derrotar o Governo nesta intenção de alienar 900 milhões de euros em património. O Governo tem de ser travado em relação a esta armadilha, a esta medida, e por nós será travado.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais pedidos de esclarecimento, vou dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para uma intervenção. Tem disponíveis 29 minutos e 22 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social** (Maria do Rosário Palma Ramalho): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Na passada terça-feira apresentámos, neste Hemiciclo, o orçamento da Segurança Social para 2025 — um orçamento realista, como todo o orçamento deve ser, mas assente em políticas ambiciosas, pois a situação do País assim o exige.

Um exemplo bastará para evidenciar essa necessidade. No final do ano passado, 30 % da população idosa vivia em risco de pobreza ou exclusão social. Este não pode ser, pois, o tempo de hesitações, tem de ser o tempo de ação. E foi sem hesitações que o Governo já agiu nesta área, aumentando o valor-base do

complemento solidário para idosos (CSI) de 550 € para 600 €, alargando o universo dos pensionistas abrangidos ao eliminar o rendimento dos filhos como critério de exclusão da atribuição deste benefício e assegurando a 100 % a comparticipação de medicamentos com prescrição médica dos beneficiários do complemento solidário para idosos.

Os primeiros resultados estão à vista e é bom que isto se diga, porque estamos sempre a ser acusados de nada fazer. Quanto a este ponto, em apenas seis meses, são já mais de 85 000 portugueses que beneficiam destas medidas, quase 200 000 ao todo.

Mas era preciso fazer mais e por isso também o fizemos, garantindo a atualização das novas pensões no ano seguinte ao da sua atribuição, o que pôs, aliás, fim a uma injustiça com mais de 15 anos, e assegurando um suplemento extraordinário, entre 100 € e 200 €, a 2,4 milhões, repito, 2,4 milhões de pensionistas, que foi pago este mesmo mês no valor total de 420 milhões de euros.

O olhar atento do Governo para as pessoas em situação de maior fragilidade não acaba aqui e, por isso, em 2025, vamos aumentar em pelo menos mais 30 € mensais a base do CSI, agora de 600 € para 630 €, e voltaremos a atribuir um suplemento extraordinário aos pensionistas, desde que haja folga orçamental para o fazer.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, embora a despesa pública com o sistema de Segurança Social tenha aumentado 33 % entre 2017 e 2023, isto é, 8000 milhões de euros, a taxa de pobreza e exclusão social em Portugal, mesmo após transferências sociais, aumentou, só de 2022 para 2023, de 2 milhões para 2,1 milhões de portugueses. Ou seja, o anterior Governo limitou-se a atirar dinheiro para o problema, sem o resolver.

A Sr.<sup>a</sup> **Isaura Morais** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Esse não pode ser o caminho. O caminho deve ser o de reforçar, sim, o apoio às pessoas em situação mais vulnerável, mas em simultâneo tornar mais eficaz o combate à pobreza.

Ora, sem crescimento, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, nenhum aumento de ação social bastará, nenhum aumento de despesa bastará. É pelo crescimento — o crescimento do País, o crescimento dos salários, o crescimento das empresas — que melhor se atacam as raízes da pobreza.

Neste sentido, o acordo tripartido celebrado na concertação social, no passado dia 1 de outubro, com todos os parceiros sociais, à exceção da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses), e recuperando a CIP (Confederação Empresarial de Portugal) para essa assinatura, não podia ser mais importante.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — É um acordo que valoriza todos os salários no seu conjunto, aumentando o salário mínimo para 870 € já em 2025, mas projetando um aumento até 1020 € em 2028 e promovendo a subida do salário médio até 1890 € também em 2028.

Mas é também um acordo que promove ativamente o crescimento e a consolidação das empresas e estimula a produtividade, com medidas, entre outras, como a redução da carga fiscal sobre as empresas, tanto a nível de IRC como das tributações autónomas, a consagração de vários estímulos à capitalização das empresas e a instituição de um regime de prémios de produtividade isento de TSU (taxa social única) e de IRS.

*Aplausos do PSD.*

Este é, pois, um Orçamento que alia o reforço da ação social, que é uma prioridade deste Governo, para com os mais desfavorecidos, ao crescimento da economia, ao crescimento das empresas, ao crescimento dos salários. Tudo isto mantendo a saúde das contas públicas, pois não se faz ação social sem boas contas, e este Governo também não quer fazer boas contas sem ação social. É esta a garantia que deixamos a todos os portugueses.

*Aplausos do PSD.*

*Entretanto, reassumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Ministra, estamos a apurar o número de pedidos de esclarecimento.

*Pausa.*

São 10, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

Pode, por favor, indicar à Mesa como responderá?

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Em dois blocos de cinco, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Muito bem.

Tem então a palavra, para o primeiro pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra, o Sr. Primeiro-Ministro ontem disse-nos que há mais vida para além do excedente, evocando, seguramente, o nosso querido Jorge Sampaio, que disse, na altura sinalizando ao Governo de Durão Barroso, que havia mais vida para além do Orçamento.

Mas é preciso dizer que para um bom Orçamento, e em particular para um excedente, Sr. Primeiro-Ministro, há muitos milhões de vidas, há muitos portugueses e portuguesas que contribuem todos os dias, com o seu trabalho e as suas contribuições, para haver um bom orçamento da Segurança Social.

Há que dizê-lo: este excedente, este Orçamento, é fundamentalmente um excedente da Segurança Social — são mais de 5000 milhões de euros — e é o resultado de que mais nos orgulhamos dos oito anos de governação. Passámos de 4 milhões para 5 milhões de empregos; o salário mínimo aumentou e aumentaram também as contribuições; aumentou o salário médio nominalmente mais de 30 % no setor privado, com um aumento real de 12 %.

Este Orçamento, este excedente, é o resultado das opções do PS durante oito anos e não é o resultado dos cortes de pensões que o Governo PSD/CDS, com o aplauso do Sr. Primeiro-Ministro nesta bancada, queriam.

*Aplausos do PS.*

Por isso, Sr.<sup>a</sup> Ministra, há uma pergunta que tenho de lhe deixar. Este Orçamento depende do seu orçamento da Segurança Social, depende de conseguirmos não reduzir, não erodir a base das contribuições para a Segurança Social, mas, cuidado, o documento enviado para Bruxelas tem menos emprego e menos salário do que o previsto; o bónus que diz ser de produtividade não pagará TSU; o IRS Jovem pode estancar o salário bruto dos jovens.

Portanto, há muitas razões para ser cético quanto a uma boa execução deste orçamento da Segurança Social. Felizmente, os Governos do PS garantiram a este Governo uma boa base na Segurança Social.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Soeiro, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, por um lado, o que consta do acordo de rendimentos é a proposta dos patrões para desviar aumentos salariais para prémios, prémios que são pontuais, que não são permanentes, que não constituem base contributiva para a Segurança Social, e que, portanto, prejudicam a Segurança Social e também os trabalhadores e a sua reforma futura. E, já agora, numa questão a que a Sr.<sup>a</sup> Ministra diz ser tão sensível, os prémios, nós sabemos, tendem a reproduzir desigualdades de género.

É uma péssima política para os trabalhadores. Por outro lado, são borlas às empresas com os benefícios fiscais em sede de IRC e é estimular os seguros privados de saúde.

Nós sabemos que as contas da Segurança Social têm sido bastante robustas nos últimos anos. Embalados pelo novo Governo, os patrões vêm agora anunciar que querem deitar a mão ao excedente — termo usado pelos patrões — que existe na Segurança Social, ou seja, querem deitar a mão ao dinheiro do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

Queria perguntar-lhe muito concretamente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, se o Governo está disponível para abrir a porta a este assalto e queria saber qual é a posição do Governo sobre esta matéria.

Em segundo lugar, queria perguntar-lhe como é que vai funcionar no Ministério que tutela a regra do um para um, de só entra um se sair um.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — É uma regra!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Já aqui foi dito que se pretende reforçar os funcionários públicos na área da saúde e da educação, o que significa que vão ter de sair funcionários públicos de outros setores.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — O Teixeira dos Santos dizia: saem dois para entrar um!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Pergunto-lhe, Sr.<sup>a</sup> Ministra: vai haver menos funcionários públicos no Centro Nacional de Pensões, apesar dos atrasos que já existem muitas vezes na análise e na atribuição de pensões? Vai haver menos funcionários para fiscalizar as condições de funcionamento dos lares de idosos, por exemplo? Vai haver menos funcionários na Segurança Social para a política para a primeira infância? Vai haver menos amas na Segurança Social? O que é que vai acontecer no seu ministério com esta regra do um para um?

*Aplausos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Cordeiro** (IL): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>a</sup> Ministra, ainda esta semana a ouvimos aqui concordar com a Iniciativa Liberal quando falámos do «elefante na sala», que é a sustentabilidade da Segurança Social.

Como todos sabemos, o sistema de Segurança Social enfrenta desafios de sustentabilidade futura, agravados pelo envelhecimento da população e pela saída de jovens para o estrangeiro, que obviamente comprometem a base contributiva futura, e não somos apenas nós que o dizemos. Fernando Teixeira dos Santos, ex-Ministro das Finanças do Partido Socialista, alertou: «Dizer que asseguramos a sustentabilidade da Segurança Social é induzir as pessoas em erro.» E Pedro Mota Soares, ex-Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, disse: «Está-se em negação e grande parte do País não quer ver a realidade.»

Hoje, os portugueses vivem na ilusão de que serão remunerados nas suas reformas consoante aquilo que descontam, mas, na verdade, os portugueses de hoje não têm qualquer tipo de controlo sobre as suas pensões futuras. E, pior, aquilo que descontam não está a ser suficientemente valorizado de modo a assegurar reformas justas no futuro.

Um jovem que ganhe hoje 1500 € receberá no futuro uma pensão de cerca de 645 €. E, já agora, pergunto se é esta a boa base que o Partido Socialista deixou na Segurança Social.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Bem lembrado!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Cinco milhões de empregos!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Cordeiro** (IL): — Neste sentido, Sr.<sup>a</sup> Ministra, e sem diminuir a importância da concertação social, obviamente, falar em reflexão sobre a diversificação das fontes de financiamento é apenas um meio

caminho. Aquilo que nós queremos saber é quais são as reformas de fundo que o Governo tem para resolver esta questão e para garantir aos jovens do futuro as pensões dignas que eles merecem.

*Aplausos da IL.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, há poucas semanas, o Parlamento aprovou, na generalidade, uma iniciativa legislativa cidadã pelo alargamento da licença parental. O PSD e o CDS votaram contra e estão a prolongar todo o processo de especialidade o mais possível para chutar para longe este alargamento. E, portanto, não é expectável que antes de 2026 este alargamento seja feito, o que, na verdade, prejudica os bebés, e as famílias desses bebés, que vão nascer em 2025.

O Governo, entretanto, enviou um ofício para a Assembleia da República, que se tornou público, indicando que este alargamento teria um custo de 400 milhões de euros. Mas, anteontem, na discussão que tivemos aqui na Assembleia da República, a Sr.<sup>a</sup> Ministra disse-nos que não custaria 400 milhões de euros, mas sim 230 milhões de euros.

Assim, gostava de lhe perguntar, Sr.<sup>a</sup> Ministra, quanto, na verdade, é que custará este alargamento da licença parental, como está previsto nesta iniciativa legislativa cidadã, e se temos a expectativa de ver, finalmente, a licença parental alargada mesmo em 2025, que faz tanta falta a tantos bebés e a tantas famílias.

*Aplausos do L.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Cabrita, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, o PS sempre avisou que o cenário macroeconómico da AD era irrealista. Pois bem, muito à maneira do PSD, poucos meses depois das eleições, das promessas de crescimento económico, de crescimento do investimento, de crescimento das exportações, de crescimento do emprego, pouco resta. O emprego vai crescer três vezes menos do que prometeram: apenas 0,5 % ao ano. São menos 200 000 postos de trabalho ao fim de quatro anos, e com menor crescimento dos salários, como prova o que enviaram para Bruxelas.

Mas o grave é que, em vez de tomar medidas para melhorar a situação, para melhorar as perspetivas de crescimento do emprego e dos rendimentos, aceitam e promovem medidas que vão piorar a situação a médio prazo. Por exemplo, aceitaram, no acordo de concertação, o famigerado 15.<sup>o</sup> mês, isento de impostos e contribuições.

Nós respeitamos a concertação e os parceiros, o que não compreendemos é que o Governo aceite pôr num acordo de rendimentos uma medida que, objetivamente, vai limitar o crescimento dos salários no futuro e as pensões futuras das pessoas. É uma armadilha, é um cavalo de Tróia num acordo de rendimentos, e é o Governo que é responsável por este cavalo de Tróia.

E nas pensões? O Governo já usou, em 2024, um suplemento extraordinário, quando nada de excepcional o justificava, a não ser, talvez, o cenário de eleições antecipadas.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Bem lembrado!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Foi uma tática!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Para 2025, acabou de admitir agora a receita, errada e mais cara do que um aumento de pensões, e, além disso, uma opção de politização e clientelismo, mesmo antes das autárquicas.

Mas o Governo tem mesmo um problema com a proteção dos rendimentos dos pensionistas, não só os futuros como os presentes. Soubemos ontem que, no início do mês, a União das Misericórdias deu instruções a legitimar que instituições sociais pudessem reter parte do bônus extraordinário que deram aos pensionistas.

*O orador exibiu uma notícia relativa ao que mencionou.*

Sabe que, em 2022, no pico da inflação, no único apoio extraordinário que o PS deu houve IPSS (instituições particulares de solidariedade social) que tentaram fazer o mesmo? O Governo PS agiu e impediu esta prática abusiva, obrigando mesmo que houvesse devoluções. Ora, o Governo está em silêncio há semanas e a pergunta que lhe faço é muito simples: vai agir para pôr cobro a esta prática abusiva?

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder a estes pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Ministra, tem 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Eurico Brillhante Dias, agradeço a sua observação, mas na verdade não colocou nenhuma questão concreta.

Não deixo, contudo, de lhe dizer que é certo que temos excedente na Segurança Social — ainda bem, isso deixa toda a gente mais tranquila —, mas aquilo que nos diferencia do Governo anterior é que não estamos cá só para arrecadar, estaremos cá também para distribuir, quando for o caso.

Sr. Deputado José Soeiro, e respondo também ao Sr. Deputado Miguel Cabrita, aquilo a que chamam impropriamente «15.º mês» é um regime de prémios de produtividade. Não é um 15.º mês porque não se aplica aos prémios regulares — não é uma prestação regular —, corresponde a um sistema efetivamente novo, que visa estimular a produtividade. E não é uma armadilha, porque só há direito ao regime específico de isenção de TSU e de IRS se a empresa assegurar que manteve o nível de aumento de salários previsto no próprio acordo de valorização.

*Protestos do Deputado do PS Miguel Cabrita.*

É esta condição que faz com que não seja viável, ou sequer concebível, as empresas substituírem o aumento de salários por um prémio de produtividade.

Agora, efetuado esse aumento de salários, evidentemente que faz sentido premiar a produtividade, porque é um trabalhador que trabalha mais e que, naturalmente, recebe mais. E isso é uma vantagem não só para as empresas. Não é uma borla para as empresas, é uma vantagem bem calculada, mas é também uma vantagem para os trabalhadores, porque têm aquele rendimento isento de IRS e de contribuições.

Aliás, estranho muito que os senhores Deputados da esquerda deste Hemiciclo achem mal medidas que dão mais rendimento aos trabalhadores. Parece-me mal!

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Achamos mal, achamos muito mal!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Quanto ao alargamento da licença parental, não sei onde é que a Sr.<sup>a</sup> Deputada do Livre viu que teríamos isto para 2026 ou para 2030...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Inventaram!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — O que nós quisemos saber foi se teríamos já para 2024, porque isso significaria termos de corrigir o Orçamento, e não vamos ter.

A Sr.<sup>a</sup> **Isaura Morais** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Teremos ocasião de apreciar essa medida no âmbito de várias medidas da conciliação...

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Quanto custa?

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — ... e, imagine-se, indo primeiro também à concertação social, que é o que devemos fazer para este tipo de medidas que não só têm natureza social como também natureza laboral.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Quanto é que custa?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Temos agora um segundo grupo de perguntas à Sr.<sup>a</sup> Ministra. O primeiro pedido de esclarecimentos...

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado pede a palavra, para que efeito?

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Para uma interpelação à Mesa, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, o Parlamento, via Comissão de Trabalho, requereu ao Governo que lhe enviasse as contas da estimativa da medida que estava agora aqui a ser discutida, da licença parental, na medida em que o Governo dirigiu ao Presidente da Assembleia da República um documento em que falava de 400 milhões de euros e a Sr.<sup>a</sup> Ministra, na audição regimental, falou de 200 ou 200 e poucos milhões de euros.

Creio que o documento ainda não chegou, e era importante que o Governo mandasse esse documento... ou até os dois documentos, porque parece que há uns ministros que fazem umas contas e outros ministros que fazem outras contas.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Mas estão todas certas!...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa regista, mas essa poderia ter sido uma pergunta feita à Sr.<sup>a</sup> Ministra. Certo?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem de descontar o tempo!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — E foi feita, mas não respondeu.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Bom, a Mesa fará a sinalização de que o Governo deve enviar o documento ao Parlamento, naturalmente.

Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, 3 milhões de trabalhadores, ou seja, 62 % dos trabalhadores auferem salários abaixo de 1000 €. Destes, 19 % ganham um salário mínimo, apenas, e perto de 20 % estão em risco de pobreza.

O Governo insiste no modelo de baixos salários, adiando lá para 2028 o salário mínimo de 1020 €, que deveria estar a garantir já hoje.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — O PCP não propõe por acaso 1000 € imediatos e a atualização geral dos salários em 15 %, e pelo menos 150 € para todos. E não, Sr.<sup>a</sup> Ministra, não é com o truque da redução da carga fiscal sobre o trabalho suplementar que resolve o problema de fundo, que são os salários de base muito baixos, porque este truque obriga os trabalhadores a trabalhar mais horas — como se não trabalhassem já muito! —, mas sempre pelo mesmo preço do salário baixo, e a ilusão de mais rendimento não é justiça nem repartição justa da riqueza.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — O Governo, como a direita, insiste na exigência do aumento da produtividade,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Agora falou bem!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... mas o certo, Sr.<sup>a</sup> Ministra, é que a produtividade cresce, cresce, cresce e os salários marcam passo, como se mostra neste gráfico.

*O orador exibiu um gráfico.*

É a teoria da pescadinha de rabo na boca! Não é ciência económica, é uma opção de classe.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Qual gráfico? Mostra lá o gráfico outra vez!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — O Governo também não resolve o problema gravíssimo da precariedade, que atinge mais de 16 % dos trabalhadores e chega aos 54 % entre os jovens menores de 25 anos. Aliás, mais de 70 % dos novos contratos de trabalho são precários.

Já agora, em relação às pensões de reforma, mais de 70 % recebem menos de 500 €, e o Governo limita-se a dizer que fará uma atualização regular nos termos da lei...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi desligado automaticamente.*

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Mostra o gráfico!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Galveias, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, perante o resultado positivo previsional de 2024, de 4157 milhões de euros, e de 4712 milhões de euros, previstos para 2025, nas contas da Segurança Social, perspetivava-se que para este Orçamento houvesse um maior acréscimo, no que às pensões diz respeito. No entanto, e face ao mapa previsional, não é o que acontece.

Segundo foi afirmado ontem, neste Parlamento, há vida para além do excedente orçamental. É verdade, Sr.<sup>a</sup> Ministra! Ontem, neste Parlamento, ficou visto que 375 milhões de euros são para o RSI, 156 milhões de euros são para viagens do Governo, mas para os mais vulneráveis apenas migalhas, por muito que a Sr.<sup>a</sup> Ministra o negue.



*Aplausos do CH.*

Não podemos ser indiferentes para com os idosos e as pensões de miséria que recebem depois de uma vida de trabalho.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, orgulho-me de pertencer ao partido que, desde 2019, mais fez para restituir a dignidade roubada aos pensionistas. Queremos os idosos com pensões dignas, para que não sejam obrigados a viver das esmolas do Estado, como o suplemento extraordinário dado por este Governo, em outubro, tal qual o Governo Socialista fez na Legislatura passada.

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

Em vez de suplementos, porque não aumentos das reformas?

Quanto mais pobres, maior o domínio sobre quem depende das esmolas do Governo.

Por nós, no Portugal de hoje, não haveria nenhum idoso com prestações inferiores ao ordenado mínimo. E pela Sr.<sup>a</sup> Ministra?

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do Grupo Parlamentar do CDS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, uma marca fundamental deste Orçamento, e que é uma marca que o CDS defende há muito tempo, é a marca social.

O CDS, representando uma direita social, sempre defendeu, ao longo da sua história, o aumento das pensões mais baixas e a complementaridade e reforço do setor social. Por isso, o CDS saúda vivamente o facto de este Orçamento aumentar pensões, de aumentar as pensões mais baixas e de aumentar o CSI para os pensionistas de mais baixos rendimentos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por outro lado, outra iniciativa que o CDS saúda é o reforço do setor social. Em particular, o CDS saúda uma medida que é muito cara ao nosso partido e que significa a duplicação da consignação de IRS para apoiar orçamentos de milhares e milhares de IPSS e de entidades que passam todos os dias a fazer o bem e a apoiar os mais carenciados.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — São migalhas!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E, por isso, a primeira pergunta que gostava de lhe fazer, Sr.<sup>a</sup> Ministra, era no sentido de saber quantas entidades vão beneficiar do aumento da duplicação da consignação da coleta em sede de IRS para o próximo ano.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por outro lado, o Governo assumiu também o compromisso de aumentar em 3,5 % o apoio ao setor social, através da participação pública mensal, e as perguntas que gostaria de lhe deixar são estas: em primeiro lugar, quais são as entidades que vão beneficiar deste reforço do apoio público? Em segundo lugar, quais são as principais medidas que o Governo tem previstas para reforçar o setor social, designadamente a revisão da lei do financiamento do setor social?

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O PSD está a dormir? Esqueceu-se de bater palmas! São os tarefeiros do PS.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra a Sr. Deputada Carla Barros, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, pelos portugueses, vamos continuar. Para os bebés, em seis meses de governação, este Governo disponibilizou mais 5000 vagas em creches. Para os jovens, mudou as políticas ativas de emprego para que incentivem mais o encontro de estágios e, de seguida, o encontro de um contrato de trabalho.

O Partido Socialista, em tantos anos de governação, nunca incrementou nenhuma mudança considerável.

Nas empresas e nos trabalhadores, para aqueles que valorizem os seus salários e incrementem o aumento do salário médio, este Governo criou incentivos.

Quanto aos reformados, Sr.<sup>a</sup> Ministra, consideramos que as reformas aprovadas neste ano receberão, já no próximo ano, a sua atualização. Com o Partido Socialista, eram precisos dois anos para que essas atualizações fossem feitas. Tantos anos de Governo e nunca implementaram esta mudança.

Para os mais idosos, que nós queremos que tenham uma vida longa, longe da doença e sem solidão, mudámos o Estatuto do Cuidador Informal; aumentámos o complemento solidário para idosos e mudámos as regras nessa atribuição; demos a oportunidade dos medicamentos gratuitos; criámos um suplemento extraordinário nas pensões e reformas mais baixas.

E nas instituições do setor solidário e social fizemos um aumento extraordinário de 3,5 %, a ser contabilizado com retroativos já desde janeiro de 2024.

*Aplausos do PSD.*

Sr.<sup>a</sup> Ministra, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos continuar a trabalhar, para que os portugueses possam...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para formular o último pedido de esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Paula Bernardo, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Bernardo** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, este é um Orçamento sustentado por um legado do Partido Socialista, um legado de contas públicas estáveis, de excedentes orçamentais, de um mercado de trabalho dinâmico, com elevado nível de emprego, com melhores empregos, com mais salários e, consequentemente, com contas da Segurança Social fortes e sustentáveis.

É por isso que é hoje possível ter uma Segurança Social que ganhou 40 anos de sustentabilidade, com o FEFSS (Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social) a atingir o objetivo de pagamento de dois anos de pensões, ao mesmo tempo que se conseguiu melhorar prestações sociais e proteger as pessoas.

Em suma, nesta área, o que o Orçamento do Estado tem de bom fica a dever-se a todo o caminho iniciado pelo Partido Socialista, às políticas iniciadas pelo Partido Socialista. Com este Governo, contrariamente ao que ouvimos agora, pouco foi criado de novo.

É hoje possível dizer aos jovens que este é um sistema de Segurança Social com futuro e que este é também o seu sistema de Segurança Social, mas para isso é essencial que a sustentabilidade da Segurança Social continue a ser uma prioridade, e alguns sinais que vemos preocupam-nos.

É essencial que o Governo não venha a ceder a experimentalismos ou a desafios que sabemos que encontram quase sempre abertura por parte de Governos de direita, como os apelos que ainda hoje ouvimos para a redução da TSU, que compromete níveis de contribuições e que põe em risco a proteção social atual e, sobretudo, a proteção social das gerações mais jovens.

Acresce ainda o facto de que, em vez de um crescimento de 1,4 % do emprego, teremos um crescimento de emprego substancialmente inferior. São menos de 200 000 postos de trabalho, portanto, menos emprego, menos salários, menos contribuições.

Já tínhamos feito esta pergunta à Sr.<sup>a</sup> Ministra, mas, como não tivemos resposta, insistimos: quanto é que vai custar à Segurança Social este incumprimento de promessas? Quanto é que vão custar estes 200 000 postos de trabalho a menos em quatro anos?

Já agora, Sr.<sup>a</sup> Ministra, relativamente a uma eventual mexida na taxa social única, qual é a posição e perspectiva do Governo?

Como também não tivemos resposta no momento anterior, gostaríamos de lhe pedir que nos diga o que pretende fazer relativamente ao facto de as Misericórdias...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Alfredo Maia, tem razão quando diz que 3 milhões de portugueses têm salários baixos. Isso deve-se às políticas que, nesta matéria, vêm de trás, porque as políticas dos Governos anteriores foram de nivelar pelo salário mínimo. Por isso é que temos 3 milhões de pessoas com salários baixos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

Pelo contrário, as políticas que estamos a desenvolver permitem valorizar o salário médio até aos valores que o Sr. Deputado bem conhece e que constam do acordo de valorização salarial. E, como o salário mínimo se determina por decreto, mas o salário médio não, só se faz isso dando às empresas condições de competitividade, de produtividade, fiscais, etc., que lhes permitam pagar melhor aos seus trabalhadores. Este acordo de valorização salarial que fizemos vai nesse sentido.

Contrariamente àquilo que me pareceu retirar do que disse, este acordo não vai aumentar o achatamento, vai diminuir o achatamento entre salário mínimo e salário médio, e é por essa via que podemos deixar de ser um País de muito baixos salários. Efetivamente, este Governo não quer que nos mantenhamos como um país de gente pobre — definitivamente, não quer!

*Aplausos do PSD.*

Queria também referir-me à matéria da marca social do Orçamento do Estado dizendo que, pelos números que temos da consignação de IRS para instituições sociais, é difícil calcular exatamente quais são as instituições sociais, porque não são só instituições sociais. O bolo é 40 milhões de euros, mas vai aumentar, e vamos ver quantas entidades beneficiarão.

As nossas informações indicam que são entidades do setor social de dois tipos: grandes entidades, como a Liga Portuguesa Contra o Cancro, por exemplo, ou a Cruz Vermelha; mas também pequenas entidades, muitíssimo importantes a nível local. A sobrevivência de muitas instituições particulares de solidariedade social a nível local é feita por esta via. Portanto, esta é uma norma que aprovámos e que é da maior importância.

Por fim, quanto à sustentabilidade da Segurança Social — que foi referida agora, mas também há pouco, pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Cordeiro, e não tive oportunidade de lhe responder —, obviamente, é uma preocupação. Aliás, esperamos o contributo dos Srs. Deputados também para essa reflexão, porque este foi um dos primeiros sítios para onde mandámos o Livro Verde para a Segurança Social. Mas não tenho a mesma

confiança em relação aos 40 anos de sustentabilidade, porque não é isso que resulta desse estudo, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada muito bem sabe.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Passamos às próximas intervenções, e está inscrita a Sr.<sup>a</sup> Deputada Vanessa Barata, do Grupo Parlamentar do Chega. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente. Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Vários têm sido os temas trazidos a este debate do Orçamento e, não querendo apoderar-me do monopólio das referências ao reino animal dos outros grupos parlamentares, devo dizer que há claramente «um elefante na sala» quando falamos deste Orçamento.

A subida da despesa na Administração Pública é um facto e constitui um risco, se tivermos em conta as projeções europeias e os respetivos cenários de desaceleração económica para os próximos anos. Tal como em cada casa portuguesa, também no Estado e na sua Administração a subida da despesa deve ser encarada com preocupação, com transparência e com responsabilidade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Com preocupação na sua redução, combatendo o despesismo que parece caracterizar esta Administração.

Com transparência nas suas contas. Tal como o bom filho não deve esconder aos pais onde gasta a mesada, também o Governo deve ser transparente com os portugueses...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — ... e informá-los, de forma clara e acessível, onde é que o seu dinheiro é gasto.

Com responsabilidade no seu controlo, como faria, aliás, um bom pai de família português.

*Protestos da Deputada do PS Alexandra Leitão.*

Desse modo, o Chega entende que o excesso de despesa da Administração Pública promove, neste Orçamento, uma ineficácia da gestão do dinheiro dos contribuintes, ficando largamente aquém em matérias de incentivo à poupança e, sobretudo, em matéria de fiscalização.

Por falar em fiscalização, numa outra nota, a Ministra do Trabalho e da Segurança Social disse, há dias, aqui mesmo, a propósito do RSI, e passo a citar: «Toda a gente que está dentro dos requisitos tem direito às prestações sociais, mas há pessoas que recebem sem estarem dentro desses requisitos.»

Reparem como a própria Ministra acaba por assumir aquilo que, no fundo, todos sabemos, que é o facto de haver muitas fraudes na atribuição das prestações sociais,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — ... que representam uma das maiores fatias do bolo das despesas da Segurança Social.

*Aplausos do CH.*

São os portugueses que pagam isto, e, por isso, a fiscalização destes subsídios é da maior importância para o Chega.

Reparem, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, que a despesa sobe, mas continuamos a acenar com subsídios a quem não quer trabalhar.

A despesa sobe, mas ninguém vê a corrupção a diminuir.

A despesa sobe, mas os jovens portugueses continuam, cada vez mais, a preferir o estrangeiro para trabalhar, para viver e para constituir família.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Têm o IRS Jovem!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — E os portugueses que trabalham para terem uma vida melhor, que descontam para que todos nós possamos ter direito à educação e à saúde, assistem de bancada e ainda se deparam com injustiças de deixar o mundo de boca aberta, como aqueles casos em que a Segurança Social se recusou a pagar o funeral de crianças que faleceram em instituições, enquanto lutavam contra doenças, porque as crianças nunca tinham descontado para a Segurança Social!

*Aplausos do CH.*

Enquanto isto, os imigrantes entram, servem-se, fazem o que querem, usufruem das prestações e do nosso Serviço Nacional de Saúde, mas, para as crianças portuguesas doentes, que morrem a lutar pela vida, não há dinheiro para o funeral.

Isto é um País ao contrário e o Chega não vai, nunca, compactuar com situações destas.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Está inscrita para uma intervenção a Sr.<sup>a</sup> Deputada Filipa Pinto, do Grupo Parlamentar do Livre. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Pinto** (L): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A cultura constitui uma dimensão crucial das nossas vidas coletivas e da democracia, mas continua a ser o parente pobre da política em Portugal e a receber tostões.

Este ano, o Governo propõe 0,45 % do Orçamento do Estado para a cultura. Continuamos a dizer ao setor cultural que, apesar de ser fundamental para o nosso País, tem de continuar à míngua e a contar tostões para sobreviver.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Pinto** (L): — Precisamos de garantir que pelo menos 1 % do PIB é investido na cultura, para nos aproximarmos da média europeia. Precisamos de garantir o reforço da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, da Rede Portuguesa de Arte Contemporânea, e da criação e circulação de obras em todo o País.

Falemos, então, de futuro. Este Parlamento aprovou, há poucas semanas, um projeto do Livre para a criação de uma rede de casas da criação, uma nova tipologia de espaços culturais para promover a criação, a experimentação e a fruição cultural nas comunidades. Sabemos que o Governo muito tem dito sobre a relevância da cultura para a coesão territorial. Resta saber se está ou não disponível para passar das palavras aos atos e aprovar em Orçamento do Estado a criação desta rede tão importante para o nosso País e para as nossas comunidades.

Hoje, na Casa da democracia, queremos também falar de democracia, de um serviço público de cultura, da preservação de uma comunidade informada, que escrutina, questiona e participa, da preservação de uma comunicação social livre e com tempo para investigar e trabalhar.

O Governo apresentou um bonito conjunto de intenções, um *PowerPoint* com um plano de apoio à comunicação social. Entre declarações infelizes e a retirada de «gorduras» da RTP, soubemos que é objeto do Governo descapitalizar e reestruturar uma empresa sem dialogar com os sindicatos.

Mas não é tudo: não há uma única medida que apoie organizações de comunicação social livres e independentes de forma sustentada. Sabemos que financiar a comunicação social assusta sempre alguns, mas sabemos também que é possível garantir um financiamento ao jornalismo independente e de investigação.

O Livre vai apresentar uma proposta nesse sentido. Está o Governo disponível para alargar o conjunto de medidas de apoio à comunicação social e inovar na forma como financiamos o jornalismo independente em Portugal?

Srs. Membros do Governo, o ser humano precisa tanto de cultura como os peixes precisam de água para viver. Quanto mais evoluídas as sociedades, mais investimento há em cultura. O Livre defende que Portugal não fique para trás e que o investimento na cultura seja reforçado.

*Aplausos do L.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — A próxima intervenção é do Sr. Deputado Bruno Nunes, do Grupo Parlamentar do Chega. Faça favor, Sr. Deputado.

*Pausa.*

O Sr. Deputado não está, de momento.

Passamos, então, à próxima intervenção e, depois, recolocaremos...

O Sr. **Secretário** (Gabriel Mithá Ribeiro): — Já está.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Já está, muito bem.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Sr. Primeiro-Ministro não está, mas eu vou fazer uma alusão.

De facto, não somos da mesma geração, mas andámos na escola num período e numa altura em que as histórias e as fábulas nos ensinavam tanta coisa. Uma dessas fábulas, de que todos ouvimos falar, era *Pedro e o Lobo*.

Em relação a esta questão de o Governo estar há mais de 24 horas a gritar pelo Chega e por André Ventura, e não sai deste registo,...

**Vozes do PSD:** — Mas alguém do Governo falou do Chega ou do André Ventura?!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — ... creio que era importante que o Governo se preocupasse em governar ao invés de ter este tipo de retórica a tentar alavancar e alimentar esta conversa.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas alguém falou do Chega? Alguém falou do André Ventura?

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Ele é que está sempre a chamar os Deputados!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Mas de onde vem isto? De onde vem esta história? Em 2018, Luís Montenegro queria derrotar Rui Rio e, para tal, precisava de André Ventura — e não é fábula —, mas André Ventura tinha, de facto, o caminho traçado, sabia que o seu lugar não era aí e que tinha um projeto muito, mas muito, maior para Portugal e, portanto, iniciou um novo caminho para Portugal.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Essa é muito boa! Foi tudo ao contrário!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Neste mesmo ano de 2018, o agora empolgado Deputado Hugo Soares fazia uma declaração em que dizia que Rui Rio não deveria aprovar, mesmo sem ver, o Orçamento do Estado do Partido Socialista.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tal e qual!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Nessa altura, em 2018, Hugo Soares e Luís Montenegro apelavam à bancada do PSD uma insurreição, dizendo que passariam a independentes...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É mentira! Isso é mentira!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — ... ou renunciavam ao mandato se não cumprissem aquilo que eram os desígnios da sua vontade.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso não é verdade! É mentira! O senhor é um aldrabão!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Esta revolta de quem agora grita na bancada — e pode não se ouvir lá em casa a chamar-me «aldrabão» — deixou alerta os Srs. Deputados do Partido Socialista. Chegou a altura de fazerem história. Cumpram 2018, cumpram o apelo que Hugo Soares e Luís Montenegro faziam, entrem na história conosco e, hoje à tarde, chumbem este Orçamento, que não traz nada de novo ao nosso País.

*Aplausos do CH.*

É um Orçamento que Pedro Nuno Santos queria chumbar, mas os autarcas do Partido Socialista não permitiram, porque estão apertados com o PRR, porque sabem perfeitamente que contraíram empréstimos para conseguir cumprir as promessas que, junto com o valor do PRR, vão apresentar como obra, o que demonstra que ambos são iguais, porque guardam as obras para o último ano antes das eleições autárquicas. Deixaram tudo para o final.

Mas a pergunta que temos aqui é: qual será a próxima ameaça? Porque, de facto, o Governo tem constantemente ameaçado os autarcas de que, se não cumprirem determinadas metas, não lhes será dado o PRR, como António Costa fez no último congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, a sua parceira Ursula von der Leyen diz claramente que, a partir de agora, o PRR deve ser executado numa postura de *top to down*, que é uma expressão fina para dizer que o senhor perdeu todos os poderes no PRR, que as autarquias perderam todo o poder no PRR e que, a partir de agora, temos outro problema no novo quadro financeiro plurianual, ao dizer-se na União Europeia que o plano não passará 1 segundo de 2026. Afinal como é que vamos resolver isto? Crê ou não que perdemos autonomia? Ou será, como diz o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, que, entretanto, entrámos numa lógica de federalismo e que vendemos a nossa soberania em troca do PRR?

Voltando à rábula de *Pedro e o Lobo*, o que se passa hoje em dia é que AD é o lobo com pele de cordeiro e vem a mais do mesmo.

*Protestos de Deputados do PSD.*

E se continuarem a gerir o País como está, o que estão a fazer é a aprovar um Orçamento socialista, e o Pedro está ao virar da esquina à vossa espera para vos apanhar.

*Aplausos do CH.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.*

O Sr. **Presidente**: — Não havendo pedidos de esclarecimento, passo a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Ministro da Economia, que dispõe de 17 minutos e 37 segundos.

O Sr. **Ministro da Economia** (Pedro Reis): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Deixem-me falar um pouco de empresas, de investimento, de política económica, de empreendedores.

Nós acreditamos no modelo virtuoso de produtividade com competitividade e com aumentos dos salários médios.

Nós acreditamos na força das empresas, dos empreendedores, das *startups* e do setor privado.

Nós acreditamos nos ganhos de escala como chave para a internacionalização.

Nós acreditamos na aposta na inovação como catalisador da diferenciação.

Nós acreditamos na captação de investimento externo estruturante e numa estratégia de apoio a projetos críticos.

Nesse sentido, não existem uma ou duas reformas, como se pergunta, para colocar o País a crescer; existe toda uma estratégia, e é essa estratégia que nós estamos a colocar no terreno.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Economia**: — É uma estratégia que assenta numa fiscalidade mais amigável. Basta dizer, em relação ao IRC, que é uma grande bandeira de sinalização de captação de investimento externo, e que comparamos mal na OCDE com uma 2.<sup>a</sup> taxa maior efetiva e na *Tax Foundation* como o 2.<sup>o</sup> sistema mais desvantajoso.

Acreditamos no licenciamento mais ágil para o investimento, no alinhamento dos objetivos da descarbonização com a revisão dos PDM (planos diretores municipais) para assegurar o interesse público prevalecente.

Acreditamos, e estamos a fazê-lo, no reforço do sistema total de abastecimento energético para o investimento na rede de alta tensão, no armazenamento, na digitalização.

Acreditamos, e estamos a fazê-lo, na captação, geração e preservação de talento, através da definição das competências críticas e das políticas proativas de formação.

Acreditamos numa economia a crescer com base na alavancagem da competitividade da nossa energia renovável, que permite desenvolver um *cluster* de indústria verde, que, por sua vez, ancora todo um setor exportador.

Acreditamos nos setores transacionáveis, com valor acrescentado nacional, com escalabilidade e com fatores diferenciadores específicos, seja o *cluster* verde, azul ou a reindustrialização de ponta, os centros de serviços partilhados, o setor agrícola e agroindustrial ou o turismo qualificado.

Muito por isso, implementámos já sete ou oito vetores de crescimento. A nível do programa Acelerar a Economia, apostámos no estímulo à escala e à capitalização das empresas pela redução do IRC, pela dedução de gastos financeiros para operações de consolidação, pela dedução fiscal em IRS para a capitalização das PME (pequenas e médias empresas) e das pequenas empresas.

Estamos a apostar no desenvolvimento de talentos: mais não é do que o IFICI para trazer talentos do estrangeiro e portugueses no estrangeiro; mais não é do que os doutorados que queremos atrair para as PME; mais não é do que o estímulo à entrada de investigadores e docentes nas *startups* sem com isso violar o regime de exclusividade.

Acreditamos e estamos a trabalhar para aumentar a eficiência da nossa economia, e isto também tem a ver com o pagamento a 30 dias, tem a ver com a abertura dos avisos em contínuo, tem a ver com a melhoria de prazos de avaliação e de pagamento no PRR e no PT 2030. Estas são medidas práticas, medidas no terreno, medidas a pensar nas empresas, que é o que faz crescer a nossa economia.

Mas também ativámos, de uma vez por todas, uma linha de 3,6 mil milhões a nível do InvestEU. Para quê? Para financiar soluções de sustentabilidade na gestão de resíduos, na mobilidade, na eficiência energética e na mobilidade urbana.



Aprovámos, junto da Comissão Europeia, o regime de incentivos de grandes projetos no montante de 1000 milhões de euros para incentivarmos a descarbonização da indústria, na captação e armazenamento de CO<sub>2</sub>, no investimento em baterias térmicas, turbinas eólicas, bombas de calor, eletrolisadores.

Estamos apostados em pôr o Banco Português de Fomento a fazer e a desenhar maiores parcerias com o FEI (Fundo Europeu de Investimento) e com o BEI.

Estamos apostados em fazer do Banco de Fomento uma plataforma de apoio ao crédito e ao investimento no exterior, uma ECA (*Export Credit Agency*).

Estamos apostados em fazer do Banco de Fomento novos modelos de aprovação simultânea de PRR e PT 2030 com garantias para o financiamento da componente privada.

Estamos apostados em fazer no Banco de Fomento a simplificação de candidaturas através do portal e do *site* e desenvolvimento de novos instrumentos de capitalização.

No IAPMEI (Agência para a Competitividade e Inovação) estamos a recuperar a tradição perdida de uma dinâmica e definição de política industrial. Estamos a acelerar as agendas mobilizadoras. Estamos a incorporar, pela primeira vez, critérios ESG (*Environmental, Social and Governance*) como majorante nos incentivos às empresas.

Na ANI (Agência Nacional de Inovação), estamos a acelerar as *startups*, estamos a fazer um reforço das patentes e estamos a dinamizar as incubadoras dos *Test Beds*.

Por fim, a nível da diplomacia económica, que andou perdida estes anos, estamos a reforçar, com uma nova AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal), as visitas oficiais ao estrangeiro, os fóruns económicos, as missões de investidores a Portugal e o reforço da rede externa, tal como o Turismo de Portugal.

Na prática, estamos a atuar em todas as frentes, porque acreditamos que vamos conseguir recolocar a economia a crescer mais de forma sustentável, com uma captação de investimento externo, com base na reindustrialização verde da economia portuguesa, numa equação virtuosa entre o talento, a inovação, a produtividade, a internacionalização e o investimento, no respeito pelas empresas e pelos empreendedores, como motor verdadeiro de crescimento e como comunidades vivas de equilíbrio social e de mobilidade social.

Acreditamos na criação de riqueza via setor privado, em articulação com o setor público, porque é aí que está a chave de uma sociedade equilibrada e de uma economia com futuro.

Estamos a fazer. Vamos conseguir. Estamos a pensar em todos ao ajudar as empresas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem oito pedidos de esclarecimento, aos quais responderá, segundo a Mesa foi informada, em dois grupos de quatro.

Vou, então, dar a palavra ao Sr. Deputado João Torres, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Economia, é uma grande oportunidade e um grande privilégio poder colocar-lhe uma questão no debate da generalidade do Orçamento do Estado.

Sr. Ministro, o Governo tem várias caras em relação ao crescimento económico: tem a cara da oposição, quando acusa permanentemente o Governo anterior de empobrecer o País sem ter nenhum dado estatístico que fosse ao encontro desta mensagem política;...

*Aplausos do PS.*

... tem uma outra cara ao apresentar agora estimativas de crescimento económico no contexto do Orçamento do Estado; e tem uma terceira cara ao apresentar a estimativa de crescimento económico em Bruxelas.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Muito bem!

O Sr. **João Torres** (PS): — Por isso, Sr. Ministro, aquilo que lhe pergunto é o seguinte: qual é a sua cara em relação a estas contradições do Partido Social Democrata, da Aliança Democrática e do Governo?

*Aplausos do PS.*

Segunda pergunta, Sr. Ministro: nós percebemos que este Governo não tem nenhuma estratégia para a economia.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não ouviu! Estava distraído!

O Sr. **João Torres** (PS): — O Sr. Ministro, naquele afamado *PowerPoint* de 60 medidas — a maioria das quais copiadas ou mera continuação das que foram tomadas pelo Partido Socialista, o que, aliás, é um hábito deste Governo —, cuja monitorização me parece não estar a acontecer, disse que ia apresentar uma visão para a indústria. Hoje, o Sr. Ministro vem dizer que já está a implementar essa visão para a indústria. Então, dê-nos a conhecer essa visão, Sr. Ministro, porque nós, no Partido Socialista, e o País não a conhecemos e queremos conhecê-la.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não se percebe nada!

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Foi um ato falhado!

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Ministro, para terminar, pergunto-lhe o seguinte: sente-se confortável em pertencer a um Governo cujo Primeiro-Ministro diz...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, eu gostava de saber o que é que o Sr. Primeiro-Ministro diz. Se nos puder dizer na próxima intervenção...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Também eu!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Ontem, e hoje também, ouviu-se muito falar da regra um por um, isto é, por cada funcionário público que sai só pode entrar um novo, e criticaram muito as bancadas da esquerda.

Gostava de fazer aqui um exercício de memória. É que, antes do um por um, havia o dois por um, isto é, por cada dois que saíam só podia entrar um. Começou com o Governo do PS de António Guterres, foi continuado pelo Governo do PS de José Sócrates, depois da troica, foi continuado pelo Governo de António Costa, que, depois, baixou, em 2018, para três por dois e, depois, em 2020, para o tal um por um, que tanto se está a criticar. Por isso pergunto onde é que andava o PS?

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Ah, a IL não estava cá, é verdade!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Porque na maioria do tempo o PS governou com regras mais restritivas no papel do que um por um,...

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Haja memória!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — ...mas agora lembrou-se subitamente disso.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Factos, factos!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Está ali o Ministro!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Evidentemente, esta regra foi só no papel, como muitas, porque, na verdade, há mais 100 000 funcionários públicos nos últimos 10 anos. Foi uma regra só no papel. Houve um aumento de 15 %, e pergunto se na maioria dos serviços veem alguma melhoria de 15 %. Eu não vejo.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Está ali o Ministro!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Efetivamente, em algumas funções certamente faltarão pessoas, mas noutras funções não faltarão pessoas, pelo contrário.

Por isso, o que lhe pergunto, Sr. Ministro — para agrado da Sr.ª Deputada Marina Gonçalves —, é se não deve ser o próprio Governo, antes de falar às empresas sobre inovação e digitalização, a dar o exemplo e começar por essa digitalização.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Por último, queria acabar recomendando um livro ao Partido Socialista chamado *Arrogância Fatal* porque o Partido Socialista tem aqui uma ideia sobre a economia que é a seguinte: «Vamos escolher os setores produtivos, vamos escolher, do alto da nossa arrogância, que sabemos tudo, quais são os setores de atividade económica em que o Estado deve investir.»

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É o PS!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — É o PS, é! É isso que estou a dizer.

*Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.*

Por isso, recomendo mesmo que leiam esse livro, *Arrogância Fatal*. Não tenho fundos suficientes para distribuir a todos os Deputados, mas acho sinceramente que, sobretudo, o Deputado Pedro Nuno Santos o deve ler e enviar-lhe-ei uma cópia.

*Aplausos da IL e do Deputado do PSD Hugo Soares.*

*Protestos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Lage, do PSD. Tem 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento-o a si, o Sr. Primeiro-Ministro, as Sr.ªs e os Srs. Ministros, insiste-se que são poucas as empresas a pagar grande parte do IRC. Está mais que comprovado que quem paga cerca de dois terços do IRC são as pequenas e médias empresas,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Dois terços!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — ... e há, de facto, algumas que pagam uma fatia significativa apenas porque são as maiores, as mais escrutinadas e, também, tipicamente as mais produtivas e as que pagam maiores salários.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Grande crime! São estas empresas as grandes beneficiárias da descida do IRC.

*Aplausos do PSD.*

Diz-se também que as empresas mais beneficiadas não precisam. Mas a questão não é se precisam ou não; a questão é promovermos uma melhor afetação de recursos na economia,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — ... para estas empresas, que são produtivas, poderem reinvestir em vez de pagar mais IRC. É positivo para os seus acionistas, para os seus trabalhadores e também para os seus clientes.

*Aplausos do PSD.*

Faz-se uma análise estática, como se fossem sempre as mesmas empresas a pagar sempre o mesmo IRC naquele ano em que estamos a analisar. Isto é errado. As empresas nascem, as empresas crescem, as empresas também morrem,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — ... e temos de ter uma análise dinâmica. Um IRC mais baixo agora é um incentivo adicional para uma empresa pequena, que durante anos não dá lucros, crescer e expandir a sua atividade.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Se tal acontecer, esta empresa vai pagar menos impostos no futuro e é um incentivo, também, para as empresas que ainda não existem poderem vir para Portugal.

Sr. Ministro, tratamos as empresas grandes como se fossem pessoas, e isto é errado. Baixar impostos a grandes empresas é visto como o equivalente a baixar impostos a pessoas muito ricas, como uma medida regressiva, e isto é errado.

O IRC também não é tudo, Sr. Ministro. Temos também a redução da tributação autónoma para as empresas, que é uma medida essencial para reduzir o custo de contexto das empresas portuguesas que competem internacionalmente.

Por isso, a minha pergunta, Sr. Ministro, é como é que vê o descaramento do Partido Socialista, que não apoia as medidas que têm impacto no crescimento da economia e vem depois, a esta mesma Assembleia, queixar-se do baixo crescimento que é reportado a Bruxelas no Plano Orçamental. Como é que vê este descaramento, Sr. Ministro?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do PCP. Tem 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, o discurso do Governo, em matéria de IRC, assenta numa falsidade e num dogma. A falsidade é a ideia de que todas as empresas são beneficiadas, incluindo as pequenas e médias empresas. Não é verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É, é!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Quem é beneficiado com a baixa do IRC é quem tem lucros para pagar o IRC. Não beneficia quem não paga.

**Vozes do PSD, da IL e do CDS-PP:** — Ah!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Portanto, quem já não paga não é beneficiado com isso.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Mais de 200 000 empresas!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Qual é o dogma? O dogma é este: é a ideia que não tem qualquer confirmação, bem pelo contrário, de que a baixa do IRC das grandes empresas aumenta o investimento. Não foi assim no passado, quando houve descida do IRC, não será assim agora.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é que é mentira!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Finalmente, segunda parte do dogma, a ideia de que baixando o IRC das empresas muito grandes, isso permitirá, um dia, pagar melhores salários. Ora bem, então, pergunta-se: se já lucram muito, porque é que não pagam já melhores salários? Porque é que não pagam já?

**Vozes da IL e do CDS-PP:** — Já pagam mais!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Porque a política do Governo e dos grandes beneficiários da sua política é uma política de baixos salários, é uma política de maximização da exploração dos trabalhadores.

*Aplausos do PCP.*

*Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage e do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Era importante saber quanto é que paga o PCP de impostos!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O PCP é um mau patrão!

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro. Faça favor.

*Pausa.*

As perguntas são ao Governo, não são entre bancadas. Se déssemos a possibilidade de o Sr. Ministro poder responder...

Sr. Ministro, faça favor. Tem 3 minutos.

O Sr. **Ministro da Economia:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Torres, não vejo nenhuma contradição, vejo é um enorme alinhamento no Governo e uma articulação profundíssima a tratar do investimento.

Devo dizer-lhe que recuperámos, também, reuniões de articulação e de apoio ao investimento, em que várias tutelas estão sentadas à mesa com os seus organismos intermédios, exatamente para perceber onde é que estão os bloqueios ao investimento, onde é que estão os contextos em relação ao investimento e ao crescimento económico.

De facto, e comentando o programa Acelerar a Economia, viemos com o foco na execução, com o foco na ação, é isso que estamos a fazer, e isso tem a ver com implementação. Devo dizer-lhe que, em relação ao programa Acelerar a Economia, das 60 medidas que apresentámos, em poucos meses, já estão em andamento cerca de 11 medidas.

O Sr. **João Torres** (PS): — Já estavam!

O Sr. **Ministro da Economia**: — Ou seja, não só apresentámos a redução do IRC, como tratámos da transposição do Pilar 2 no domínio da tributação mínima de 15 % do IRC; como tratámos do alargamento da elegibilidade para o IVA de caixa; como estamos a trabalhar e apresentámos a dedução fiscal para mais-valias de pessoas singulares na capitalização de empresas; como tratámos da linha de apoio da qualificação à oferta de turismo; como fizemos o lançamento da campanha internacional de turismo; como atualizámos a Conta Satélite do Mar; como fizemos a conclusão do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional; como fizemos o Plano de Ação Nacional para o Lixo Marinho, que apresentámos; e como lançámos as campanhas oceânicas.

Não fizemos mais, por exemplo, em termos de *participation exemption*, porque não nos deixaram.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Economia**: — Já agora, em relação à política industrial, dissemos bem ao que vínhamos: estamos a apostar no *cluster* verde da descarbonização da economia circular na mobilidade; estamos a apostar no *cluster* azul da bioeconomia, no *retrofit* de navios, nos serviços de portos integrados, na área da cosmética e da farmacêutica. Desculpe ir ao concreto, mas acho que é importante, quando se fala de economia, falar de empresas, de investimentos, de agendas, de setores.

*Aplausos de Deputados do PSD.*

Na indústria de ponta integrada, estamos, com um grupo de trabalho, a articular a capacitação de empresas portuguesas na aeronáutica, no automóvel, nos moldes, no espaço e na defesa, que nunca foi feito em Portugal; estamos com um *pipeline* de investimento de várias centenas de milhões de euros nos centros de serviços partilhados; e estamos a trabalhar, em conjunto, na internacionalização do setor agrícola e agroindustrial com o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas.

Portanto, em relação a execução, assumimos bem objetivos, calendarizámos objetivos e estamos a cumpri-los.

Em relação ao tema do IRC, do Sr. Deputado Gonçalo Lage, e juntando com as duas perguntas do Sr. Deputado António Filipe, diria o seguinte: o IRC...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, aproveitará um bocadinho do tempo seguinte para responder.

Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Coimbra, do Partido Socialista. Tem 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **Pedro Coimbra** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Governo não tem, não tem tido, continua a não ter, uma estratégia global para a economia nacional.

Apostou toda a sua política na efetiva descida do IRC e nos impactos que essa medida podia ter, apostou, ainda, na perpetuação de um regime assente na dispersão de incentivos, incapaz de selecionar setores estratégicos que incorporem valor acrescentado à nossa economia.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é que havia de ser bonito!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Mas o Estado não tem de interferir assim!

O Sr. **Pedro Coimbra** (PS): — A proposta de redução do IRC foi, é, e será sempre, Sr. Ministro, uma das principais divergências do PS e do Governo da AD.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Mas antes não era, é só agora!

O Sr. **Pedro Coimbra** (PS): — É muito simples explicar porquê. É que, ao contrário daquilo que aqui foi dito ainda há pouco, a verdade é que mais de 40 % das empresas não paga IRC...

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — 60 % pagam!

O Sr. **Pedro Coimbra** (PS): — ... e muitas grandes empresas já têm taxas efetivas abaixo dos 10 %, o que leva a questionar a eficácia e a justiça da medida que o Governo quer, ou queria, implementar. Será uma medida que favorece principalmente as grandes empresas já com grandes lucros e que representam 0,2 % do tecido empresarial, mas que geram 45 % da receita do IRC, sem nenhum impacto nas pequenas e nas microempresas.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinho.*

Sr. Ministro, medidas concretas para mobilizar, modernizar e dar competitividade à nossa economia são zero.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Não são, não!

O Sr. **Pedro Coimbra** (PS): — Chão de fábrica é zero.

Sr. Ministro, o senhor já não é Presidente da AICEP, mas também ainda não é Ministro da Economia, e o País precisa de um Ministro da Economia.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Esqueceu-se de assinar o termo de posse!

O Sr. **Pedro Coimbra** (PS): — Aliás, tem-nos chegado informação de uma autêntica ausência na ligação às empresas e aos setores que as representam. Por isso, Sr. Ministro, pergunto-lhe se tem dialogado, se tem recebido contributos, se tem ouvido, se tem visitado as empresas e as associações empresariais que as representam.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP. Tem 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, não tinha a intenção de começar por aqui, mas vou começar por aqui.

Vou começar pelo IRC, e a primeira pergunta que lhe faço, Sr. Ministro, é: quantas empresas em Portugal pagam IRC e, por isso, quantas empresas em Portugal vão beneficiar da redução do IRC? Eu ajudo à resposta: são mais de 200 000, e a maior parte delas são PME.

*Protestos de Deputados do CH.*

Por isso, para acabar com a demagogia do PCP, do Bloco de Esquerda, do PS e de toda a esquerda, há mais de 200 000 empresas que vão beneficiar da redução do IRC que os senhores não querem implementar.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

Um dos objetivos deste Governo é promover o crescimento da economia portuguesa, de forma a acompanharmos o crescimento dos países da coesão, porque só crescendo mais é possível termos mais

economia, termos melhores empresas e termos melhores salários, e só com melhores empresas é possível termos o País a crescer.

Srs. Deputados da Esquerda, são as empresas que, essencialmente, põem o País a crescer, não é o Estado. Esqueçam-se disso.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

*Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.*

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — São os trabalhadores! São as pessoas!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas, para o País crescer, a nossa economia tem de se internacionalizar, as nossas empresas têm de ter capacidade de se internacionalizar.

Por isso, gostava de perguntar ao Sr. Ministro da Economia quais são as medidas que estão previstas no Programa do Governo para reforçar a diplomacia económica, que foi iniciada de uma forma muito ativa pelo Ministro Paulo Portas e que foi completamente esquecida no tempo dos Governos do PS.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marta Martins da Silva, do Chega. Tem 2 minutos. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro da Economia, esta proposta de Orçamento não só ignora as lições do passado, como insiste em aplicar a mesma cartilha ideológica de sempre: mais intervenção, mais impostos, mais desincentivos ao investimento, à propriedade, à economia, aos empreendedores. Sem investimento não há crescimento.

Ainda ontem, o Sr. Primeiro-Ministro afirmou nesta Casa, e cito, «este é um Orçamento que não aumenta um único imposto».

Vou então informá-lo, porque anda desatento.

Falemos da majoração do IMI (imposto municipal sobre imóveis) para terrenos em áreas de pressão urbanística proposta no programa Mais Habitação, que este Governo pretende perpetuar — mais um golpe brutal para proprietários e empreendedores. Em alguns municípios, esta majoração já agravou a taxa de IMI em 10 vezes este ano, e, a partir de 2025, a mesma será agravada anualmente a um ritmo alucinante.

Um exemplo concreto, que posso distribuir para quem vier aqui dizer que não estou a falar verdade: um pequeno empresário da área da construção civil, detentor de dois terrenos para construção, em 2023 pagava 1900 € de IMI, em 2024 pagou quase 18 000 € de IMI,...

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — ... em 2025 vai pagar mais de 21 000 € de IMI.

*Aplausos do CH.*

Esperamos, Sr. Primeiro-Ministro, que nenhum dos seus 59 imóveis esteja localizado em áreas de pressão urbanística.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh lá!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!



A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Pergunto: vai o seu Governo continuar a impor uma política de controlo económico digna dos regimes socialistas mais repressivos? Não concorda que esta política e esta asfixia fiscal vão agravar ainda mais o acesso à habitação e os valores da construção?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, dispondo de 2 minutos, tem agora a palavra o Sr. Deputado José Rui Cruz, do Partido Socialista.

O Sr. **José Rui Cruz** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro, a primeira pergunta que gostaria de lhe fazer tem a ver com o seguinte: ouvimos, durante a campanha eleitoral do PSD, que um dos grandes objetivos seria a apresentação de um pacote — o célebre pacote do PSD — para a economia.

*Risos do PS.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh lá!

*Protestos de Deputados do PSD.*

O Sr. **José Rui Cruz** (PS): — Ora, o que verificamos é que chegamos ao dia dois do primeiro Orçamento e não há nenhum pacote, nem sequer um pacotinho; aliás, as bancadas que sustentam o Governo limitaram-se a falar no ponto percentual de IRC.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — A vossa bancada!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Quem sustenta o Governo é o PS!

O Sr. **José Rui Cruz** (PS): — Se olharmos para as medidas do PSD para aquilo que era o programa para a explosão do investimento, tão anunciado pelo PSD, verificamos que não existe nenhuma explosão no investimento. As medidas que estão em curso não são nem mais nem menos do que aquelas que estavam previstas no PRR, e aquelas que eram boas e que foram implementadas pelo PS são as que o PSD está a colocar em curso.

O Sr. **João Torres** (PS): — Bem lembrado!

O Sr. **José Rui Cruz** (PS): — Diz também o Sr. Ministro que uma das boas medidas que estão em curso é a dos avisos contínuos. Ora bem, esses avisos contínuos também não são nenhuma novidade, já vinham do anterior Governo. Foi uma boa medida do anterior Governo, que este Governo continuou.

Depois, também diz que outra área em que este Governo quer apostar é a das energias renováveis. É exatamente outra área em que o anterior Governo muito apostou, e que este Governo se limita a continuar.

Sr. Ministro, para terminar, gostaria de lhe fazer uma pergunta sobre o seguinte: em 2020, o seu atual Secretário de Estado do Turismo, na altura presidente da região de turismo do Centro, disse que exigia o fim das portagens nas SCUT (portagens sem custos para o utilizador). Hoje é seu Secretário de Estado do Turismo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PS votava contra!

O Sr. **José Rui Cruz** (PS): — Vamos acabar com as portagens neste Orçamento? Gostaria que o Sr. Ministro, que tutela essa área, comentasse esta afirmação do seu Secretário de Estado do Turismo.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro da Economia, tem a palavra para responder, dispondo de 3 minutos.

O Sr. **Ministro da Economia**: — Sr. Presidente, em versão telegráfica: IRC, primeiro ponto. Estamos a falar de 270 000 empresas, e não são todas grandes empresas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Antes fossem!

O Sr. **Ministro da Economia**: — Antes fossem! Dessas 270 000 empresas, 250 000 têm um volume de negócio abaixo de 2 milhões de euros. Antes tivessem mais!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso! São 270 000!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Ministro da Economia**: — Depois, faltam empresas a quem se aplique esta medida do IRC? Pois, é justamente por isso que queremos baixá-lo, para haver mais empresas que paguem IRC, porque é sinal de que há mais empresas competitivas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Claro!

O Sr. **Ministro da Economia**: — Já agora, são essas empresas que pagam IRC que criam emprego, que promovem a inovação, que alimentam a internacionalização.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — E que pagam mais salários!

O Sr. **Ministro da Economia**: — Portanto, talvez seja bom ter bem consciência dessa matéria.

Em relação às perguntas sobre a proximidade às empresas, ó Sr. Deputado Pedro Pinto, eu tenho estado muito no terreno. Não sei se tem o termómetro no terreno para o saber, mas tenho estado com centenas, senão milhares, de empresas e associações — que, aliás, ouvimos para fazer o programa Acelerar a Economia —, em simpósios, em seminários, em conferências com as empresas, em visitas às empresas.

Mais, quando não estou a visitá-las, é porque ando de pasta na mão, a recuperar a diplomacia económica para trazer investimento externo, que é algo que se faz caso a caso, mercado a mercado, empresa a empresa, e que se perdeu nestes anos.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Economia**: — Já agora: se não é execução, o que é que é o lançamento de 3,6 mil milhões de euros numa linha do InvestEU para financiar as empresas? Isso é o quê? Estamos a falar de um regime, que finalmente temos — como o IRA (Inflation Reduction Act) americano —, para incentivos a grandes projetos, de 1000 milhões de euros, em que podemos colocar os *clusters*. Não vou repetir-me, para preservar o tempo, mas nós definimos quais são as prioridades.

Quanto à execução e operacionalização, deixe-me só referir o caso, por exemplo, da AICEP, uma vez que falou de diplomacia económica. Em relação ao número de visitas a certames internacionais no estrangeiro, em três meses, este conselho de administração fez oito. Sabe quantas é que fez o anterior no resto do tempo? Sete. Nestes poucos 90 dias, fizeram 10 missões ao estrangeiro. Sabe quantas é que foram feitas pelo anterior? Sete.

E podíamos continuar: pela primeira vez apresentámos uma revisão do modelo financeiro, um plano estratégico, e está em curso a revisão dos estatutos. Portanto, nós estamos a atuar também nessa matéria.

Em relação ao tema do Acelerar a Economia, realmente, oiço críticas: por um lado, há medidas a mais, fomos a todos os setores, e, por outro lado, não conhecem as medidas. Bom, as medidas são públicas. Vieram das empresas, vieram das associações, que nós soubemos ouvir, e acabei de dizer que executámos 11.

Em termos de investimento, o que é que estamos a fazer? Olhe, por exemplo, esta operacionalização da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2024, que é um regime de incentivos. Havia investidores externos com cartas de conforto, com compromissos internacionais do Estado...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, haverá outra oportunidade para completar o que estava a dizer.

Permitam-me uma nota para dar a conhecer como vamos organizar os nossos trabalhos: vamos continuar a nossa ordem de trabalhos desta manhã, e, em função da hora a que terminarmos, veremos se ajustamos ou não, em meia hora, o início dos trabalhos da parte da tarde. Tenho o consenso de todas as bancadas quanto a isto.

Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Silvério Regalado, do Partido Social Democrata, que dispõe de 21 minutos e 25 segundos.

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O investimento na defesa nacional é hoje uma garantia estrutural para o nosso País e para a segurança das gerações futuras.

Ainda recentemente, o relatório Draghi vincava a necessidade de reajustar os compromissos europeus na área da defesa, alertando para a necessidade de investimentos maciços para recuperar os atrasos que temos neste setor quando comparados com outros países, nomeadamente aqueles que constituem uma ameaça para o nosso modo de vida.

Em tempos de mudanças geopolíticas, ameaças globais e desafios de segurança cada vez mais complexos, investir na defesa significa mais do que equipar as nossas Forças Armadas; significa garantir a soberania, a paz de um povo, a segurança de um país.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — Foi neste enquadramento que o Primeiro-Ministro reafirmou, no contexto da Aliança Atlântica, o compromisso com a meta de investimento de 2 % do PIB na área da defesa; aliás, não só reafirmou como reforçou, diminuindo num ano a data de cumprimento desse mesmo objetivo.

Esta meta é essencial para garantir que a nossa estrutura de defesa está à altura das exigências do cenário global. Cumprir esta meta, para além da garantia da coesão na Aliança, é sobretudo uma questão de responsabilidade nacional.

Alcançar este nível de investimento significa que teremos as condições para modernizar as nossas Forças Armadas, assegurar mais investimento em meios físicos e reforçar o seu recurso mais importante: os homens e as mulheres que as compõem.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O orçamento da Defesa para 2025 expressa um conjunto de medidas de valorização e dignificação da carreira militar e de reconhecimento pelos serviços prestados pelos antigos combatentes.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — O Governo dá assim uma resposta integrada e estruturada aos problemas identificados em matéria de atração e retenção dos militares, demonstrando a prioridade que a AD atribuiu à Defesa e às Forças Armadas.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — Em seis meses, o Governo: já aumentou a componente fixa do suplemento da condição militar, de 100 € para 400 €;...

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — ... já equiparou a remuneração-base dos postos de praças e sargentos das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana;...

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Outra!

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — ... já alterou o suplemento de residência, reduzindo de 100 km para 50 km a distância necessária para a obtenção do mesmo;...

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Mais uma!

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — ... já aumentou o suplemento de serviço aéreo e o suplemento de embarque;...

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Mais uma!

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — ... já criou o suplemento de deteção e inativação de engenhos explosivos e o suplemento para operador de câmara hiperbárica; já procedeu à definição das regras que permitem a atribuição de uma compensação especial por invalidez permanente ou morte, que, para surpresa de muitos,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não existia!

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — ... não existia nas Forças Armadas, o que era de uma tremenda injustiça e desrespeito para com as nossas Forças Armadas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Este Governo também não se esqueceu dos antigos combatentes, que viram ser atribuído um apoio de 100 % da parcela não comparticipada pelo Serviço Nacional de Saúde para os utentes pensionistas e beneficiários do Estatuto do Antigo Combatente (EAC),...

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — ... e ainda a majoração de 90 % da comparticipação dos medicamentos psicofármacos para os beneficiários do Estatuto do Antigo Combatente não pensionistas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — Este foi o maior aumento remuneratório combinado de que há memória nas Forças Armadas Portuguesas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não havia nada, e eles merecem!

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — Em seis meses, este Governo fez mais pelas Forças Armadas do que os anteriores Governos em oito anos.

*Aplausos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.*

Mais importante do que tudo é podermos afirmar que estas medidas que referi são justas, respondem às necessidades e foram tomadas num tempo recorde.

Este é um Governo que decide, é um Governo que cumpre, é um Governo que faz.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — Aliás, não deixa de ser interessante que os números de recrutamento tenham já sofrido este ano um aumento, o que significa que os nossos jovens voltaram a olhar para as Forças Armadas como uma possibilidade de futura carreira.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

*Protestos da Deputada do CH Rita Matias.*

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, estas medidas são uma mensagem clara de que estamos preparados para assumir a nossa quota-parte na construção de um ambiente global mais seguro.

O compromisso do PSD e da AD com a defesa nacional vai além do investimento financeiro. É uma questão de visão, é uma questão de estratégia e é uma questão de responsabilidade com o futuro.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — Este investimento não é apenas em infraestruturas, não é apenas em armas, é um investimento nas pessoas, e é, sobretudo, um investimento na paz, na nossa liberdade e no futuro que queremos construir.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado José Dias Fernandes, do Chega, que dispõe de 13 minutos e 33 segundos.

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento-o, assim como o Sr. Primeiro-Ministro e todos os ministros aqui presentes.

Enquanto Deputado da emigração, foi com alguma preocupação que analisei o Orçamento do Estado para o ano de 2025. Para minha surpresa, nada consta — não há uma só proposta — relativamente às nossas comunidades,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Verdade!

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — ... a não ser a intenção de valorizar a promoção da língua portuguesa — a intenção, somente.

Se me permite, gostaria de lhe deixar aqui algumas questões.

O que pensa fazer quanto ao ensino da língua portuguesa junto das comunidades, já que só em França existem 10 000 alunos inscritos e sem aulas? Pensa ou não incluir a História de Portugal no ensino para os lusodescendentes?

Que pensa fazer para evitar a dupla tributação dos imigrantes na Suíça?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — Que medidas vai tomar quanto ao RNH (estatuto de residente não habitual), que taxa entre 40 % e 53% as reformas dos portugueses que querem voltar para Portugal, e que o Sr. Primeiro-Ministro, quando se deslocou à Suíça, no 10 de Junho, prometeu resolver, dizendo que «mais vale um pássaro na mão que dois a voar»? Vai manter a sua palavra, Sr. Primeiro-Ministro?

Sobre o reforço dos meios humanos nos serviços consulares, conforme referido no relatório do Orçamento, posso-lhe dar o meu contributo, Sr. Primeiro-Ministro. Nós, os emigrantes, sabemos como resolver o problema da proximidade.

É inaceitável que um cidadão da República Portuguesa tenha de fazer 300 km para aceder aos serviços consulares:...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — ... por exemplo, de Perpignan, França, ter de ir a Andorra; no Reino Unido, de Bristol a Londres; na Argentina, ter de atravessar o rio da Prata para ir a um consulado no Brasil.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — Por isso, a solução passa por descentralizar os funcionários destes consulados e fazer uma rede de atendimento pelas cidades com maior concentração de emigrantes. Isto teria um custo quase nulo, mas uma mais-valia na proximidade das pessoas.

Também queria deixar ao Sr. Primeiro-Ministro o meu contributo, ou recomendação, para que todos os emigrantes possam votar. O recenseamento deve ser automático para todos e não só para alguns.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — As remessas dos emigrantes enviadas para Portugal superam as da União Europeia. Não podemos ser só uma mais-valia financeira para os que cá estão e para Portugal.

Somos o único país onde os cegos e surdos pagam taxa audiovisual.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — Os emigrantes só estão cá uma vez por ano, um mês, e pagam taxa todo ano.

Os emigrantes pagam taxa de lixo na conta da água 12 meses por ano, mas só fazem lixo um mês por ano. Quer isto dizer que estão a encher os bolsos das empresas privadas.

**Vozes do CH:** — Ora bem!

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, considera os emigrantes da diáspora portuguesa com igualdade relativamente aos portugueses residentes em Portugal? Responda a esta pergunta, porque eles querem ouvi-lo.

Em suma, Sr. Primeiro-Ministro, deixem de fazer perseguição à carteira dos emigrantes e reponham os seus direitos constitucionais, que lhes retiraram. E devem fazê-lo antes que eles deixem de enviar para Portugal as suas economias, pois só assim vocês compreenderão. Eles — nós — já acordaram.

Sr. Primeiro-Ministro, responda, porque quem o está a ouvir lá fora quer ter respostas, foi por isso que eu para aqui vim.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Ministra do Ambiente e Energia, que dispõe de 17 minutos e 19 segundos, uma vez que houve cedência de tempo por parte do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra do Ambiente e Energia** (Maria da Graça Carvalho): — Sr. Presidente da Assembleia, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Colegas: A nossa atuação é orientada por três princípios fundamentais — pessoas no centro da decisão; combate às alterações climáticas; e atração do investimento. Aplicamos estes princípios a todas as áreas sob a nossa responsabilidade, e são estes os princípios que nos guiaram na preparação do Orçamento do Estado para 2025.

Irei falar-lhes de três grandes temas: a água, a conservação e o restauro da natureza e o combate às alterações climáticas.

*Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.*

No domínio da água, alcançámos um acordo histórico com Espanha no âmbito da Convenção de Albufeira, tendo ficado garantidos caudais mínimos diários no rio Tejo, a definição de caudais ecológicos no rio Guadiana e um modelo de governança da água do Alqueva. Demos especial atenção à região do Algarve.

Trabalhámos também para agilizar e reforçar os investimentos necessários para a resiliência hídrica, que ultrapassam já os 466 milhões de euros. Graças a este esforço, temos diversos projetos estruturantes em marcha, dos quais destaco a construção da dessalinizadora em Albufeira e a tomada de água do Pomarão.

Para o futuro, o Governo está a trabalhar numa estratégia nacional para a água, intitulada «Água que Une», que irá resultar num plano de investimentos nesta área para todo o País.

No plano da conservação e restauro, foi recentemente aprovada a lei europeia, e já está em marcha o trabalho para desenvolver o Plano Nacional de Restauro.

Entretanto, estamos já a tomar medidas. Os rios têm assumido um papel preponderante na nossa ação. Neste momento temos em curso a renaturalização de mais de 540 km de rios. Mas estamos igualmente a atuar ao nível das áreas marinhas protegidas, da proteção do litoral e no domínio da biodiversidade, com diversos projetos em curso.

No que diz respeito às áreas protegidas, em 2025 as reservas e parques naturais deixarão de ser geridas à distância. Iremos também criar novas áreas marinhas protegidas e manter os nossos esforços de restauro, tanto nos rios e no litoral como nas florestas, em colaboração com a agricultura.

Refletindo estas ambições, a nossa proposta de Orçamento para 2025 contempla um considerável aumento das verbas destinadas à conservação da natureza.

Os temas da energia e clima estão fortemente interligados.

Na última reunião do Conselho de Ministros, dedicada à transição climática, em outubro, aprovámos um vasto conjunto de medidas, de entre as quais destacaria: a simplificação dos projetos de energias renováveis, tanto os de grande escala como os pequenos projetos, abrangendo as comunidades de energia renovável e o autoconsumo; os incentivos à produção de gases renováveis; o estatuto do consumidor eletrointensivo, que dará uma grande ajuda a setores cruciais da nossa economia, tais como a cerâmica, o vidro, a metalomecânica e os têxteis.

Na luta contra as alterações climáticas, o setor dos transportes é uma das prioridades.

Por isso: estamos a investir fortemente no transporte público sustentável, através do Fundo Ambiental e do programa operacional Sustentável 2030; criámos um pacote de medidas de mobilidade verde, contemplando diversos apoios à aquisição de veículos não poluentes e aos passes, nomeadamente, os passes para todos os jovens, o chamado «passe sub-23»; e lançámos as bases para a descarbonização do setor da aviação.

Estas ações só foram possíveis pela estreita colaboração com os Ministros da Agricultura e Pescas, das Infraestruturas e Habitação, da Economia e da Coesão Territorial, com o forte apoio do Sr. Primeiro-Ministro.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, temos de fazer estas transformações com as pessoas e para as pessoas.

Em 2025, o combate à pobreza energética será uma das nossas prioridades. Estima-se que, em Portugal, mais de 20 % das pessoas estejam em situação de pobreza energética. Precisamos de reforçar as medidas neste âmbito, e iremos fazê-lo.

Em 2025 será igualmente apresentada a revisão do Roteiro para a Neutralidade Carbónica, visando o seu alinhamento com o PNEC (Plano Nacional Energia e Clima) 2030. Se o PNEC é a nossa referência em termos de atuação, a nova Agência para o Clima, responsável pela gestão dos diferentes fundos e dotada de uma estrutura à medida da sua importância, será o nosso braço operacional neste processo.

Com tudo isto em mente, iremos ter um Orçamento para 2025 que, no ambiente e energia, cresce globalmente 16,5 % em relação a 2024.

*Aplausos do PSD.*

O Fundo Ambiental irá manter o nível de receitas na ordem dos 1300 milhões de euros. Estamos a acelerar a execução do PO (programa operacional) Sustentável, que tem uma dotação orçamental de 3,1 mil milhões de euros até 2027, e do PRR, cujos projetos na área do ambiente, da água, do clima e da energia ascendem a 5 mil milhões de euros, a serem executados em 2025 e 2026.

Com o apoio de todos, e envolvendo todos no processo de decisão, estou certa de que iremos alcançar os objetivos que assumimos e de que teremos um País não apenas mais próximo das suas metas climáticas e ambientais, mas também mais próspero e mais justo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Ministra tem sete pedidos de esclarecimento, que serão repartidos em dois grupos, um de três e outro de quatro, de acordo com a indicação que recebemos do Governo.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Pinheiro, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Ricardo Pinheiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, saúdo a Sr.<sup>a</sup> Ministra, verificando que a agenda energética e climática que o Partido Socialista deixou ao Governo do PSD está a ser escrupulosamente cumprida.

*Aplausos do PS.*

A forma como a Sr.<sup>a</sup> Ministra teve a atenção de recuar em relação aos valores de contrapartida a distribuir aos sistemas de gestão de resíduos urbanos, e, por essa via, valorizar os municípios e a tarifa de resíduos urbanos, foi um ato de gestão extremamente inteligente, mas que, mais uma vez, foi baseado num estudo que o Partido Socialista deixou, em março de 2023.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, de qualquer forma, continuamos a ter 2 milhões de toneladas de lixo em Portugal que são depositados em aterro. Sabe dos nossos compromissos com a Europa e da forma como obrigatoriamente vamos ter de continuar a cumprir uma agenda. O Sr. Secretário de Estado do Ambiente anunciou, há quatro ou cinco dias, investimentos de 1,5 a 2 mil milhões de euros nessa matéria. Pedia-lhe que me informasse quais são esses investimentos, quais os modelos de reciclagem, onde vão ser distribuídos, onde vão ser investidos, por forma a continuarmos a proteger a municipalidade e a não onerarmos com os custos sempre quem tem financiado o sistema nos últimos anos.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, o investimento, e a captação de investimento externo, é decisivo no preço da energia em Portugal. É com alguma tristeza e preocupação que, na introdução de modelos de armazenamento de energia, que é decisiva, não vejo com a ambição necessária a forma como a bombagem hídrica deve ser introduzida neste modelo. Nós não podemos ter uma ambição excessiva na produção de energia elétrica solar ou eólica e depois pôr essa energia em Espanha. É decisivo, para a verdadeira introdução da agenda industrial verde, que este modelo esteja completamente organizado.



Sr.<sup>a</sup> Ministra, para terminar, não queria deixar de dizer que alguns destes problemas vieram do passado, mas, na verdade, governar é um exercício de presente e, acima de tudo, de visão de futuro para os portugueses e para Portugal.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português, que dispõe de 1 minuto e 4 segundos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, o Sr. Primeiro-Ministro disse que este Orçamento não aumenta nenhum imposto.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É verdade!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — A verdade é que a taxa de carbono aumenta.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, não aumenta, não!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Que impactos é que isso terá para as famílias?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não é verdade isso!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Como explica que em Espanha, sem subsidiação, a bilha de gás custe metade do que custa em Portugal?

O PCP defende a redução do IVA neste setor, mas o Governo não quer ir por aí. Porquê, Sr.<sup>a</sup> Ministra? O PCP propõe a fixação de preços máximos, mas o Governo não quer. Quem é que está a ganhar com o muito que os portugueses têm de pagar?

Gostaríamos ainda de conhecer a política para a água, na ótica do ambiente e não das promessas à agricultura intensiva e superintensiva.

Sobre o plano «Água que Une», que significa, Sr.<sup>a</sup> Ministra, a expressão «gestão interligada da água»? São transvases de norte para sul? Que impactos é que isso terá, designadamente, nos rios e na conservação da natureza? E que opinião tem a Sr.<sup>a</sup> Ministra?

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Bernardo Pessanha, do Chega, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra, o seu plano para o ambiente e energia é um conjunto de chavões, como a «transição verde», que mais não são do que a continuidade das políticas socialistas, que mantêm o povo português refém de tarifas insuportáveis e de uma dependência energética que nos coloca de mão estendida em relação ao exterior.

Com este Orçamento, é evidente que o seu Governo prefere a propaganda à ação real. Prefere criar mais uma agência ambiental para alimentar a burocracia do que enfrentar o verdadeiro problema: a Agência Portuguesa do Ambiente.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — A famigerada APA continua mergulhada em má gestão,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — ... opacidade e favoritismos, e, em vez de ser reformada e auditada, o Governo cria um novo elefante branco. Pergunto: onde está a transparência? Onde estão as auditorias?

Esta nova agência é uma solução para os portugueses ou apenas um expediente para esconder o caos que reina na APA (Agência Portuguesa do Ambiente)? E o que dizer da sua inação face à crise da água? Tanto falam do ambiente, mas ignoram a necessidade urgente de combater as perdas de água, que nos custam milhões de metros cúbicos anualmente, água que simplesmente desaparece enquanto os cidadãos pagam o preço. Portugal é um país pobre e em crise hídrica e este Governo assiste a esta sangria sem qualquer resposta.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, acompanha o Chega num plano nacional de combate às perdas de água? Acompanha o Chega na criação da rede nacional da água? Tanto se fala de sustentabilidade, mas a realidade é que este recurso tão fundamental tem vindo a ser desperdiçado de forma impune e negligente em Portugal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Ministra, Portugal não precisa de mais narrativas verdes ou de alarmismo ecomarxista,...

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Eh lá!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — ... precisa de políticas que coloquem os interesses dos portugueses em primeiro lugar, que garantam a independência energética de Portugal, que promovam uma gestão séria e responsável da água e que acabem com o ciclo de dependência e de sacrifício ao qual as famílias portuguesas estão sujeitas.

A verdade, Sr.<sup>a</sup> Ministra, é que Portugal não precisa de mais narrativas verdes, nem de propaganda do medo. O País precisa de independência energética, de uma gestão transparente e responsável dos nossos recursos e de um Governo que ponha os portugueses em primeiro lugar e não uma agenda ideológica...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Ministra tem 3 minutos para responder. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra do Ambiente e Energia**: — Sr. Deputado Ricardo Pinheiro, nos valores de contrapartida não houve um recuo, houve uma negociação minha com o Sr. Ministro da Economia e chegámos a esse valor, foi o valor a que chegámos e fico contente por estar satisfeito pela nossa decisão.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra do Ambiente e Energia**: — Na verdade, nos resíduos herdámos — e de há muitos anos — uma situação nada favorável. Precisamos de ter, em 2035, 10 % dos resíduos em aterro; em 2022 havia 57 %; em 2033, 59 %. Temos uma estratégia que vai ser apresentada muito em breve, com um grande investimento: diminuição dos resíduos, reciclagem, economia circular e biorresíduos e, na fração «resto», soluções inovadoras para os resíduos, como o aproveitamento energético, entre outras.

Em relação à bombagem e à armazenagem, iremos — e estamos a prepará-lo —, durante 2025, lançar um leilão para a armazenagem em que, a nível do mercado, vamos competir com bombagem, baterias, ciclo combinado e flexibilidade do sistema.

Sr. Deputado Alfredo Maia, a taxa de carbono não vai aumentar em 2025. Em relação ao preço da bilha de gás, sabemos que é um problema para as famílias vulneráveis, temos um apoio à compra de gás engarrafado de 10 € por cada uma das garrafas de gás, temos 3,5 milhões para esse programa — não é muito, não tem sido muito divulgado — e iremos investir no reforço e na divulgação desse programa.

Não há transvases e aproveitamento para explicar a política da água: grande prioridade às perdas — isso já está a ser feito em muitas autarquias e tem de ser feito por todo o País —, aumento da capacidade das infraestruturas que existem e, só no fim, criar novas infraestruturas.

A nova agência não tem nada a ver com a APA, é, pura e simplesmente, para gerir com maior transparência e maior eficácia os fundos, nomeadamente o Fundo Ambiental, com uma previsão e transparência nos concursos. Portanto, em 2025, iremos ter essa agência, que foi agora aprovada e que será muito importante para o Ministério do Ambiente e para a energia.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra, ao contrário de outras áreas de «política de terra queimada», nas suas declarações temos reconhecido empenho e rigor nos temas da transição energética,...

*Protestos do CH.*

... bem como o trabalho em muitos dossiês herdados. Contudo, Sr.<sup>a</sup> Ministra, há algo que não bate certo neste cenário. Assim, coloco-lhe algumas questões: como é que podem continuar a querer manter estes compromissos, com o fim da isenção do ISP para biocombustíveis avançados, com uma previsão de receita de 100 milhões de euros? Levanta dúvidas sobre como foi calculado esse valor. Ao mesmo tempo, como é que esse valor foi calculado quando a proposta de lei ainda não está discutida?

Sr.<sup>a</sup> Ministra, como é que se pode aumentar os compromissos internacionais, quando as formas de cumprir os compromissos internacionais são deixadas para trás nesta medida? Sr.<sup>a</sup> Ministra, como é que nesta matéria foram, literalmente, colocadas as finanças à frente do ambiente?

É que não há justificação nenhuma para o biometano, os gases renováveis ou, por exemplo, o hidrogénio terem deixado de ter apoios quando estamos a falar de rodovia — e a necessidade de descarbonizar a rodovia é crucial, Sr.<sup>a</sup> Ministra. Nesta matéria, as finanças ficaram, claramente, à frente da estratégia ambiental.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, os temas do armazenamento e das interligações são também questões cruciais para o Partido Socialista. Por isso, queremos que estes dossiês não sejam deixados e que continuem a ser estratégia deste Governo, como o eram, no passado, para o Partido Socialista.

Uma última nota, muito relevante, que tem a ver com o IVA da eletricidade, crucial para as famílias mais desfavorecidas. Ainda hoje, ouvimos o PSD atacar esta medida que está presente no Orçamento do Estado; uma medida que teve votos contra do PSD e do CDS, que está presente neste Orçamento do Estado e que permitirá às famílias, nomeadamente as mais vulneráveis, pagar menos eletricidade e, dessa forma, ter mais poupança.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — É a vez da Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, as políticas do ambiente não podem esgotar-se na mitigação nem na descarbonização da economia. É importante, mas temos de ir além disso. E quando olhamos para este Orçamento do Estado, verificamos — e certamente concordará com o PAN — que é lamentável que o mesmo desça em 700 milhões de euros na área dedicada ao ambiente. Esperamos que o Ministério das Finanças possa libertar estas verbas, para que a Sr.<sup>a</sup> Ministra possa fazer aquilo que efetivamente tem de ser, neste momento, um compromisso de Portugal.

Desde logo, vemos que há um incumprimento nas exigências da lei do clima. Por outro lado, é um Orçamento que continua a dar borlas fiscais, através das isenções sobre os produtos petrolíferos — falamos de mais de

300 milhões de euros — e em que o Governo opta por implementar a taxa de carbono onerando as famílias, ao invés de utilizar estes 300 milhões de euros, por exemplo, para financiar os passes sociais,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então o Governo não tem a taxa de carbono?!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... ou até mesmo para alargar a tarifa social da energia e do gás às famílias carenciadas. E pergunto-lhe se concorda que este dinheiro seria muito mais bem empregue nesta política do que em estarmos a dar borlas fiscais à Galp ou a outras entidades semelhantes que têm lucros astronómicos que ultrapassam os 800 milhões de euros e que não precisam do financiamento do Estado.

Mas gostaria de a questionar, ainda, em relação ao plano nacional de restauro da natureza, porque, como disse, mitigar não basta, é preciso conservar. Por isso mesmo, temos de cumprir a Lei Europeia do Restauro da Natureza, um tópico que está no Plano Orçamental-Estrutural Nacional de Médio Prazo, entregue em Bruxelas, mas que não tem qualquer financiamento, olhando para este Orçamento do Estado. Por isso mesmo, pergunto-lhe se está disponível para clarificar isto no âmbito deste Orçamento.

Por fim, temos a questão da conservação da natureza. O Governo disse que não iria mudar nada com o seu sentido de voto, mas não é isso que verificamos quando olhamos para este Orçamento, que foi um passo atrás na proteção do lobo-ibérico, porque este Orçamento deixou de fora o programa nacional para a compensação dos danos provocados pelo lobo-ibérico, que tínhamos conseguido incluir no Orçamento do ano passado e que não se pode confundir com o mecanismo já existente. Por isso mesmo, vamos propor a introdução deste programa no Orçamento, pois, ao contrário do que alguns aqui afirmam, proteger a natureza não é ecomarxismo, é assegurar a nossa própria sobrevivência e a sobrevivência deste planeta, que é único.

Como se viu na vizinha Espanha, recentemente, se não protegermos e conservarmos este planeta e se não mitigarmos as consequências das alterações climáticas, vamos ter, de facto, de lidar com fenómenos climáticos extremos...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Em mil setecentos e troca o passo não existiam cheias!... É um fenómeno novo! Inventaram agora!

*Protestos da Deputada do PAN Inês de Sousa Real.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Patrício Oliveira, do PSD, que dispõe de 2 minutos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é, de facto, com grande satisfação que destacamos o compromisso firme e os avanços concretos que o Governo tem vindo a alcançar, particularmente nestas áreas estratégicas de ambiente e energia.

A governação do atual Executivo tem evidenciado o compromisso inabalável com os desafios climáticos e a sustentabilidade, levando nesta área a uma prioridade estratégica de atuação. Desde logo, destacamos o acordo alcançado com Espanha sobre a gestão hídrica, no âmbito da Convenção de Albufeira.

**Vozes do PSD**: — Bem lembrado!

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Este acordo histórico não só assegura caudais mínimos nos rios Tejo e Guadiana, como também implementa um modelo de governação para a água do Alqueva.

Estas ações são cruciais para a gestão justa e eficaz dos nossos recursos hídricos e evidenciam a liderança ativa de Portugal na conservação da água.

O Governo também tem feito progressos notáveis na preparação da resiliência hídrica, particularmente na região do Algarve, onde já se implementa um projeto estruturante, como a primeira dessalinizadora e a captação de água no Pomarão.

Estes investimentos são fundamentais para garantir a sustentabilidade da água em regiões totalmente vulneráveis às alterações climáticas e revelam um esforço para enfrentar o problema, com soluções concretas e inovadoras.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — No âmbito da conservação da natureza, destacamos a implementação de um grupo de trabalho para aplicar a nova Lei Europeia do Restauro da Natureza.

Reabilitar 540 km de rios e criar novas áreas marinhas protegidas demonstram o compromisso com a biodiversidade e a proteção do nosso ecossistema, resgatando a gestão próxima e local das áreas protegidas, algo que valoriza ainda mais o nosso património natural.

Louvamos, ainda, o progresso a nível da descarbonização. Aprovou-se, recentemente, um conjunto robusto de medidas, que destinam 140 milhões de euros para projetos ao longo da próxima década.

Pergunto-lhe, Sr.<sup>a</sup> Ministra: no âmbito da estratégia nacional para a água, como prevê o Governo assegurar que os fundos são aplicados de forma eficaz para garantir a conclusão atempada de projetos como a dessalinizadora e o de captação de água?

E, por último, quanto ao Fundo Ambiental — um instrumento essencial para alcançar as metas da sustentabilidade —, poderia o Governo indicar as prioridades para 2025...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Raquel Ferreira, do Partido Socialista, por 2 minutos. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Raquel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra, pela forma como este Orçamento do Estado para 2025 está escrito, não se consegue descortinar efetivamente o que está ou o que não está previsto ao nível da proteção do litoral. Tem uma informação muito opaca, mais parece que o Governo, jogando à defesa, não se quer comprometer com nada.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, com uma das costas mais energéticas do mundo, Portugal é um dos países mais afetado pelos processos de erosão no seu litoral.

O problema não é recente e tem vindo a intensificar-se, como consequência das alterações climáticas e da subida do nível médio do mar, a par da dinâmica natural dos ecossistemas costeiros. Estima-se que mais de um quarto da zona costeira continental portuguesa seja afetada por intensos processos de erosão nas arribas e nos sistemas dunares e das praias.

Contudo, a perda do território não é consequência exclusiva dos processos de erosão no litoral português. O mar, aliado a episódios erosivos, ameaça afetar uma importante parte do património natural e paisagístico do País, bem como valiosos ecossistemas naturais e, com eles, uma importante biodiversidade marinha e costeira.

Com o Governo do Partido Socialista, houve investimento no litoral, nomeadamente com ações de alimentação artificial, dragagens, assim como obras de reparação de estruturas pesadas, como esporões.

Todo o nosso litoral obriga a uma atuação permanente, vigilante e persistente de recarga da praia, de reposição de sistemas dunares, de manutenção de estruturas de defesa costeira. Por isso, face a este Orçamento do Estado de 2025, que nesta matéria é vazio, pergunto, Sr.<sup>a</sup> Ministra: com este Orçamento do Estado de 2025, como vai assumir a mitigação dos fenómenos da erosão costeira?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Ministra, tem 3 minutos para responder. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra do Ambiente e Energia**: —Sr. Deputado Hugo Costa, as razões para o fim da isenção do ISP para os biocombustíveis têm a ver, essencialmente, com o facto de esta isenção já se encontrar apoiada, através de uma dupla contagem para além da obrigatoriedade de incorporação em 2 % nos combustíveis, a partir de 2025, e também com o facto de esta isenção ter vindo a ser utilizada para a importação de matérias-primas com certificados de origem de difícil escrutínio, podendo haver questões relacionadas com a prática de crimes ambientais nos sítios de origem, nomeadamente destruição de floresta.

Portanto, temos como política apoiar o uso de biocombustíveis e de gases renováveis que são produzidos em território nacional. Tivemos um apoio de 83 milhões, e depois de 70 milhões, estes dois para a produção de hidrogénio, e de 140 milhões para a produção de gases renováveis em geral.

Tem sido nossa política defender as interligações. Ainda há pouco tempo o Sr. Primeiro-Ministro assinou uma carta com o Sr. Presidente do Governo de Espanha, exatamente a defender as interligações elétricas com França.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, não descemos o orçamento em 700 milhões; o que acontece é que há uma nova estrutura do Ministério. Temos menos uma Secretaria de Estado, a da Mobilidade, que está nas Infraestruturas. Apostamos nos passes sociais; como já disse, temos um plano nacional de restauro da natureza, cujo financiamento está no Fundo Ambiental, assim como o apoio à proteção do lobo-ibérico — não vamos mudar a nossa política de proteção ao lobo-ibérico.

Sr. Deputado Hugo Oliveira, muito obrigada pelas suas palavras. Gostava de lhe dizer que as prioridades do Fundo Ambiental são, essencialmente, as questões relacionadas com a proteção da natureza, a Lei de Restauro da Natureza, a proteção da floresta, juntamente com a agricultura, as questões relacionadas com a água e a criação de áreas marinhas protegidas.

Vamos apostar em novas áreas marinhas protegidas. Por exemplo, o anúncio de os Açores protegerem 30 % do seu mar, que foi aprovado no Parlamento, só foi possível porque vamos apoiar, pelo Fundo Ambiental, uma compensação aos pescadores, como já tínhamos feito no Algarve.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Raquel Ferreira, sobre a proteção do litoral, temos 140 milhões de euros no PO Sustentável para a proteção do litoral em 2025. Já este ano, apoiámos a proteção do litoral com 27 milhões na zona da Figueira da Foz, 11 milhões na Costa da Caparica, e com 14 milhões no Vau, em Portimão, e em Loulé, na área do Garrão. São exatamente as mesmas áreas que a Sr.<sup>a</sup> Deputada descreveu, a propósito da injeção de areia e da proteção costeira — que vamos continuar a fazer em 2025.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre, que dispõe de 3 minutos e 3 segundos.

*Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Governo identificou como uma das prioridades para a sua ação política a saúde. É verdade, é um facto que o orçamento para a saúde aumenta. Por isso mesmo, estranhámos muito a ausência da Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde neste debate.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

A Sr.<sup>a</sup> Ministra preferiu dar ontem, à RTP, uma entrevista para nos dizer aquilo que já sabíamos: que o Governo quer encerrar urgências, que quer poder nomear e demitir administradores hospitalares a seu belo prazer, que a Força Aérea não tem capacidade para assumir o serviço de helicópteros do INEM;...

*Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.*

... e, no meio disto tudo, a Sr.<sup>a</sup> Ministra não teve uma palavra para os técnicos de emergência pré-hospitalar que ontem se manifestaram em frente ao Parlamento.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é efetivamente apropriado estarmos a discutir o Orçamento do Estado neste dia, que é o Dia das Bruxas, porque o Orçamento do Estado para a área da saúde é de meter medo ao susto,...

*Protestos do PSD e do CDS-PP.*

... e só com uma boa dose de pensamento mágico e, eventualmente, de feitiçaria é que podemos acreditar na superstição que o Governo nos quer vender, de que vão ser os privados que vão salvar a saúde em Portugal, quando já várias vezes, em debate, trouxemos os estudos académicos que internacionalmente mostram que, nos sistemas de saúde em que se avançou para a privatização, isso resultou em piores cuidados de saúde para os utentes.

*Protestos do PSD.*

Este Orçamento, apesar de aumentar, também não trava as transferências para os privados, que era uma crítica que já tínhamos aos Orçamentos do Estado anteriores, pelo contrário, ainda soma a tudo isto os centros de saúde privados que o Governo quer criar.

Na saúde, o Governo não faz aquilo que é mais urgente: a valorização dos profissionais, das carreiras, dos salários, das condições de trabalho. Vamos continuar a ter o Serviço Nacional de Saúde a funcionar com base em tarefeiros e em horas extra.

O Governo também não investe nas infraestruturas, um exemplo é o Hospital do Seixal. Há 15 anos que se espera pelo Hospital do Seixal e este Orçamento do Estado, mais uma vez, vai chutar para as calendas.

*Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.*

O Governo não aposta na prevenção. É um Governo que conta com o aumento de impostos do tabaco e do álcool, virtude do aumento do consumo, mas não toma qualquer tipo de medidas nesta matéria, quando todos sabemos que o tabaco e o álcool são uma das principais causas de mortalidade prematura, em Portugal e a nível internacional.

*Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis e do Deputado do CH Filipe Melo.*

O Orçamento do Estado para a saúde não toma quaisquer medidas para reforçar o SNS, para melhorar a qualidade de vida dos portugueses, para melhorar a saúde, e isso é que é verdadeiramente assustador.

*Aplausos do L.*

*Protestos de Deputados do CH e contraprotestos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há sempre a hipótese de se inscreverem para pedidos de esclarecimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Este debate é muito esclarecedor!

*Protestos do L.*

Os seus *tiktoks* são muito esclarecedores!

*Protestos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para quem não sabe, eu informo: há a possibilidade de poder questionar um orador com um pedido de esclarecimento, em vez de ser diretamente, bancada a bancada.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Sr. Presidente, não dê ideias!

O Sr. **Presidente**: — Estou a prestar um esclarecimento a quem disse que não sabia.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Gabriel Mithá Ribeiro, do Chega, que dispõe de 7 minutos e 33 segundos.

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Educação, a quem saúdo especialmente: Orçamento após Orçamento, irei repetir hoje as ideias que o Chega tem defendido neste Parlamento desde 2022, o congelamento das carreiras dos professores, técnicos operacionais e demais funcionários da escola pública, a perda acentuada do poder de compra destes profissionais nos últimos 20 anos, a falta de apoio a alunos portadores de deficiência, a falta de verbas para obras nas escolas, a mais recente falta estrutural de professores nas escolas porque os salários são maus,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — ... tudo isso deriva de uma só e única causa — o descalabro financeiro do Ministério da Educação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Solicito aos presentes que imaginem uma balança, naturalmente com dois pratos; quando um desce, o outro sobe. Coloquem num dos lados da balança os currículos e horários dos alunos — quanto mais pesam, mais aumenta a despesa pública.

Desde finais do século passado, esse prato da balança cresceu de forma exponencial.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Essa é a causa do desequilíbrio financeiro do Ministério da Educação. Para enquadrar: fiz o 12.º ano em 1984-1985; tinha três disciplinas, quatro horas por semana, num total de 12 horas letivas.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Agora também!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Neste momento, os alunos podem ter até sete disciplinas, algumas seis horas e, além disso, a frequência escolar aumentou.

Coloquem agora, se faz favor, do outro lado da balança, os direitos laborais, salários, carreiras e poder de compra de professores, técnicos operacionais e demais funcionários da escola pública.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Isso teve de ser sacrificado nas últimas décadas por causa do peso financeiro excessivo dos currículos e horários. Passou a faltar dinheiro para tudo o resto.

O pior é que a qualidade do ensino também se degradou, e muito; ficou mais caro e pior.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Isso é mentira!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Quanto mais tempo os alunos ficam nas salas de aula, mais saturados estão alunos e professores, mais dispara a indisciplina;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!



O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — ... e a indisciplina tem custos financeiros pesados que nunca equacionámos.

Mas há um outro problema, também fundamental. A nossa escola, como está, está a matar a vida social. Quanto mais tempo os alunos ficam fechados nas salas de aula, menos convivem com os seus amigos nas ruas; menos incentivos têm para se envolverem em clubes desportivos, associações, atividades cívicas ou religiosas;...

*Aplausos do CH.*

... menos tempo têm para estar com os seus avós e com a sua família, e por aí adiante.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH): — Termino com uma pergunta: como é possível, durante mais de 20 anos, uma classe política inteira rejeitar o mais elementar uso da razão?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gilvaz, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 9 minutos e 33 segundos.

A Sr.ª **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: É através da educação que quebramos o ciclo de desigualdade e que oferecemos às próximas gerações a oportunidade de alcançar um futuro melhor, independentemente do ponto de partida.

Num país onde o número de pessoas pobres aumentou, com particular incidência no número de crianças e jovens a viverem num limiar de pobreza, o sistema educativo deveria ser o verdadeiro elevador social capaz de oferecer a todos as ferramentas necessárias para desenvolver o seu potencial, porque a educação é o pilar de qualquer sociedade que se quer justa, próspera e livre.

Mas, para isso, precisamos de um compromisso real, de um orçamento que vá além das promessas e que responda efetivamente às necessidades de alunos, famílias e professores. O Governo da AD teve a oportunidade de fazer diferente neste Orçamento, mas o que vemos é mais uma oportunidade desperdiçada. Temos um Orçamento que segue o mesmo padrão dos anteriores, que falha em responder às necessidades reais do sistema educativo e das famílias portuguesas.

Tal como os sucessivos Governos do Partido Socialista, o atual Governo apresenta-nos *slides* com números, mas esquece-se do essencial, uma estratégia para reformar a educação em Portugal. E, perante mais um Governo que não reforma e que não coloca a liberdade de escolha como a trave-mestra do nosso sistema educativo, resta-nos olhar para a visão de continuidade que este Governo apresenta.

*Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.*

O Sr. Ministro Fernando Alexandre afirmou gostar de fazer políticas públicas baseadas em dados. Mas, nos últimos meses, o que nos apresentou foram revisões curriculares de disciplinas acessórias, apoios limitados à deslocação de professores e sinalizações de virtudes sobre a utilização de telemóveis nas escolas.

Mas vamos falar de dados, Sr. Ministro. O mais recente estudo da EDULOG refere que, a partir de 2026 e até 2031, teremos esgotado a reserva de professores a todas as disciplinas. Que escolas teremos daqui a oito anos? O que fará o Sr. Ministro da Educação para travar esta rota rumo ao abismo?

*Protestos da Deputada do PSD Sónia Ramos.*

Inspiremo-nos nos melhores exemplos a nível europeu que implementam medidas que a Iniciativa Liberal defende e que, adivinhe-se, funcionam.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Onde?

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gilvaz** (IL): — Desburocratização da ação educativa: educar tem de assentar em proximidade, em sensatez e em equilíbrio, e não em ações burocráticas que automatizam e descomprometem o desempenho docente; em reconhecimento e valorização da carreira docente na sua missão educativa e social; e em mais autonomia e liberdade para as escolas, para que estas possam diversificar e adequar o seu projeto educativo à sua realidade, não só ao nível de conteúdos programáticos e recursos humanos, mas também de meios digitais.

Quando as escolas tiverem mais autonomia e liberdade, haverá mais responsabilidade e envolvimento da comunidade escolar, o que significa menos Estado, menos centralismo, mais resultados, mais sucesso.

O que temos tido até agora é um Estado que avança quando deve recuar e que recua quando deve avançar, tornando o sistema educativo na manta de retalhos que hoje temos.

Como podemos falar de igualdade de oportunidades se com este Orçamento fica tudo igual? Como podemos falar de aposta nas novas gerações se com este Orçamento fica tudo igual? Como podemos querer mudar o rumo da educação se com este Orçamento fica tudo igual?

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a Iniciativa Liberal continuará a lutar por uma educação que faça a diferença, que promova a verdadeira igualdade de oportunidades, a mobilidade social e que prepare Portugal para o futuro.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro, do PSD, que dispõe de 7 minutos e 27 segundos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A oposição é crítica deste Orçamento e não apresenta nenhum argumento válido para não viabilizar o Orçamento do Estado.

*Risos do PS, do CH, do BE e do PCP.*

Se não, vejamos: este Orçamento do Estado baixa os impostos; no IRS, atualiza, por exemplo, os escalões a uma taxa superior à taxa da inflação; nos prémios de produtividade, propomos a isenção de IRS e de TSU; no IRC propomos a redução de um ponto percentual do IRC, sabendo nós, ao contrário daquilo que muitos têm dito, de toda a esquerda, que as pequenas e médias empresas é que pagam 63 % de todo o IRC e, portanto, naturalmente serão as mais beneficiadas com esta medida; traz paz social à Administração Pública; coloca o País numa trajetória de crescimento; apresenta medidas para reter os jovens no País, valorizando o papel que estes têm para o nosso futuro coletivo.

O Partido Socialista amarrou os jovens, como é sabido, a ganharem 1000 € por mês durante tantos anos. Nós, contrariamente, queremos que eles fiquem e que se possa valorizar a sua posição no País, nomeadamente as suas condições salariais.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, nós propomos condições neste Orçamento sem precedentes nos últimos anos.

O PS não reformou o País nem quando tinha maioria. Não o fez na gestão da Administração Pública, não o fez na justiça, não o fez na agricultura, por exemplo, foi incapaz de executar adequadamente o PRR, degradou os serviços públicos. Portanto, como é que o Partido Socialista pode ser contra este Orçamento? Não pode, achamos nós.

Mas também neste Orçamento é possível ver que, na área social, valorizamos o complemento solidário para idosos e a isenção dos medicamentos e até para os antigos combatentes temos medidas nesta área dos medicamentos.

Reforçamos as verbas para os custos com as creches e valorizamos o Serviço Nacional de Saúde e o acesso aos cuidados de saúde. Na saúde em particular, o Partido Socialista o que é que fez? Aumentou durante muito

tempo os orçamentos, não soube gerir e chegámos à situação de ter tantas pessoas — mais de um milhão e meio de pessoas — sem médico de família, consultas pelo telefone para substituir as consultas presenciais e empolar os números ou cirurgias em atraso.

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

O PS, que rasga as vestes com a questão da margem orçamental, perguntando quanto é a margem orçamental — essa questão em que tanto tem insistido —, é o mesmo PS que aprovou a isenção das portagens ou a redução do IVA, sem se preocupar com a margem orçamental.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ora!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Em termos de coerência, estamos falados.

No entanto, devemos reconhecer que foi sensata a posição do Partido Socialista quando decidiu viabilizar, com abstenção, este Orçamento, porque aí, quer a AD, quer o Partido Socialista, estão a pensar no País e não no seu interesse partidário, como outros partidos deste Hemiciclo.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E é preciso também fazer esse reconhecimento.

O que têm dito os outros partidos? O Chega e a Iniciativa Liberal vão apresentar, em sede de especialidade, propostas da própria AD,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Diz uma!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... mesmo que não estivessem no seu programa eleitoral, para confrontar a AD com as suas propostas que devem ser executadas ao longo de quatro anos. E, provavelmente, pelo menos o Chega irá fazer a mesma coisa relativamente a propostas do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ai é? Onde é que está o texto? Tens de dizer uma! Não és capaz!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Aliás, nós podemos dizer que isto é um mero jogo partidário. Quanto ao Chega, inclusivamente, podemos dizer que é o menino birrento que quer ser maior que o Partido Socialista e, porque não o é, berra a ver se as pessoas acreditam.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Berra?!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Vai ao ponto de já ter colocado cartazes na rua a dizer que o mérito da proposta de redução do valor das portagens é do Chega e não de quem apresentou essa proposta. Incrível!

*Protestos do CH.*

A Iniciativa Liberal, porque delineou uma estratégia a pensar que havia eleições, tem esta dificuldade agora em recuar. Mas vão sempre a tempo de recuar, Srs. Deputados.

*Aplausos de Deputados do PSD.*

O Bloco de Esquerda e o Partido Socialista nada de novo: foram à gaveta buscar o discurso do ano passado...

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Não é o PS, é o PCP!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... e ignoram, por exemplo, a valorização de 1500 milhões de euros na Administração Pública, com as carreiras especiais e a concertação social, etc.

O Livre anda perdido, tem saudades do PS quando era Governo,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Que ingratidão!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... e o PAN fala da valorização das condições para os animais, da causa animal, ignorando que este Orçamento também valoriza a causa animal e até reforça as verbas.

Srs. Deputados, a discussão em sede de especialidade é muito importante e, portanto, devemos ter sensatez nessa fase. O apelo que fazemos é à responsabilidade de todos para não descaracterizarmos este Orçamento e darmos um Orçamento que valorize o País e os portugueses.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega. Dispõe de 4 minutos e 21 segundos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O que é que temos tido nesta discussão do Orçamento do Estado? Um Ministro das Finanças que fica muito ofendido com uma expressão utilizada pela Deputada mais jovem do Parlamento português, mas não se ofende quando um membro deste Governo falta ao respeito aos militares, nem se ofende quando este Governo falta ao respeito às forças de segurança e reúne com alguém que diz «bosta da bófia».

Mas o hoje Ministro das Finanças Miranda Sarmiento não me dá lições como líder parlamentar. Aliás, recordo que o senhor era candidato único à liderança parlamentar do seu partido e teve pouco mais de 50 % dos votos. Eu, com muito orgulho, tive 100 % dos votos desta bancada do Chega. Por isso, estamos conversados.

*Aplausos do CH.*

*Risos do PSD e da IL.*

Este Orçamento é o dos três *F*: frágil, frouxo e fofinho. Frágil porque poderia ser estável, caso não existisse a teimosia de um Primeiro-Ministro que não quis ver os resultados eleitorais do dia 10 de março; frouxo porque não faz as reformas estruturais no País, como a reforma da justiça tão prometida, a reforma da saúde ou a reforma do ensino; fofinho porque mantém a história da ideologia de género, onde são plasmados 400 milhões de euros, e continua a fazer fretes à extrema-esquerda e ao Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas este tem sido um debate curioso. O PSD acusou o PS de falta de solidariedade; logo quando daqui a pouco será o PS a dar a mão e a viabilizar este Orçamento. O PS responde que vai viabilizar o Orçamento por responsabilidade e pelos portugueses; logo o PS, que durante oito anos empobreceu o País, não ligou nenhuma aos portugueses e deixou o País num caos. A grande verdade é que o PS não quer ir a eleições porque sabe que as vai perder, porque o povo português quer correr com o socialismo de Portugal.

*Aplausos do CH.*

Este Orçamento falha: falha com as forças de segurança, mantendo a discriminação entre a PJ (Polícia Judiciária) e as restantes forças de segurança e falha com os bombeiros, porque tem apenas orçamentados 35 milhões. Um Governo e um Orçamento que se esquecem do mundo rural. Um Governo que maltrata a

agricultura e as pescas. Um Orçamento que esquece o interior e a coesão territorial e esquece o Algarve e o turismo. Um Orçamento que, com o superáвите, poderia aumentar mais as pensões. Mas não, preferem guardar o dinheiro na gaveta — bom, havia quem guardasse o dinheiro no cofre da mãe.

*Risos do CH, do PSD e do CDS-PP.*

Este é um Orçamento que não corta nos observatórios nem nas fundações.

Sr. Deputado Hugo Carneiro, não é berrar, não é berrar, é felizmente podermos dizer que, graças ao Chega, os portugueses vão ter o fim das portagens nas SCUT e no Algarve. É que nós cumprimos aquilo que prometemos aos portugueses, nós cumprimos o nosso programa eleitoral!

*Aplausos do CH.*

Esta é política séria, que é a política que o PS e o PSD não têm feito durante 50 anos.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que, felizmente e graças ao Chega, os portugueses vão pagar menos de eletricidade ao fim do mês e,...

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — O quê?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... felizmente e graças ao Chega, os portugueses têm a sua voz aqui neste Parlamento.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal. Dispõe de 5 minutos e 37 segundos.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Ao longo deste debate, ficou claro que o Governo não gosta muito que se diga que este é um Orçamento socialista, nem que se diga, no limite, que é um Orçamento igual aos Orçamentos do Partido Socialista — embora tenha o mesmo nível de carga fiscal, embora tenha o mesmo nível de despesa pública, embora também não apresente reformas estruturais e que no IRS, peço desculpa pela expressão, não mexe a agulha.

Dizem que é do contexto. Certo, nós vamos aceitar que é do contexto. Então, já diz a sabedoria popular: quem não quer ser lobo... já sabem o resto da frase.

Vejam além do Orçamento do Estado, porque sobre ele já se falou durante estes dois dias: na saúde, não está tudo muito diferente; nas creches, não está muito diferente; na comunicação social, não é de todo diferente; na ferrovia, olhando para o passe ferroviário, não só não é diferente, como ultrapassam o PS e o Livre pela esquerda, portanto, vão além do socialismo.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não, não!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Vamos tentar ver um exemplo na prática governamental: em junho de 2022, confrontámos o Governo de então, do Partido Socialista, com uma lista enorme que existia de grupos de trabalho, *task forces*, comissões de acompanhamento, unidades de missão, aliás, foi um rolo que abri e que chegava até à mesa que está ali à frente. Na altura, encontrámos 62 destas unidades. Algumas, obviamente, podem justificar-se, mas existem outros riscos para além da quantidade, como o risco de banalização; a desculpa para empurrar com a barriga, que era um clássico dos Governos do Partido Socialista; e o risco de descredibilização dos serviços da Administração Pública. Também nunca se sabiam bem os custos, quer operacionais, quer de remunerações, que podiam estar envolvidos e raramente se sabia das conclusões destes grupos de trabalho.

Agora o que é que temos? É uma espécie de bingo, porque, desde que tomaram posse, grupos de trabalho — *check*; estruturas de missão — *check*; *task forces* — também; comissões de acompanhamento — também;

comissões de revisão — também. Mais 34, e, comparando com aquilo que foi o início dos Governos do Partido Socialista, já vão mais.

Termino com um apelo. Quem não quer ser socialista, quem não quer ser lobo, não lhe veste a pele. É o primeiro Orçamento, serve de desculpa. Há uma legislatura pela frente, esperemos que façam diferente.

*Aplausos da IL.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Há, há...

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Ministro da Presidência. Dispõe de 9 minutos e 4 segundos.

O Sr. **Ministro da Presidência** (António Leitão Amaro): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Depois de uma eleição, as pessoas esperam mudança e transformação. Nesta, foi mudança que pediram e é mudança que temos oferecido.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Pois, que não tiveram!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Como já não temos um Governo em permanente confusão, podemos ter agora um diferente a fazer essa transformação. Um Governo diferente, com um Orçamento diferente, com políticas diferentes. E é assim, desde logo nas contas públicas, com um Orçamento que demonstra que há um caminho diferente, que para ter contas certas não estamos condenados a um excedente asfixiante, que mostra que os portugueses não têm de estar condenados à receita socialista em que, para contas certas, temos de ter impostos e carga fiscal no máximo e os serviços públicos no mínimo e professores, militares, polícias, enfermeiros castigados e desvalorizados.

Este Orçamento mostra que, em vez desse excedente asfixiante, podemos ter um equilíbrio virtuoso, diferente e que faz toda a diferença, com um ligeiro excedente orçamental, mas com uma carga fiscal que baixa, porque vários impostos baixam e nem um, nem um único imposto aumenta, pela primeira vez de que há memória.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Mostramos que é possível baixar impostos e acelerar o investimento público, mostramos que é possível baixar impostos como não se tinha visto e pagar a valorização daqueles trabalhadores públicos, que hoje a todos parece tão óbvia, mas que só este Governo diferente finalmente fez.

E é o fazer, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, fazer diferente que é a marca deste Governo em tanta coisa. Mas também na imigração. Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, todos vimos e lembramos a porta escancarada do regime chamado «manifestação de interesse», em que bastava um pagamento para transformar em legal a imigração ilegal.

Todos vimos e lembramos as filas à porta da AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo), as 400 000 pessoas com vidas paradas, anos à espera de uma resposta do Estado, os requerentes de asilo a dormir na rua e sem trabalho.

Como todos vimos e lembramos o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) destruído, em morte lenta e trocado por uma agência paralisada. Como vimos e lembramos as polícias deixadas sem poderes, sem meios para controlar as fronteiras e a imigração ilegal.

Hoje, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, temos uma política diferente, estamos a fazer uma política diferente, que faz a diferença, que não é nem o radicalismo das portas escancaradas, nem o extremo das portas todas fechadas. Diferente, porque assume: Portugal precisa de imigrantes. Portugal precisa de uma imigração regulada, com regras e fiscalização, que assegure a ordem e a paz social, mas também com uma integração humanista para quem acolhemos no nosso País.

É essa política diferente, regulada e humanista, que está neste Orçamento e que faz toda a diferença. É um Orçamento diferente, quando reforça a capacidade do Estado: aumentamos em 23 % o orçamento da AIMA para podermos ter mais 35 % de trabalhadores até ao final do ano, fazendo a diferença ao recuperarmos os tais

400 000 processos pendentes. É um Orçamento diferente para reforçar a capacidade da rede consular: tem 3 milhões de euros para termos 50 peritos de vistos nos nossos postos consulares, para que o canal seja o da imigração legal e regular.

É um Orçamento diferente, porque melhoramos na integração ao colocarmos 240 mediadores nas escolas. Dizemos aos 150 000 alunos estrangeiros que terem uma língua estrangeira não os atira para uma desigualdade de oportunidades.

É um Orçamento diferente, porque investe muito no controlo das fronteiras e na fiscalização e controlo da imigração ilegal, ao manter a recusa da manifestação de interesse, que está a fazer a diferença, porque reduziu em 80 % os pedidos de residência; ao investir numa estrutura de missão que está a fazer a diferença, garantindo que sabemos quem são, onde está e o que faz quem veio para Portugal.

É um Orçamento diferente, quando investimos 25 milhões de euros num novo sistema de controlo de fronteiras externas, em que Portugal estava há seis meses entre os mais atrasados da Europa e na semana passada ficou o mais adiantado de toda a Europa. E faz a diferença, porque retomamos a capacidade de fazer um verdadeiro controlo nas nossas fronteiras externas.

Faz a diferença com uma nova equipa multiforças, que já está no terreno, a controlar os abusos laborais, o crime económico, a deslealdade na concorrência e a imigração ilegal; quando investe em dois centros de instalação temporária e centros de controlo da fronteira terrestre para combater a imigração ilegal.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, só ficamos melhor quando mudamos o que está pior. E na imigração, na política de imigração, havia muita coisa que estava mal. Mas só fazemos diferente, não quando continuam a falar tudo igual quando fazemos diferente e damos ao País um Governo que faz diferente.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem cinco pedidos de esclarecimento, Sr. Ministro. Responde primeiro a três e depois aos outros dois? Ou a dois primeiro e, de seguida, aos restantes três?

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr. Presidente, respondo a todos em conjunto.

O Sr. **Presidente**: — Então, o primeiro pedido de esclarecimentos é da Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda. Dispõe de 2 minutos. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, 2 minutos e 37 segundos.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimentos são 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, muito bem.

Sr. Ministro, acho difícil que o Governo pretenda sair deste debate do Orçamento do Estado sem dizer o que é que quer fazer aos funcionários públicos.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Outra vez?

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — O guru deste Governo, o antigo Primeiro-Ministro Cavaco Silva, uma vez questionado exatamente com a mesma pergunta, o que fazer aos excedentes dos funcionários públicos, respondeu: «Bom, reformá-los é demasiado caro, resta esperar que morram.».

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

Não é bonito, mas ao menos é transparente. É transparente, ficou transparente.

A minha pergunta é: o que é que este Governo quer fazer aos funcionários públicos, que não é capaz de dizer à Assembleia e ao País? Quando o Governo diz que quer impor uma regra de um para um, onde é que o Governo está a ver que há excedente de funcionários públicos? A que serviços públicos é que vai retirar funcionários?

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Por exemplo, os 35 % de funcionários que o Sr. Ministro anunciou que a AIMA vai ter, de onde é que os vai tirar para poder reforçar a AIMA? De onde? Onde é que há funcionários públicos a mais? O que é que vai fazer aos funcionários públicos, com a autorização legislativa que pede ao Parlamento? Se é para aumentar as férias, se é para aumentar o subsídio de doença, se é para aumentar os direitos na mobilidade, se é para aumentar o direito à greve, não precisa de autorização legislativa. Venha ao Parlamento, que nós aprovamos. Não precisa de autorização legislativa!

Para que é que quer a autorização legislativa para alterar o SIADAP? É para acabar com as quotas? As quotas, que são uma forma de assédio moral, que impedem a atualização salarial e são hoje o maior obstáculo à atualização salarial e progressão e fonte de injustiça nas carreiras da Administração Pública?

*Protestos da Deputada do CH Rita Matias.*

Se é para melhorar o SIADAP, se é para melhorar a progressão na carreira, não precisa de autorização legislativa! Vem ao Parlamento, o Grupo Parlamentar do PSD pode perfeitamente também assumir esse compromisso, e nós cá estaremos para isso.

Portanto, apelo ao Governo que não saia deste debate sem dizer exatamente o que é que quer fazer à função pública, e apelo a cada uma destas bancadas que dizem que querem proteger os direitos dos funcionários públicos, que chumbem estas autorizações legislativas e assumam esse compromisso até ao fim.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre. Dispõe de 2 segundos — mais a tolerância, claro.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, no tempo disponível, quero fazer apenas uma pergunta, e muito sucinta: o Sr. Ministro tem a pasta da transição dos ministérios para o novo *campus* do Governo, o que significa que há património que se vai libertar, em particular no próprio Terreiro do Paço, Praça do Comércio. É importante saber...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimentos, passo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Reis, do PSD. Dispõe de 1 minuto e 59 segundos.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Portugal não pode ser um país de *open borders*, com portas escancaradas em termos de imigração, mas também não pode fechar portas à imigração. Nós não sobreviveríamos sem imigração.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Ai não?!

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Precisamos de imigração regulada, precisamos de imigração...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Humanista!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Dos nossos! Dos nossos emigrantes!



O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — ... humanista, precisamos de acolher as pessoas que vêm aqui e procuram estabelecer a sua vida e trabalhar e dar o melhor para nós.

Algures, tem de haver equilíbrio, tem de haver moderação. Acreditamos que é neste Governo, com esta política, que encontramos esse equilíbrio,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — ... um equilíbrio entre os nossos valores humanistas de receção de pessoas que vêm e que procuram construir aqui uma vida, e também o pragmatismo que serve para a nossa economia, que serve para a nossa crise demográfica.

Por isso mesmo, quero perguntar ao Sr. Ministro da Presidência como está a avaliar neste momento as medidas e o impacto das medidas que já adotámos, em termos de regularização de processos e em termos mais gerais de política migratória neste País.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega. Dispõe de 58 segundos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro, o Sr. Ministro disse uma coisa com que estamos de acordo, que os portugueses foram a eleições e esperavam mudança e transformação.

Mas tudo isto não passou de uma fábula, uma fábula que vem nos contos de histórias, uma fábula feita pelo seu Governo, porque quando diz que não há ministérios com confusão, vou-lhe recordar: temos, por exemplo, o Sr. Ministro da Defesa, cuja principal medida é reconquistar Olivença.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Portanto, Olivença é o mais importante, neste momento, para os portugueses. Como é que nós vamos passar, se não reconquistarmos Olivença?!...

Depois, recordo também que no congresso, Luís Montenegro, Primeiro-Ministro de Portugal, disse que era um dever revermos a disciplina de Cidadania. O Sr. Ministro da Educação diz que não tem competências para isso. Portanto, nós temos de ver, também, o que é que o PSD diz.

E também temos aquelas ministras que foram desaparecendo quando houve gente a fugir da cadeia, foram desaparecendo durante os incêndios, foram desaparecendo durante isso tudo.

Portanto, este Orçamento é igual ao do Partido Socialista! Repare que até o RSI é aumentado neste Orçamento. Até o RSI. Portanto, diferenças com o Partido Socialista existem poucas.

E depois, disse «vamos investir no controlo de fronteiras». Ó Sr. Ministro, à conta de quem? À conta das forças de segurança, maltratadas pelos senhores, que fizeram promessas e não as cumpriram? Vou-lhe recordar: «Nem mais um cêntimo! Nem mais um cêntimo!».

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Passo agora a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Marina Gonçalves, do PS, que dispõe de 46 segundos, porque houve cedência de tempo ao PS por parte do Bloco de Esquerda.

**Vozes do CH**: — Ah!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Tão bom!...

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Ministro, este é um Orçamento de truques e opacidade de um Governo de truques e opacidade.

Ontem, tivemos um Primeiro-Ministro que não quis responder aos Deputados. Tivemos um Ministro das Finanças que não respondeu aos Deputados, embora tenha falado neste Parlamento. E hoje, como sobrava tempo, tivemos mais um ministro que veio aqui, a esta Casa, fez uma intervenção, mas voltou a não responder aos Deputados, voltou a deixar este Parlamento numa opacidade.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas isso é a seguir, ainda não chegou o tempo de responder!

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Por isso, Sr. Ministro, porque ainda tem tempo, tem 3 minutos, pedia-lhe que nos dissesse, usando o exemplo que aqui referiu, da AIMA, e usando aquilo que disse do reforço da AIMA: onde é que vão tirar trabalhadores? Onde é que vão descapitalizar os serviços públicos para poderem reforçar a AIMA?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Passo, de imediato, a palavra ao Sr. Ministro, para responder aos pedidos de esclarecimento. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, começo por responder ao Sr. Deputado Carlos Reis, e a resposta é simples: o plano de migrações que apresentámos em julho tem um horizonte de quatro anos. Em quatro meses já executámos metade.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua e Sr.<sup>a</sup> Deputada Marina Gonçalves, a pergunta da Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua foi exatamente esta: o que é que vão fazer aos funcionários públicos? E a resposta é: tudo aquilo que os senhores não fizeram.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Inclusive pô-los na rua!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — E vou-lhe dizer: aos professores devolvemos o tempo que os senhores congelaram; aos polícias, guardas, oficiais de justiça, militares, damos a maior valorização histórica que os senhores nunca conseguiram dar.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

Nós, o que dizemos e trazemos aos funcionários públicos é valorização, respeito...

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

... um Estado que funcione melhor, para servir melhor quem deve estar no centro da política pública, que são os portugueses, que beneficiam, utilizam e são servidos pelo Estado.

Sr. Deputado Rui Tavares, a resposta à pergunta que fez: há muitas razões para fazermos a reforma no centro da Administração Pública, qualificá-la, torná-la melhor, melhores serviços jurídicos, planeamento de políticas públicas, partilha de serviços, mas também fazer uma otimização patrimonial. Para quê? É aquilo que diz a proposta do Orçamento do Estado: libertarmos imóveis que ou são aplicados em habitação ou a receita da sua alienação é aplicada a financiar habitação pública.

*Protestos das Deputadas do BE Joana Mortágua e Marisa Matias.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vai alienar o Terreiro do Paço?

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Não, não vamos alienar o Terreiro do Paço. Não invente, Sr. Deputado!

*Aplausos do PSD.*

Sr. Deputado Pedro Pinto, esforcei-me para tentar perceber qual era a utilidade da sua pergunta, mas chego à conclusão de que é mais ou menos parecida com a utilidade do Chega na política portuguesa.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sim, sim...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nota-se bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Que, a propósito das forças de segurança, é mais ou menos esta: um Governo faz e constrói a maior valorização que tiveram e o Chega fez tudo para a impedir.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tal qual!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — A utilidade do Chega vê-se quando diz que é pela redução de impostos e aqui há duas semanas, numa sexta-feira, votou ao lado do Partido Socialista para impedir a redução de impostos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Abstenção!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... e com a sua abstenção impediu a redução de impostos sobre as empresas. Proibiu! Não permitiu que houvesse essa redução de impostos.

Sr. Deputado, eu só vejo uma utilidade, neste momento, para o Chega na política portuguesa: é ser o parceiro júnior do Partido Socialista.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

E há mais: vou ficar com atenção, no próximo mês, para ver se a discussão na especialidade não vai mostrar o Chega e o PS juntos. Juntos nessa única função, que é impedir um Governo de transformação.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco, que dispõe de 3 minutos e 17 segundos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua apelou aqui a que o Parlamento chumbasse a regra do um por um.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Só os que defendem os funcionários públicos! Não era convosco!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Vocês estão dispensados!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Estranho isso, porque o Bloco de Esquerda apoiou o PS com a regra de dois por um. Por isso, estranho muito esse apelo.

*Aplausos da IL e do PSD.*

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — É novo, mas tem memória!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — De qualquer modo, não é só a regra de um por um que apoiamos, a Iniciativa Liberal irá mesmo propor que essa regra do dois por um, do PS, volte, sobretudo para as funções administrativas. Estou certo de que a maioria dos Deputados socialistas, que já cá estavam, votarão a favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Claro que sim!...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Pergunta-se muito: «Então e os médicos e os professores?» Como se os 750 000 funcionários públicos fossem médicos, professores e polícias, e não houvesse mais. Há 260 000 assistentes operacionais, administrativos, técnicos, auxiliares...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É para despedir!...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não fazem nada!...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não digo que não haja muitos funcionários que sejam importantes, mas a verdade é que há muitas funções que dá para digitalizar.

Há um número simples: nos últimos 10 anos — praticamente todos do Partido Socialista —, o número de funcionários públicos subiu em 100 000, um número recorde. Pergunto se alguém acha que a maioria dos serviços públicos está melhor.

Sr. Primeiro-Ministro, o Estado tem participações em matadouros, em *hostels*, em barcos, em aviões. Gostava de saber se o Governo está disponível para vender algumas dessas participações.

O Estado duplicou a sua administração consultiva nos últimos 30 anos: grupos de trabalho, conselhos, comissões, institutos, *task forces* — e outros nomes que vão inventando. O PSD já propôs uma auditoria no ano passado. Gostaria de saber se, este ano, o Governo está disposto a aprovar essa auditoria.

O Estado tem também um recorde de cargos diretivos e políticos: mais de 26 000 nos últimos 10 anos, graças ao Partido Socialista, um aumento de 40 %. Gostava de saber se o Governo está disponível para aprovar uma redução desse valor.

Por último, o Tribunal de Contas tem dito que os exercícios de revisão de despesas do Estado não têm servido, perdoem-me a expressão, para nada. Por isso, gostava de saber se o Governo está disponível para aprovar um programa de incentivos aos funcionários públicos para gerarem essas poupanças.

No fim, Sr. Primeiro-Ministro, acho que todos aprendemos, com os últimos anos do Governo do PS, que atirar dinheiro para cima dos problemas não funciona. Os problemas continuam, o dinheiro desaparece. Efetivamente, não tem havido falta de dinheiro, porque, nestes anos, nunca se cobrou tanto imposto aos portugueses.

Por isso, o problema não é a falta de dinheiro, é a falta de gestão. O que pergunto é se o Sr. Primeiro-Ministro e o Governo estão disponíveis, em sede de especialidade, para aprovar muitas destas medidas de boa gestão, porque o Estado, estando em todo o lado nestes anos, tem falhado no essencial.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, podemos considerar encerrado o primeiro ponto da nossa ordem do dia.

Às 15 horas e 30 minutos retomamos os nossos trabalhos.

*Eram 14 horas e 35 minutos.*

Srs. Deputados, estamos em condições de retomar os nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 33 minutos.*

Peço às autoridades que abram as galerias para acesso do público.

Vamos, então, dar início à sessão de encerramento do debate na generalidade do Orçamento do Estado.

Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Primeiro, negaram as alterações climáticas, mas elas batem-nos à porta e da forma mais trágica, como vimos recentemente com a tempestade que assolou a nossa vizinha Espanha.

Entretanto, recusaram a proteção animal, mas mobilizámo-nos e temos, finalmente, um compromisso para que não se deem passos atrás que deitem fora oito anos de trabalho.

Este é um Orçamento que, ainda que de forma envergonhada, se aproxima de algumas agendas antidireitos humanos e anti-inclusão, que beneficiam quem mais lucra e não quem mais precisa.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, caso esta Legislatura chegue até ao fim, vamos estar perante o último Governo com poder para fazer alguma coisa pelo combate às alterações climáticas antes do ponto de não-retorno. Não é uma proposta irrecusável, mas é um facto incontestável, Sr. Primeiro-Ministro, e traz-lhe, sobretudo a si e ao seu Governo, uma grande responsabilidade que não está espelhada neste Orçamento do Estado.

É impossível, chegando ao fim da discussão na generalidade deste Orçamento do Estado, não nos sentirmos preocupadas e preocupados com o futuro que está reservado seja para o combate às alterações climáticas, seja para a proteção animal.

É incontestável que, ao longo deste processo orçamental, temos ouvido promessas intermináveis e propostas que não se materializam em medidas concretas. Tudo isto enquanto se desviam das perguntas que os portugueses querem ver respondidas, ensaiando-as em discursos bastante articulados, mas que, depois, não se traduzem na melhoria da qualidade de vida dos nossos concidadãos.

É incontestável e o diagnóstico está feito. Olhemos, por exemplo, para o atual Orçamento do Estado no que diz respeito à habitação: corta projetos como o *housing first* para ajudar pessoas em situação de sem-abrigo a sair das ruas, quando sabemos que há quem trabalhe e que, ainda assim, não tenha forma de pagar a sua casa. Há uma falta gritante de medidas que ajudem as famílias a pagar as suas prestações, bem como a diminuir o custo da habitação.

É incontestável noutras áreas também, como é o caso da causa animal, a trapalhada que foi este Governo procurar justificar o injustificável. A proteção animal ficou de fora do Orçamento, um erro que tem de ser corrigido, enquanto setores como o da caça não saíram da sua mira e, com isso, tiveram a garantia de que não lhes faltava dinheiro. Mas já para as pessoas que protegem os animais, para aqueles que trabalham e que precisam destas verbas para garantir uma sociedade mais empática e de maior respeito, nada, zero. Mas vamos a tempo de conseguir corrigir este erro na especialidade.

Também não se compreende como é que não se reduz o IVA dos cuidados médico-veterinários, que continuam a ser taxados a 23 % como se de um bem de luxo se tratasse, quando em simultâneo, por exemplo, um toureiro está isento de IVA.

Não é este o país que queremos, Sr. Primeiro-Ministro. Queremos um país comprometido com a agenda da economia verde, comprometido com a empatia para com todos os seres, mas também um país onde a dignidade e a inclusão sejam uma resposta para os nossos concidadãos.

Por isso mesmo, por este não ser o Orçamento que achamos que deve corresponder à agenda do século XXI, o PAN irá votar contra, mas não nos demitiremos de, na especialidade, apresentar propostas que tornem este um Orçamento mais progressista, mais inclusivo e de maior respeito, que não deixe ninguém para trás, seja o nosso compromisso para com o planeta, para com as gerações futuras...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Chegamos ao fim deste debate e é possível concluir três pontos essenciais.

Em primeiro lugar, há uma linha fundamental que separa este Orçamento dos do PS e da esquerda. Este é o Orçamento que começa a libertar os portugueses da asfixia fiscal socialista. Este é o Orçamento que, pela primeira em oito anos, vai baixar a carga fiscal sobre as famílias e sobre as empresas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Querem que eu repita? Eu repito. Este Orçamento vai baixar a carga fiscal aos portugueses!

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

Este é o princípio de um caminho de alívio fiscal já no primeiro Orçamento desta Legislatura. Por isso é que é estranho e profundamente contraditório que os que enchem todos os dias os discursos com *flat rates*...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Isso é para nós?!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... sejam aqueles que se opõem ao primeiro desagravamento fiscal em Portugal nos últimos oito anos.

Srs. Deputados, deixem-me dizer-vos: liberais nas ideias, socialistas nos votos.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Já lá vou!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Em segundo lugar, este debate revelou quem está mais preocupado com o País e quem está interessado em supostos ganhos políticos à sua custa.

Por um lado, temos aqueles que ainda têm dificuldade em perceber o resultado das últimas eleições e de terem passado para a oposição; por outro, aqueles a quem interessa sempre mais criar o caos do que permitir a boa governação. Os primeiros governaram Portugal na maior parte dos últimos 30 anos e deixaram sempre o País com graves problemas financeiros e sociais.

*Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.*

No Governo, deixaram famílias e empresas sob sufoco fiscal e agora querem teimosamente manter o sufoco fiscal na oposição.

Srs. Deputados do PS: os portugueses quiseram mudança e, porque quiseram mudança, escolheram a Aliança Democrática para governar. Deixem o Governo da Aliança Democrática governar, deixem o Governo da Aliança Democrática cumprir o programa que os portugueses escolheram. Deixem o Governo governar!

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

*Protestos de Deputados do PS.*

Ao segundo dos dois extremos deste Hemiciclo parece que lhes interessa sobretudo a instabilidade política, porque lhes interessa a incerteza na vida das pessoas e o caos na sociedade, porque lhes interessa que os cidadãos desconfiem das instituições e ponham em causa a autoridade do Estado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Por isso, andam por aí a manifestar posições opostas, mas não deixam de dar as mãos, desde que seja para impedir a AD de governar.

Uns decidem o voto contra este Orçamento mesmo antes de conhecerem o documento. Para estes, a ideologia vem sempre à frente da realidade. Outros autoexcluem-se da viabilização do Orçamento para, depois, se queixarem de não serem tidos em conta. Estes, repito, são sempre parte do problema, nunca parte da solução, por responsabilidade exclusiva.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, este é um Orçamento com marcas que o CDS defende há muito tempo: uma marca fiscal, uma marca social e uma marca de autoridade do Estado.

Tem uma marca fiscal, porque reduz o IRS, principalmente para os jovens, e reduz o IRC para as empresas. Tem uma marca social, porque sobe pensões, principalmente as mais baixas, aumenta o complemento solidário para idosos para os pensionistas com mais baixos rendimentos e aumenta as verbas para o setor social que apoia os mais carenciados. E tem uma marca de reforço da autoridade do Estado, com maior regulação nas migrações e com o maior aumento de sempre para polícias e para militares.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas sejamos francos: este não é o Orçamento que a AD gostaria de apresentar, é o Orçamento que a AD pôde apresentar.

Mas, atenção, há marcas deste Orçamento que são identitárias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade, é do PS!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — É socialista!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Em particular, para o CDS, é crucial baixar o IRC pela primeira vez em 10 anos. Não baixar este imposto seria descaracterizar o Orçamento e seria privar o País de um dos compromissos centrais do Programa Eleitoral da Aliança Democrática.

Foi esse o mandato que os portugueses nos deram: governar para reformar o País, criar riqueza para consolidar o Estado social. E para continuar a fazer isso precisamos deste Orçamento e não de uma manta de retalhos tecida por conluios, na especialidade, de coligações negativas entre oposições incompatíveis.

Já bastou de jogos partidários, está na altura de pôr as pessoas em primeiro lugar e de pôr o País a crescer. É isso que a Aliança Democrática tem feito desde março e é isso que vai continuar a fazer.

Este é um Orçamento que marca um novo ciclo político. É esta a ambição que o CDS tem, e por isso é que o CDS assina este Orçamento.

Sr. Primeiro-Ministro, em março começámos este caminho. Estamos determinados em levá-lo até ao fim.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, tem a palavra para uma intervenção. Dispõe de 6 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Caros Concidadãos nas galerias, Sr. Primeiro-Ministro: Na abertura deste debate orçamental, citou Padre António Vieira para dizer que somos o que fazemos, porque enquanto fazemos vivemos e quando não fazemos apenas duramos.

Esse é um pouco o defeito das citações que se fazem. Os nossos grandes dizem alguma coisa de evidente, mas não são lidos a fundo para se perceber o que dizem de diferente e que nos pode ensinar hoje.

Tive esperança, por um momento, que o Sr. Primeiro-Ministro fosse citar do Padre António Vieira, o *Sermão de Santo António aos Peixes*, para dizer que o primeiro grande defeito dos peixes não é só que se comem uns aos outros.

**Vozes do CH**: — Eh lá!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O grande escândalo é este, e a circunstância o faz ainda maior:...

*Protestos do CH e do CDS-PP.*

... «Não só vos comeis uns aos outros, senão os grandes comem os pequenos». Dizia Vieira: «Se fora pelo contrário, era menos mal. Se os pequenos comeram os grandes, bastara um grande para muitos pequenos; mas como os grandes comem os pequenos, não bastam cem pequenos, nem mil, para um só grande.»

*Protestos do CH.*

Também na altura a elite política e económica...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, desculpe interrompê-lo, mas é por uma boa razão. Todos temos de ouvir...

*Protestos do CH e do CDS-PP.*

Estão cidadãos a assistir, na galeria, aos nossos trabalhos — irei dizer quem a seguir — e era bom que também conseguissem ouvir.

Faça favor, Sr. Deputado, desculpe tê-lo interrompido, mas foi esta a razão.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Já não é a primeira vez: quando fizemos um discurso sobre Camões, o Chega também reagiu. Quanto a um discurso sobre Vieira, eles falam muito no nome, mas não o leem, não o conhecem, não querem saber e não gostam nem da língua portuguesa nem da História de Portugal.

*Aplausos do L.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vê o teu tamanho!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós orgulhamo-nos de estar em Portugal! Vocês é que não!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Porque se a conhecessem perceberiam que aquilo que ainda hoje lhes custa ouvir — ou seja, que um orçamento, a política, fazer o quê e não apenas fazer por fazer, significa servir aos mais pequenos, aos que têm mais dificuldades! — foi na altura tão radical como é hoje. Aliás, no dia a seguir a dizer estas palavras, António Vieira teve de fugir de São Luís do Maranhão.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Devias fazer o mesmo!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Porque a verdade que está aqui, ainda hoje se aplica.

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Pinto** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Portugal tem uma história extraordinária de 900 anos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês têm vergonha dela! Pergunta à Joacine!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... mas, nessa história, nunca houve elevador social a não ser nos anos após o 25 de Abril. O Estado social foi o elevador social e para muitos ainda o é.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!



O Sr. **Rui Tavares** (L): — Portugal tem até hoje um défice de olhar para aqueles que mais sofrem. Esse é o nosso grande défice que, nos últimos anos, ainda mais descuidado ficou.

Este Orçamento, na verdade, regressa a uma tese económica que tem sido a origem da nossa desgraça e não da nossa evolução: a ideia de que, dando mais aos que já são mais beneficiados, beneficiando mais os jovens que têm mais altos salários, beneficiando mais as empresas que são maiores, os pequenos irão beneficiar de qualquer coisa.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É mentira!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O Sr. Deputado Hugo Soares diz que é mentira, mas o Sr. Deputado disse há poucos dias que apenas depois de o bolo crescer o podemos distribuir, esquecendo que o bolo tem estado a crescer em termos nacionais e internacionais há muitos anos, que a distribuição está cada vez pior...

*Aplausos do L.*

... e que, nos países onde essa distribuição é feita, o bolo cresce muito mais, porque as economias crescem a partir de baixo.

Por isso, o Livre tem para este Orçamento uma visão alternativa. Para o Livre, o Orçamento de 2025 teria de ser um orçamento social, um orçamento ecológico e um orçamento da inovação.

Darei três exemplos para cada uma destas medidas. Porquê prescindir de 500 milhões de euros, em nome de favorecer os jovens mais beneficiados e com mais altos salários, em vez de distribuir um pé-de-meia para todos, para todos os que nascem em Portugal?

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Pinto**: — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Seria uma herança social, uma conta-poupança no valor de 5000 €, para que, quando chegassem à idade adulta, tivessem condições para a sua autonomia, para prosseguir estudos, para montar um pequeno negócio, e para, finalmente, poderem ter oportunidade económica.

Por outro lado, deveríamos ter também um orçamento ecológico, além de social. O Livre conseguiu, nos Orçamentos passados, que um terço do programa RepowerEU fosse aplicado na melhoria do conforto energético das casas, nomeadamente, das classes com menos rendimentos. Mas o RepowerEU vai acabar em 2026 e é, pois, preciso que o Estado, com investimento nacional, possa substituir esses fundos e continuar a fazer aquilo que precisa de ser feito para que haja dignidade e conforto nas casas em Portugal, em particular nas casas dos mais pobres. Faremos essa proposta e veremos se os senhores estarão à altura de a aprovar.

Pretendemos, assim, um orçamento social, ecológico e de inovação, porque apenas com inovação a nossa economia pode subir na escala de valor e assim garantir salários mais altos, ter uma Segurança Social mais reforçada e, através da correta arrecadação de impostos progressivos, investimentos em serviços públicos de excelente qualidade que a todos beneficie.

Assim, o Livre proporá neste Orçamento a criação de um centro nacional de transferência de conhecimento para que as pequenas e médias explorações agrícolas possam partilhar o conhecimento que vem das universidades e, assim, trazê-las acima da linha de água de sustentabilidade e para que também se possa aproveitar todo o conhecimento sobre os nossos produtos — que está em vias de se perder — de quem está no terreno, de quem está no interior do nosso País, nas nossas aldeias, e que pode alimentar aquilo que se faz de melhor no turismo, na academia, na investigação.

Proporemos também a criação de uma agência portuguesa de inteligência artificial, que queríamos que fosse para Portugal uma ação pioneira, que fosse já o primeiro país da União Europeia a ter esta agência. No passado não o conseguimos aprovar e o demérito é de quem connosco não aprovou esta medida, incluindo o PSD, mas, no futuro, podemos aprová-la, por forma a que Portugal seja, ao menos, um dos primeiros países da União Europeia a estar na linha da frente da inovação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Agora sobre o Orçamento!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Portugal precisa de ser um país de oportunidade económica para quem vem de baixo, para quem está entre os pequenos, porque com aquilo que os grandes e os super-ricos podem hoje no mundo, há rendimento para que os pequenos possam mais. No entanto, sugando os mais pequenos, a economia definha.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Raimundo, do Partido Comunista Português, que dispõe de 6 minutos e 30 segundos.

Peço aos Srs. Deputados que acabem com esse ruído de fundo.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro: O País tem recursos, tem meios, tem forças e tem gente capaz de construir uma vida melhor, a que a maioria justamente ambiciona e que está inscrita na Constituição da República, que todos jurámos cumprir e fazer cumprir.

O País não está condenado às injustiças e às desigualdades. É possível e é urgente distribuir melhor a riqueza criada.

Um país mais justo exige enfrentar as imposições da União Europeia e afirmar o caminho da soberania. Num país mais justo, não é possível que as empresas do PSI 20 (portuguese stock index 20) tenham mais de 32 milhões de euros de lucros por dia enquanto os milhares de trabalhadores são empurrados e condenados para os baixos salários. A esses mesmos grupos económicos, que, em 2023, pagaram uma taxa efetiva de IRC de 18,7 %, o PSD, o CDS, a Iniciativa Liberal e o Chega, mas também o Partido Socialista, estão disponíveis para baixar ainda mais os impostos.

O Sr. **Pedro Pinto** (PCP): — Isso é com o PSD!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Já o PCP não paga impostos!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Mais salários e pensões para uma vida melhor — é esta a medida que se impõe. O País não avança com baixos salários, nem com carreiras e profissões desvalorizadas. O País precisa de um choque salarial, precisa de um aumento de 15 % nos salários, com um mínimo de 150 € para cada trabalhador, precisa de um salário mínimo nacional de 1000 € agora — que é agora que ele faz falta — e precisa do aumento das pensões em 5 %, no mínimo de 70 € para cada pensionista.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Apoiaram o Governo durante oito anos! Onde é que estiveram e o que é que fizeram?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É esta a opção que serve os 7 milhões de trabalhadores e reformados, que valoriza o poder de compra, que trava a pobreza, que garante a dinamização da economia e a atividade das micro, pequenas e médias empresas.

O País não precisa de mais apoios e benesses aos que se acham donos disto tudo. Isto não é, Sr. Primeiro-Ministro, nenhuma novidade, o que é novo é pôr fim aos benefícios fiscais, tributar de forma efetiva os lucros que são cá gerados, combater as privatizações e a corrupção, assegurar a justiça fiscal, reduzir o IVA para 6 % na eletricidade, nas telecomunicações e no gás natural e de botija.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.*

O País não pode continuar a insistir no velho desvio de recursos do Serviço Nacional de Saúde para os grupos económicos que fazem da doença um negócio. O que é preciso é salvar e reforçar o Serviço Nacional de Saúde, fixar e contratar profissionais, valorizar as suas carreiras e salários, para garantir a toda a gente o acesso à saúde que lhes é devido.

O País não precisa da opção estafada de mais transferências públicas para o negócio privado da educação. O que o País precisa é de valorizar a escola pública, de responder agora à falta de professores e de outros profissionais e de avançar, isso, sim, com a opção inovadora da rede pública de creches e do acesso universal à educação pré-escolar.

O País não precisa de mais especulação, precisa é de uma resposta nova para enfrentar o drama da habitação, de reduzir o valor das rendas, de pôr a banca a suportar o efeito das taxas de juros e de dar estabilidade aos contratos de arrendamento.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

O País não precisa de um excedente orçamental ordenado pelas obsoletas ordens de Bruxelas, precisa é de mais investimento público em habitação, ferrovia, transportes, escolas, hospitais, lares e equipamentos de apoio aos idosos. O País precisa é de modernização, de inovação e de tecnologia.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Estiveram a apoiar o Governo oito anos!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O País não precisa da opção errada de comprar ao estrangeiro aquilo que pode e deve fazer cá. O que o País precisa é de produzir mais para dever menos. Esta, sim, é a novidade que se impõe para reduzir a dívida e a dependência externa.

O País não precisa da bafienta opção pelas privatizações com a corrupção que lhe está associada. O País precisa é de dar novo fôlego às empresas públicas estratégicas, como é o caso da RTP, da TAP (Transportes Aéreos Portugueses), da Caixa Geral de Depósitos ou da CP (Comboios de Portugal), e de se libertar das ultrapassadas e escandalosas parcerias público-privadas.

Os jovens não precisam de gastas ilusões, precisam é de aumento de salários, de estabilidade, de habitação, de condições para cá viverem, cá estudarem e cá trabalharem.

O País não precisa do bafiento discurso do ódio, do racismo e da xenofobia, nem muito menos da violência daqueles que nos querem dividir. Portugal precisa e necessita é de garantir os direitos para exigir os deveres a todos aqueles que cá vivem, cá trabalham e cá contribuem para pôr o País a funcionar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sim, sim! Deem-lhes mais RSI!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Os trabalhadores, o povo e a juventude precisam de uma outra política, que não esta, e de um outro Orçamento, que não este, para responder aos seus reais problemas e às exigências de justiça, de direitos, de salários e pensões, de acesso à saúde, à educação, à habitação, que se expressam na luta das populações, que se expressam na luta da juventude e, em particular, dos trabalhadores, esses que põem o País e a economia a funcionar, que merecem direitos e merecem respeito. É uma luta que aí está, uma luta que se vai intensificar, uma luta que daqui saudamos.

Com esta política e a viabilização deste Orçamento, que fortemente tem a oposição do PCP, podem ter garantido a estabilidade da política velha ao serviço dos grupos económicos, mas carregam às costas a instabilidade da vida de todos os dias de milhões e milhões daqueles que vivem e trabalham no nosso País.

O PCP cá está e estará a combater a exploração e as injustiças, a tomar a iniciativa pelas respostas e soluções que a situação exige, e a lutar por uma alternativa que se impõe para um País mais justo, mais desenvolvido e soberano.

*Aplausos do PCP.*

*Entretanto, reassumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para a intervenção do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que dispõe de 7 minutos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Este não é o Orçamento do Estado de que o País precisa, nem no presente, nem no futuro. Não traz a transformação de que precisamos, pois aprofunda todos os problemas estruturais na economia, na habitação, na saúde, na educação, no emprego e no clima. É um mau Orçamento, pelo que quer fazer e pelo que, propositadamente, não quer fazer.

O Governo quer fazer uma venda irresponsável de 900 milhões de euros do edificado do Estado que devia ser mobilizado para a habitação pública a custos controlados e para o alojamento estudantil. Mas não, esta escolha irresponsável pode redundar em mais hotéis de luxo em Lisboa e no Porto, coisa que o País perfeitamente dispensa quando a urgência é a da criação de habitação a custos controlados.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o Robles!?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Infelizmente, essa é uma coerência deste Governo, cujo objetivo político parece ser mesmo aumentar o custo da habitação, quando liberaliza o alojamento local ou apresenta um programa Mais Habitação que o Governo sabia que ia pressionar os preços — aliás, não podia ser outra a consequência.

O Governo governa para aumentar o custo da habitação e este é mais um sinal claro de porque é que este Governo apresenta um mau Orçamento à Assembleia da República. Este Orçamento recupera também a infame regra do sai um entra um na função pública, uma regra errada do passado que a direita quer reintroduzir a todo o custo.

Mas há várias perguntas que ficaram por responder. Se falta um técnico, um médico e uma enfermeira no hospital, quem sai?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sai o Bloco!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Se falta um professor na escola, quem sai? Se falta um oficial de justiça no tribunal, quem sai? Se falta um agente da PSP na esquadra, quem sai?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Salta mais um!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não tem mais nada para dizer?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Se falta um técnico na Segurança Social, quem sai? Se falta gente no Estado, em tantos setores essenciais, como é que se vai aplicar a regra de só entra um quando sai um?

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados do PSD e do CDS, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, os senhores passaram dois dias de debate sem responder onde vão tirar funcionários para contratar os que faltam, digam na intervenção de encerramento onde vão cortar.

O Sr. Deputado Bernardo Blanco, da Iniciativa Liberal, referiu-se ao facto de os funcionários públicos não serem todos médicos, professores ou membros das forças e serviços de segurança. É verdade!

*Protestos do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Referiu-se, para justificar uma proposta uma proposta da Iniciativa Liberal — que quer reintroduzir uma regra ainda mais injusta, a de que só pode entrar um funcionário no Estado se saírem dois —, aos 260 000 assistentes operacionais.

*Protestos da IL.*

Os 260 000 assistentes operacionais, Sr. Deputado, não são um excedente. Como é que funcionam os hospitais públicos sem os assistentes operacionais? Como funcionam as escolas sem os assistentes

operacionais? Como funcionam as instalações das forças e serviços de segurança sem os assistentes operacionais?

Durante a pandemia, dezenas de milhares de assistentes operacionais nunca pararam, porque o lixo tinha de continuar a ser recolhido, porque os centros de vacinação tinham de ser postos a funcionar, porque os espaços tinham de ser desinfetados e a comida tinha de ser servida nas cantinas sociais.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Outra vez?! Já sabemos!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Eram, na altura, unanimemente considerados trabalhadores da linha da frente, por isso, quando param, param serviços essenciais, porque é isso que são os assistentes operacionais — essenciais! Mas, lá está, quando olhamos para Portugal, não vemos todos o mesmo.

*Aplausos do BE.*

O Governo quer escapar ao debate do Orçamento do Estado sem explicar o que pretende fazer com a autorização legislativa para mexer nas férias, no regime de mobilidade e avaliação, na lei da greve e no subsídio de doença dos funcionários públicos.

Por isso, renovamos o nosso desafio para que, na especialidade, todos os partidos chumbem esta armadilha. Se não for chumbado na especialidade, o País voltará a ter um Orçamento 100 % imagem de marca do PSD, não só injusto como, muito provavelmente, inconstitucional.

*Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o que a economia portuguesa também dispensa bem é a redução do IRC. A economia portuguesa dispensa bem enriquecer ainda mais os que já são extremamente ricos.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Oh!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não há nenhum virtuosismo em cortar transversalmente o IRC. Recordemos: 65 % do IRC é pago por uma minoria de 5 % de empresas que têm um volume de negócios de 2000 milhões de euros.

O que a economia portuguesa dispensa mesmo é aumentar ainda mais os lucros da banca, da grande distribuição e das elétricas. Tiveram todos lucros recorde. Porquê? A pergunta que se faz é: porque é para o Governo uma prioridade cortar os impostos às empresas que já ganham com a economia da desigualdade? Tiveram todos lucros recorde, é uma medida irresponsável.

É igualmente irresponsável embandeirar em arco, dizendo que Portugal deve atingir 20 % do PIB à custa da economia turística. Do que precisávamos era de um Orçamento que apontasse caminhos para a economia de futuro, para a transição climática, para trabalharmos menos horas, para garantir emprego e inovação, para nos salvar da emigração. Mas não, pelo contrário, aprofundam-se problemas estruturais, beneficiam-se dos setores rentistas e com problemas permanentes de cartelização.

É um Orçamento que mantém os problemas estruturais, não é o Orçamento de que o País precisa: um Orçamento para mudar de vida, que garanta casa aos jovens, que os dispense de viverem em casa dos pais, que os dispense de dividirem quartos. Do que o País precisa é de um Orçamento que garanta emprego e tempo a viver, uma economia que sirva a todos e a todas, e não só a alguns, emprego qualificado que aponte o caminho para o futuro e não reafirme todos os problemas do passado.

O Bloco de Esquerda vota contra este Orçamento porque é um Orçamento que armadilha o futuro do País.

*Aplausos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para a intervenção da Iniciativa Liberal, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha. Tem 8 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh, então, o Rui Rocha vai falar e vai-se tudo embora?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Os liberais falam e vai-se tudo embora!

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A conversa aqui é só para adultos!

*Neste momento, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço 1 minuto só para reunirmos as condições.

*Pausa.*

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Há precisamente um ano, o então Líder Parlamentar do PSD, Joaquim Miranda Sarmento, identificou quatro pecados capitais no Orçamento que se discutia, o último Orçamento de António Costa.

Os pecados capitais que identificou eram quatro, como disse: fraco crescimento económico; voragem fiscal, dizendo nessa altura o agora Ministro das Finanças que todos os anos se promete reduzir a voragem fiscal para depois ficar tudo igual, enquanto os portugueses recebem cada vez menos do Estado;...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Desta vez reduz!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... baixo investimento público; e degradação dos serviços públicos.

Um ano depois, cá estamos nós a analisar um Orçamento que padece de muitos destes defeitos, destes pecados capitais, que então foram identificados pelo líder da bancada parlamentar do PSD, agora Ministro das Finanças. E eu diria mesmo que o líder da bancada parlamentar do PSD de então hoje teria dificuldade em viabilizar este Orçamento do Estado.

Aliás, o Sr. Primeiro-Ministro revelou alguma desilusão com a posição da Iniciativa Liberal neste Orçamento. Pois eu tenho a dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que a Iniciativa Liberal está exatamente onde sempre esteve, os senhores é que mudaram de posição, os senhores é que mudaram de lado.

*Aplausos da IL.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é verdade!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Mas a Iniciativa Liberal é um partido responsável, portanto, não faz sentido apresentar aqui só críticas a este Orçamento, como temos apresentado de forma extensa nestes últimos dias de debate, é importante apresentarmos também a visão que temos, essa visão tão diferente para o País daquela que está incluída neste Orçamento do Estado.

Essa visão diferente começa logo no papel do Estado, na visão do papel do Estado. A primeira nota que aqui é preciso salientar é o respeito pelo dinheiro dos contribuintes. A maior parte destas bancadas que aqui estão fala de «aumentar este», «dar àquele», «fazer mais isto», «fazer mais aquilo». Srs. Deputados, os senhores não fazem nada, os senhores não dão nada a ninguém, o dinheiro é dos portugueses, e é o respeito pelo dinheiro dos portugueses que deve ser assegurado.

*Aplausos da IL.*

O segundo ponto nesta matéria é sobre onde o Estado deve estar e onde o Estado não deve estar. O Estado deve estar nas funções de soberania, sim, na segurança, na defesa, na justiça, deve assegurar serviços públicos de saúde e educação — estamos de acordo —, mas há muito onde o Estado não deve estar, há muito onde o Partido Socialista entendeu que devia estar, há muito para fazer nesta matéria.

Há também a questão dos 750 000 funcionários públicos — praticamente 750 000 que temos. Diz a esquerda: «O Sr. Primeiro-Ministro falou de “sai um, entra um”, onde é que vamos cortar?» Ó Srs. Deputados, nós estamos a viver uma revolução, a inteligência artificial vai mudar o mundo,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Só se for a artificial!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... e os senhores querem continuar com a mesma capacidade de fazer serviços administrativos, serviços repetitivos, serviços burocráticos.

*Protestos de Deputados do PS e da Deputada do BE Mariana Mortágua.*

Temos de acabar com isso para libertar o Estado, para pagar melhor, para pagar melhor aos funcionários públicos que é mesmo necessário termos no País.

*Aplausos da IL.*

*Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua e do Deputado do L Rui Tavares.*

E mais lhes digo: é preciso que tenhamos uma Administração Pública com uma avaliação de desempenho justa, competitiva, que pague bons salários a quem tem melhores resultados.

É isso que é preciso assegurar no País. E temos uma oportunidade única também, porque há muitos funcionários públicos que estão a chegar ao momento da reforma,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Os assessores da IL!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... portanto, podem sair,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Os assessores da IL!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... podem ter uma solução de continuidade com automação, com inteligência artificial, com digitalização, sem ser necessário provocar nenhum problema social. É a oportunidade que existe no País, é essa que continuaremos a defender.

Mas defendemos também menos impostos para as pessoas, porque, lá está, libertamos o Estado de onde não está bem e de onde não devia continuar: menos impostos para as famílias, para aqueles que se levantam todos os dias para trabalhar, porque querem crescer pelo seu trabalho. Aqui fala-se, muitas vezes, das pessoas que ganham 1000 € como se elas não devessem ter aspiração, e não tivessem, a ganhar mais, a subir na vida, a pagar menos impostos, a receber mais, no fim do mês, pelo seu trabalho.

*Aplausos da IL.*

*Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia e do Deputado do L Paulo Muacho.*

O Governo trouxe aqui essa proposta, por exemplo, na mesma linha, das horas extraordinárias. O que vão fazer é diminuir a retenção na fonte, mas continuar a fazer com que as horas extraordinárias continuem a pagar impostos pela medida grande. Isso não é justo para quem faz mais trabalho, para quem dá mais um passo, para quem corre um pouco mais. É preciso reconhecer o trabalho dos portugueses, e é nisso que continuaremos a insistir neste Parlamento.

É preciso também desonerar as empresas dos impostos excessivos que pagam: guerra ao IRC excessivo, que torna o País pouco competitivo;...

*Aplausos da IL.*

*Risos do Deputado do L Rui Tavares.*

... guerra às tributações autónomas, que partem de um princípio de desconfiança sobre as empresas e sobre quem cria riqueza; guerra às derramas, que dão o incentivo errado, o incentivo de que não vale a pena crescer em Portugal.

Continuaremos a defender os trabalhadores independentes. O Governo quer reduzir a taxa de retenção de 25 % para 23 %, mas, em média, os trabalhadores independentes em Portugal ganham menos de 600 € por mês, e querem continuar a reter na fonte 23 % a quem ganha, em média, menos de 600 € por mês.

Sobre muitas das medidas que propusemos, continuaremos a insistir nelas. Quem é trabalhador independente arrisca, quer melhorar o País, quer melhorar a sua vida, merece que o Estado não o prejudique e não traga confusão adicional à sua vida.

*Aplausos da IL.*

Simplificação é o caminho — sim, simplificação! Temos de simplificar o País, desburocratizar.

Com tudo isso, há uma coisa que esteve ausente deste debate e que está ausente dos objetivos do Governo neste Orçamento: crescimento económico. Antes de mais, Srs. Deputados, há cerca de 2 milhões de pobres em Portugal. É uma vergonha para todos, mas uma coisa é certa: fazer o mesmo que temos feito não vai mudar a circunstância, porque os 2 milhões de pobres continuam a existir há muitas décadas, há demasiadas décadas, e a esquerda tem nisso uma extraordinária responsabilidade.

*Aplausos da IL.*

*Protestos de Deputados do PS e do L e contraprotestos da Deputada da IL Mariana Leitão.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Pois, essa conversa...!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Primeiro-Ministro, é preciso também mudar e ter uma visão reformista para a habitação. O mercado de arrendamento continua congelado, não há dinamismo.

*Risos da Deputada do BE Mariana Mortágua.*

Há quem precise de casa para morar e não tenha casa para morar, porque, para além do mais, a tributação dos resultados do arrendamento é excessiva, não há incentivo para que as pessoas ponham as suas propriedades no mercado. É preciso mais oferta, e nada é feito nesse sentido.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — As pessoas queixam-se: as rendas são muito baixas...!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — O Sr. Primeiro-Ministro já disse ontem, e voltou a repetir algumas vezes, que não é liberal, mas eu quero-lhe dizer que, com o Orçamento que a Iniciativa Liberal aqui traria, o senhor também estaria melhor no país da Iniciativa Liberal do que no país do Orçamento que aqui trouxe.

Sr. Primeiro-Ministro, há duas formas de criar um País diferente para os jovens: uma é fazer um País em saldo, a desconto, discriminatório; a outra é mudar estruturalmente o País, criar condições para todos — e seriam os jovens que seguramente mais beneficiariam disso, porque são eles que vão viver mais tempo neste País.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!



*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Primeiro-Ministro, só há uma oposição séria, responsável, reformista, que acredita na iniciativa privada e numa sociedade civil forte. Há outras oposições, seguramente, mas umas são estadistas e dirigistas, outras não são reformistas e outras não são sérias nem de confiança. Sr. Primeiro-Ministro, continuo a prometer ao País, daqui, desta Assembleia, que a voz da reforma será sempre assegurada pela Iniciativa Liberal.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Aproveito para anunciar à Câmara que agora, da parte da tarde, estão a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 50 alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, um grupo de 54 alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva e um grupo de 55 alunos e professores da Universidade Autónoma de Lisboa.

*Aplausos gerais.*

Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, do Chega, que dispõe de 12 minutos e 30 segundos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: À hora a que chegamos ao encerramento do debate deste Orçamento do Estado, há um dado que temos como certo e que o País conhece já. É uma nova fase histórica que se inicia em Portugal e no contexto político em que estamos. Essa fase é conhecida de todos. Não era esperada nas eleições de 10 de março, mas ficou muito clara nos últimos dias e nas últimas semanas.

Hoje, dentro de alguns minutos, nascerá um novo bloco central em Portugal, entre o PS e o PSD, para aprovar o Orçamento do Estado.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Tão previsível!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nascerá o novo bloco central dos aliados mais improváveis e insuspeitos há uns meses, mas dos aliados mais prováveis há 50 anos, desde o 25 de Abril de 1974.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não lhe passa, está-lhe entalado!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Na verdade, como diriam os nossos pais, o sistema sempre se seguiu a si próprio, sempre se salvou a si próprio. E, no momento mais difícil para o sistema, nada como os dois grandes partidos do sistema para se unirem e garantirem que o que sempre distribuíram entre si é agora acordado entre si para distribuir pelas clientelas de sempre em Portugal.

*Aplausos do CH.*

Mas este Orçamento é também uma traição. É também uma traição.

**Vozes do PSD**: — Oh!...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Já cá faltava!

**Vozes do CH:** — Chiu!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É uma traição à direita deste País. É uma traição à direita deste País.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O que vocês fazem com eles é!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Porque é uma traição à direita deste País? Porque traiu os polícias e as forças de segurança quando mais precisavam deles.

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Temos o maior aumento de sempre para os polícias!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Porque traiu os jovens quando mais precisávamos deles. Porque traiu os agricultores e os pescadores, conseguindo o feito inédito de reduzir o orçamento para a agricultura, depois de oito anos de ataque à agricultura pelo Partido Socialista, em Portugal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

*Protestos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — É uma traição à direita, porque é o mesmo Estado, o mesmo Governo, que continua a distribuir subsídios por tudo e por todos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... mas esquece aqueles que mais interessam e que sempre sustentaram este sistema: os que saem de casa todos os dias para trabalhar e para descontar para os impostos. É o mesmo sistema que continua a fazer por ele.

*Aplausos do CH.*

Sr. Primeiro-Ministro, há uns dias, tive a oportunidade, enquanto Presidente do Chega, de estar numa associação que acompanha crianças às portas da morte. Nesta associação que acompanha crianças às portas da morte, tomei conhecimento de algo que talvez quem está em casa a ver-nos não saiba. Os vários Governos das últimas décadas, o Estado, recusam pagar subsídios a crianças que morrem, para lhes pagar o funeral, por esta razão que vou citar: porque nunca pagaram nem descontaram para a Segurança Social.

**Vozes do CH:** — Vergonha!

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é verdade, isso é falso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pois bem, Sr. Primeiro-Ministro: os requerentes de asilo e os imigrantes que enchem este País nunca descontaram, muitos deles, para a Segurança Social; aquelas minorias de que nós falamos nunca descontaram para a Segurança Social; e nós recusamos o pagamento a pais e a famílias que perderam os seus filhos em Portugal.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso é falso!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — És um nojo!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É um país ao contrário! É um país ao contrário, aquele que temos.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — És miserável!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, miseráveis são os que apoiaram durante 40 anos este sistema. Miseráveis são os que apoiaram durante 40 anos este sistema.

*Aplausos do CH.*

A escolher entre pagar o funeral de crianças doentes e dar subsídios a minorias, nós não temos dúvidas: estamos ao lado das famílias destas crianças, e assim estará o País, o País decente das próximas décadas.

*Aplausos do CH.*

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, era suposto o Orçamento que traz a esta Casa ser o Orçamento da rutura com os oito anos de socialismo que afundaram este País. Não, Sr. Primeiro-Ministro, não devia ser o Orçamento dos despedimentos dos funcionários públicos que a Iniciativa Liberal quer, nem o Orçamento dos subsídios que a extrema-esquerda quer.

Era só mesmo o Orçamento que continuaria a dar a quem trabalha e a quem se esforça, que continuaria a reduzir sobre quem todos os dias tem de trabalhar e todos os dias tem de se mover para ir trabalhar, e merecia dar esta palavra certa aos portugueses. Durante 40 anos tivemos Orçamentos a penalizar quem trabalha ou quem trabalhou — os pensionistas, os funcionários públicos, os empresários. Durante 40 anos tivemos Orçamentos que tiravam de um lado para dar ao outro. Este devia ser o Orçamento a dar o primeiro sinal político em décadas de que nos preocupamos com estas pessoas.

O que fez o Governo? O contrário. Anunciou dar com uma mão, mas tirou com a outra. Para que quem está em casa saiba, aquilo que vão arrecadar com o gasóleo, com a gasolina e com os combustíveis vai ser de muitos mais milhões do que este ano. Por outras palavras, para quem nos está a ver: talvez sintam um alívio na mão direita, mas vão sentir um peso brutal na mão esquerda sempre que forem à bomba de gasolina encher a vossa viatura.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Talvez sintam um certo alívio na mão direita, mas o Governo prevê cobrar mais multas de trânsito, mais impostos sobre o consumo e mais impostos sobre vocês todos que trabalham para sustentar este País.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é verdade! Falso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ou seja, é um Governo que, na verdade, ao fim do dia, é tão, tão, tão ladrão como era ladrão o anterior, que nos tirava de um lado para dar do outro. Era um Governo tão ladrão como o ladrão atual.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD e do CDS-PP, tendo Deputados batido com os pés no chão, e contraprotestos do CH.*

*Neste momento, o Deputado do PSD Miguel Santos pôs-se de pé, gesticulando e apontando para o orador.*

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — És um malcriado!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vai para a rua!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, quer o vocabulário usado quer a linguagem gestual não são aquilo que deve ser indicado num Plenário democrático no Hemiciclo.

*Protestos do PSD e contraprotestos do CH.*

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Ai, afinal não pode?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem de pôr aquele senhor na rua!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, peço aos Srs. Deputados que mantenham a serenidade,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É pô-lo na rua! Mas que é isto?!

O Sr. **Presidente**: — ... para que o orador possa terminar a sua intervenção, e que se abstenham de vocabulário inapropriado e também de gestos inapropriados. Estão escolas a assistir ao nosso Plenário.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem de pôr aquele senhor na rua!

O Sr. **Presidente**: — Não vale a pena continuar, Sr. Deputado. Não vale a pena continuar.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado, para continuar até terminarem os seus 12 minutos e 30 segundos, e espero que, com serenidade democrática, se consiga ouvir tudo até ao fim.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ainda bem que estão escolas a assistir, porque assim sabem o estado a que o País chegou nas últimas décadas, em Portugal.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O Estado é ladrão, mas vocês recebem o dinheiro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, do que o País precisa não é de um Orçamento que vá sacar mais em impostos indiretos para dar mais noutra tipo de receita. É preciso um Estado que, pela primeira vez, tenha a coragem de dizer que é importante beneficiar também os que trabalham.

Um exemplo importante: a despesa deste Orçamento do Estado para viagens e estadias dos governantes vai aumentar 38 % — 38%! São 156 milhões de euros em que aumentarão as viagens para governantes deste Governo ao longo do próximo ano. Pois vejam se não é um País ao contrário: as pensões aumentam 2 %; as viagens aumentam 38 %. Vejam se isto não é um País ao contrário!

*Aplausos do CH.*

Nas últimas horas, o Sr. Primeiro-Ministro e os membros do Governo têm-se multiplicado nos avisos que lhes interessam. O Parlamento não deve desvirtuar, na especialidade, este Orçamento. Para o Governo é claro o que é desvirtuar na especialidade: «Não venham pedir aumentos de pensões, porque não há margem para isso; não venham pedir menos portagens, porque não há margem para isso; não queiram reverter o descongelamento da taxa de carbono, porque têm de continuar a pagar sobre os combustíveis.»

Hoje ficámos até a saber que, para atingir a meta que o Governo prevê para 2025, é preciso descongelar novamente a taxa de carbono. Ou seja, mentiram-nos uma e duas vezes: descongelaram a taxa de carbono sobre os combustíveis e vão fazê-lo novamente em 2025. Eu não sei o que o PS fará. Por nós, não passarão a aumentar os combustíveis em Portugal. Por nós, não passarão!

*Aplausos do CH.*

Sr. Presidente e Srs. Deputados, «do que é que o País precisa?» — pergunta-se em casa. Não precisa, certamente, de partidos que se tornaram muletas do Governo.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Vocês são a muleta do PS!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nem precisa, certamente, dos que subitamente perderam a memória e vêm aqui exigir melhores salários para médicos, enfermeiros, professores, polícias, vêm aqui exigir menos impostos e melhor saúde, quando, durante oito anos, suportaram um Governo que nos deu tudo ao contrário daquilo que queríamos.

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Ah, pois!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Precisávamos de um Governo que fizesse mais pela justiça, mas o Governo aumentará em 1,7 % o valor atribuído à dotação para a justiça, num País e num ano em que haverá 2,1 % de inflação. Com isto fica claro que não vão investir, mas sim desinvestir, na justiça.

E esta reforma que é precisa e que faz falta, permita-me dizê-lo, Sr. Presidente, ainda hoje ficou evidente. Em Ponte de Lima, na nossa bela terra de Ponte de Lima, um homem foi vítima de assalto na sua ourivesaria e defendeu-se usando uma arma de fogo. Foi preso esta manhã, pelas leis que temos, um homem de 82 anos que se defendeu de um assalto. Desculpem-me dizê-lo no Parlamento, mas do que nós precisamos é de mais homens e mulheres que se defendam de assaltos contra os bandidos deste País. É de mais homens e mulheres que se defendam de assaltos contra os bandidos deste País!

*Aplausos do CH, com Deputados de pé.*

E este é um problema que nos cabe a nós resolver. Não é aos juízes, nem aos magistrados, nem à Polícia Judiciária, à Polícia de Segurança Pública ou à GNR. É a nós! É a nós que cabe resolver, aqui, no Parlamento, o sinal político que precisamos de dar.

O mesmo quanto à habitação. Saem à rua aos milhares. Esquecem que, durante oito anos, um Governo os transformou em cidadãos de um dos países mais caros para se comprar habitação ou para se arrendar. Vejam, mais uma vez, este País ao contrário: o Governo atribui aos seus membros um subsídio de 750 € para ter casa em Lisboa, enquanto a maior parte dos portugueses não tem nem um cêntimo para pagar a sua casa nem em Lisboa, nem no Porto, nem em Braga, nem no Funchal, nem em nenhum lado deste País. É um País ao contrário! É um País ao contrário, aquele que temos.

*Aplausos do CH.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje iniciar-se-á uma nova fase em Portugal. Nascerá um Governo central, de um bloco central entre o Partido Socialista e o PSD. Nascerão convictos da escolha que fazem: uma união ao centro para governar Portugal ao longo do próximo ano e dos seguintes.

Da nossa parte, sempre soubemos e sabemos onde estamos. O Chega será a oposição que este bloco central precisa de ter. O Chega será a oposição que o País tem agora de conhecer e avaliar.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ficou claro que há dois partidos que estão juntos: PS e PSD. Fica também claro hoje, das cinzas deste acordo entre PS e PSD, que há uma única, e única, e única, alternativa: o Chega!

*Aplausos do CH, de pé.*

O Sr. **Presidente**: — Eu ouvi palavras como «miseráveis» e «escumalha» durante este debate.

**Vozes do CH**: — Foi do outro lado!

O Sr. **Presidente**: — Eu ouvi palavras como «miseráveis» e «escumalha», e vi linguagem gestual que não é apropriada num debate democrático e que não faz parte das normas de urbanidade a que todos estamos sujeitos pelo nosso código de ética.

Estão escolas a assistir, não me parece que seja sequer um bom exemplo de cidadania aquele que é dado com esse tipo de linguagem. Por isso, apelo aos Srs. Deputados para que haja essa contenção em relação a vocabulário inapropriado e que cumpram o nosso código de ética, que passa por tratar com urbanidade o nosso adversário, e assim estaremos a prestigiar a Assembleia da República. O contrário não prestigia em nada a Assembleia da República.

*Aplausos de Deputados do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, do Partido Socialista, que para a sua intervenção dispõe de 15 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Devia ter dito o nome! Foi o Deputado Miguel Santos!

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — Vocês estão sempre a fazer o mesmo!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Alguém chamou «escumalha» ao líder do seu partido?!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vai usar da palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos e tem de ter as condições para o efeito.

*Pausa.*

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, demais membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Segurança, estabilidade e esperança. Todos nós procuramos segurança e estabilidade nas nossas vidas e todos nós queremos sentir a esperança de concretizar os nossos sonhos. Porque vivemos em comunidade e dependemos uns dos outros, nada disto pode ser alcançado individualmente, apenas em comunidade e em cooperação conseguiremos viver em segurança, em estabilidade e ter esperança.

Portugal é a comunidade nacional a que pertencemos e nela partilhamos direitos e deveres, e o Estado é o instrumento coletivo através do qual procuramos cumprir os nossos objetivos individuais, familiares e nacionais.

Vivemos num mundo instável, com uma guerra às portas da Europa e outra dentro da Europa. É um mundo ameaçado pelas alterações climáticas e por catástrofes ambientais cada vez mais graves e frequentes; um mundo marcado pela deslocalização da produção, pela transformação do emprego e pela ameaça aos sistemas de proteção social.

Às adversidades deste mundo somam-se a instabilidade e a insegurança em que vivem muitos portugueses.

Para o atual Governo, como para toda a direita, o conceito de segurança limita-se à segurança da integridade física e da propriedade. A única solução que conhecem é a resposta securitária e repressiva, uma resposta que

acaba sempre por falhar, porque não entendem que as sociedades mais seguras são as mais coesas e estáveis...

*Aplausos do PS.*

... e que as sociedades com maiores níveis de exclusão e de desigualdade são também as mais inseguras e as mais violentas.

Os portugueses sentem-se inseguros, por exemplo, quando não sabem se vão conseguir manter a sua casa quando tiverem de renovar o contrato de arrendamento. Os estudantes sentem insegurança quando não sabem se os seus pais conseguirão suportar os encargos com os estudos na universidade. Os jovens sentem que as suas vidas são precárias quando não conseguem um contrato de trabalho sem termo ou uma casa para viver. As jovens famílias sentem-se inseguras quando não sabem se terão vaga para os filhos numa creche ou na pré-escola. As famílias sentem insegurança por não saberem se poderão cuidar dos seus pais envelhecidos quando estes se tornarem dependentes. Os mais velhos sentem-se inseguros quando não sabem se a sua pensão chega até ao fim do mês. E os portugueses que vivem no interior sentem-se inseguros porque veem as suas terras cada vez mais despovoadas e o Estado mais distante e inacessível.

Sabemos que é difícil sentir esperança quando a insegurança e a instabilidade marcam a vida de tantos portugueses. Sabemos que, quando a insegurança e a instabilidade são endémicas, a esperança pode ser derrotada pelo medo. E todos sabemos que há na política quem viva do medo, quem se alimente do medo, quem promova o medo.

*Aplausos do PS.*

Aos que exploram a insegurança e a instabilidade para semear o medo, dizemos que não temos medo, que os enfrentaremos e os derrotaremos.

*Aplausos do PS, de pé.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Partido Socialista governou Portugal nos últimos anos.

**Vozes do CH:** — Mal!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Ao contrário do atual Governo — que herdou uma economia a crescer, um nível de emprego em máximos históricos e uma situação orçamental sem paralelo na história da nossa democracia —, nós herdámos, em 2015, um País desesperançado, com salários e pensões cortadas e o desemprego nos 12 %.

*Aplausos do PS.*

O País de 2024 não tem comparação com o País de 2015.

*Aplausos do PS.*

Naturalmente, não resolvemos todas as dificuldades e novos problemas juntaram-se aos antigos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Quais problemas?!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Mas conseguirá o Governo da AD resolvê-los? Não.

Eu sei que este Governo tem apenas sete meses, mas já é tempo suficiente para percebermos que não tem nem a competência, nem as soluções para os problemas do País.

*Protestos do PSD.*

Os atuais governantes foram rápidos a apresentar *PowerPoints*, mas, quando chegou o confronto com a realidade e foi posta à prova a sua competência, falharam. O Governo falhou quando prometeu um verão com menos serviços de urgência de obstetrícia encerrados, pois tivemos mais 40 % de encerramentos do que no ano anterior.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E o aeroporto?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Falhou quando prometeu menos alunos sem professor, pois temos, neste momento, mais alunos sem professor do que no ano anterior, para o mesmo período.

*Aplausos do PS.*

Falhou quando prometeu vagas para todas as crianças no pré-escolar, e acabou a assumir que, afinal, neste ano não seria possível.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Portugal tem ainda uma economia pouco diversificada e pouco sofisticada, na qual muito do emprego e do rendimento dependem do turismo e do imobiliário, que, como sabemos, são setores muito sensíveis às flutuações externas e sem capacidade de absorver os jovens qualificados que formamos.

Pior, sabemos que este crescimento não é sustentável quando as nossas cidades não conseguem lidar com a pressão turística sobre o espaço urbano e os serviços públicos e quando o preço da habitação, para comprar ou arrendar casa, se tornou incomportável para os portugueses.

Passados sete meses, ainda não conseguimos perceber qual é a visão estratégica deste Governo para a economia.

O Sr. **João Torres** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — A única coisa que sabemos é que querem reduzir o IRC e que apostam tudo nessa redução para fazer o nosso crescimento disparar.

Portugal precisa de um Estado estratega que, sem se substituir à iniciativa privada, seja um parceiro do progresso empresarial, científico e tecnológico; que seja capaz de definir prioridades de investimento estratégico, aproveitando as competências já existentes em setores como os da energia, da mobilidade, da saúde, da metalomecânica e equipamentos industriais ou da agricultura sustentável.

Só com uma economia mais forte, mais sofisticada e mais diversificada seremos capazes de atrair e reter jovens qualificados, e de lhes pagar salários mais elevados. Para tal, precisamos de garantir segurança no investimento e na internacionalização às empresas e segurança no emprego aos trabalhadores.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Orçamento do Estado é a tradução financeira anual da política de um Governo. Já o afirmei, e afirmo de novo aqui: este não é, nem nunca será, o Orçamento do PS. Não é o nosso Orçamento, não tanto porque seja da responsabilidade do Governo da AD, mas porque traduz uma visão que não partilhamos do País, dos seus problemas e dos caminhos para os resolver.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Nunca nos quisemos substituir ao Governo na elaboração do Orçamento, mas apresentámos três propostas que exemplificam a resposta que consideramos que o País precisa para garantir mais segurança e estabilidade à vida dos portugueses.

Em primeiro lugar, aumentar de forma massiva o parque público de habitação.



O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ui, Jesus!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — As medidas que o Governo tomou nesta área são erradas e nada fazem para aumentar a oferta para a classe média. As medidas dirigidas ao alojamento local terão mesmo o efeito contrário.

Quanto à isenção do IMT até aos 35 anos, não só foi engolida pelo aumento dos preços da habitação como beneficia, sobretudo, a minoria dos jovens que mais ganha, aliás, como o PS avisou desde a primeira hora.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sabemos hoje que mais de 80 % das escrituras isentas de IMT foram registadas pelos 2 % de jovens com salários mais altos, sendo que quase 20 % dos beneficiados são jovens que ganham mais de 10 000 € por mês. Isto é o que chamamos «governar para uma minoria».

*Aplausos do PS.*

E porque estas medidas nada resolvem, propusemos uma dotação orçamental de 500 milhões de euros por ano, durante 10 anos, até perfazer um investimento público de, pelo menos, 5 mil milhões de euros em habitação para os jovens da classe média.

Em segundo lugar, propusemos aumentar as pensões acima da atualização prevista na lei. Nos últimos oito anos, os Governos do PS fizeram seis aumentos extraordinários que melhoraram os rendimentos, de forma permanente, da população que vive com pensões baixas. Este esforço tem de continuar no próximo ano.

*Aplausos do PS.*

Os reformados não podem ficar à espera da próxima Festa do Pontal, em véspera de eleições autárquicas, para saberem se vão receber um suplemento em outubro.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD e do CDS-PP.*

Aumentar pensões não é alimentar clientelas,...

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Agora não gostas!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... é respeitar os mais velhos, os nossos pais e os nossos avós.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Meu Deus!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O PS a dizer isto?!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Terceiro: propusemos que seja negociado e criado um regime de exclusividade dos médicos no SNS, de adesão voluntária. Devemos continuar a reforma da reorganização do SNS — sim! —, mas que ninguém tenha ilusões, porque se não formos capazes de atrair e reter médicos...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não estás a governar!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... não haverá SNS para ninguém daqui a alguns anos.

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Afinal, o que é que não funciona, Pedro?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Os portugueses e, já agora, os grupos privados de saúde que concorrem com o SNS por estes profissionais têm de saber que o Estado fará tudo ao seu alcance para criar um corpo de profissionais de saúde comprometidos exclusivamente com o SNS.

*Aplausos do PS.*

Os Orçamentos do Estado são documentos de vigência anual que não nos podem deixar perder de vista as respostas aos desafios estruturais com que Portugal se vai confrontar de forma cada vez mais intensa.

Quero destacar sete desafios determinantes para o futuro do País,...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Só se lembram agora de destacar!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... a que o PS se dedicará nos próximos meses.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Visionário!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Baixar impostos!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Três desses desafios decorrem das alterações climáticas, que põem em causa a viabilidade do nosso território: a desertificação e a falta de água, no sul do País; os incêndios, sobretudo no interior; e a erosão da nossa costa, no litoral.

A estes, acrescem quatro desafios sociais e económicos que precisamos de vencer: transformar a estrutura da nossa economia; combater o despovoamento e o subaproveitamento da maior parte do nosso território nacional; preparar o País e os serviços públicos para uma população crescentemente envelhecida; e regular com eficácia e humanismo a imigração e cuidar da integração das várias comunidades de imigrantes.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Agora?!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O PS é o partido português com mais experiência de Governo e o que melhor conhece o Estado, as suas forças e as suas limitações.

*Protestos do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.*

O PS será capaz de, olhando para o passado, valorizar o que correu bem e aprender com o que correu mal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quase tudo!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Responsável no presente, estará sempre focado no futuro do País. Acreditamos em Portugal e nos portugueses. Queremos dar-lhes, a todos, e não apenas a alguns, um futuro com segurança, estabilidade e esperança.

*Aplausos do PS, de pé.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vão viabilizar o Orçamento!

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares, do PSD, que para a intervenção de encerramento dispõe de 15 minutos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Sr. Deputado André Ventura,...

**Vozes do CH**: — Oh!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... por uma questão de decência democrática, queria dizer à Câmara e ao Sr. Deputado André Ventura o seguinte,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Peça desculpa!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... tanto quanto consegui apurar da sua intervenção até ao momento em que me dirigi a este púlpito, o Sr. Deputado confundiu, provavelmente de propósito para confundir os portugueses, o subsídio de morte e o subsídio de funeral.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O subsídio de funeral é uma prestação de concessão única para compensar as despesas efetuadas com funerais de um familiar ou de qualquer outra pessoa, incluindo nados-mortos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Foi uma aldrabice!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A pessoa que tem direito ao subsídio tem de ser residente em Portugal ou equiparada a residente ou pertencer a um país com o qual Portugal tem acordo para estas situações, de provar que teve despesas com o funeral e não ter direito ao subsídio de morte.

A ser isto verdade, o que o senhor fez é, do ponto de vista político, absolutamente deplorável.

*Aplausos do PSD, de pé, da IL, do BE, do L, do CDS-PP e de Deputados do PS.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não se faz! Não é aceitável!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Encerramos a discussão, na generalidade, do Orçamento do Estado para o ano de 2025.

Um Orçamento que não é socialista, um Orçamento que não é liberal, um Orçamento que também não é populista. Então, o que é? É o Orçamento da Aliança Democrática, é o Orçamento das pessoas e para as pessoas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH e contraprotestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.*

A anunciada viabilização do Orçamento traz estabilidade e previsibilidade às políticas públicas, dá confiança aos agentes económicos, induz investimento externo e, sobretudo, e mais importante, cumpre o desejo da esmagadora maioria do povo português.

Atendendo aos estudos mais recentes, cerca de 80 % dos inquiridos — 80 % dos inquiridos! — classifica como positiva a governação. Ora, a aprovação do Orçamento do Estado evita o que nenhum português queria, evita a interrupção de um ciclo governativo em que os portugueses estão a confiar.

Cumprimento, por isso, o Partido Socialista...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ora ! Aí está!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... pela sua responsabilidade.

Sou insuspeito, todos me conhecem pelo espírito de combate leal, mas determinado, ao Partido Socialista. Mas na nossa bancada saudamos a postura do Partido Socialista.

*Aplausos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Poucas palmas!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vou ler, para perceberem como eles são previsíveis.

*O orador apontou para a bancada do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — «Eles»?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Já antecipava os urros de algumas bancadas. Faz parte: quem não convive de forma sã com os cumprimentos e a responsabilidade democrática não tem a maturidade para pôr o interesse nacional à frente dos interesses, julgam eles, meramente partidários. Pode ser que se enganem!

*Aplausos de Deputados do PSD.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, ouvimos muito nestes dois dias de debate. Sinceramente, consoante ouvíamos a oposição, o Governo ou os partidos que suportam o Governo, parecia que estávamos a falar de países diferentes e de Orçamentos do Estado diferentes.

Mas, valha-nos Deus, será que é assim tão difícil fazermos uma análise séria, fria, do que está em causa?

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

É assim tão difícil? Creio que, para as oposições, é mesmo difícil aceitar o inevitável: este é mesmo um bom Orçamento para Portugal e é um excelente Orçamento para quem deve ser, para as pessoas, que devem estar em primeiro lugar.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

As oposições têm dito tudo e o seu contrário. O Chega diz que este é um Orçamento socialista, mas são eles que votam semanalmente com os socialistas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Iniciativa Liberal, que sempre defendeu a redução de impostos, não se consegue — vejam lá! — rever num Orçamento que baixa muitos impostos e que não sobe nenhum imposto. Ninguém percebe.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

*Protestos da IL.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O PS, esse, diz que tudo o que está no Orçamento também eles eram capazes de fazer, e era fácil de fazer, mas a verdade é que o PS nunca o fez.

*Aplausos de Deputados do PSD.*

Quando assim é, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, quando todos dizem tudo e o seu contrário, fica clara a evidência: as oposições estão baralhadas, porque este é, de facto, um bom Orçamento.

*Aplausos de Deputados do PSD.*

Vamos aos factos que são indesmentíveis: é ou não é verdade que este Orçamento é o primeiro da história democrática — repito, o primeiro da história democrática! — que não aumenta um único imposto...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... e prevê excedente orçamental?  
Zero de impostos aumentados! Zero!

*Aplausos de Deputados do PSD.*

É ou não é verdade que este Orçamento baixa generalizadamente impostos?

É ou não é verdade que este Orçamento valoriza pensões, ou seja, aumenta pensões?

É ou não é verdade que este Orçamento olha para os mais vulneráveis e aumenta o complemento solidário para idosos, comparticipa em 100 % os seus medicamentos e deixa de ter o rendimento dos filhos como elemento para este cálculo?

É ou não é verdade que valoriza carreiras e salários na Administração Pública?

É ou não é verdade, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, que baixa os impostos sobre as empresas e cria incentivos para o aumento dos salários?

É ou não é verdade que olha para os jovens com particular foco e cria regimes fiscais amigos da juventude portuguesa, capazes de procurar reter o nosso talento?

Tudo são factos, todos são indesmentíveis.

É por isso que as oposições estão baralhadas e não conseguem dizer que este é um mau Orçamento.

Para alguns, tudo o que acabei de dizer é pouco, para outros, tudo isto é fácil. São precisamente os mesmos que ou governaram ou apoiaram o Governo nos últimos oito anos, mas que nada disto fizeram nos últimos oito anos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, voltemos ao que verdadeiramente interessa: as pessoas. E como gostamos e não nos cansamos de dizer, este é um Orçamento para resolver o problema da vida das pessoas — das pessoas!

Mas as pessoas não são um jargão, são portugueses. Quem são estas pessoas? De quem estamos a falar? Contem bem: são os 154 000 beneficiários do complemento solidário para idosos, que passam, no próximo ano, a receber 630 € por mês;...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... são os 13 000 professores que passam a ver contado o tempo de serviço congelado, devolvendo a paz à escola pública;...

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... são os 45 000 efetivos das forças e serviços de segurança, PSP e GNR, que viram as suas carreiras valorizadas e passam, já no próximo ano, a receber, no final do mês, mais 250 €;...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... são os 51 000 enfermeiros que vão atingir um aumento de cerca de 300 €, por mês, nos próximos anos; são os mais de 6000 jovens que já adquiriram casas com isenção de IMT e de imposto do selo.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — São estas as pessoas! São os mais de 4000 guardas prisionais, os mais de 7000 oficiais de justiça e os mais de 23 000 membros das Forças Armadas que viram as suas carreiras valorizadas e as suas remunerações, no final do mês, aumentadas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

São as 260 000 PME que vão pagar menos impostos. E são, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados — digamo-lo com orgulho —, os mais de 400 000 jovens que vão pagar menos, muito menos, IRS em Portugal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

São estas as pessoas, as pessoas a quem nós queremos resolver os problemas. É para elas, para cada uma destas, para o seu conjunto que nós estamos a governar.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, voltemos ao início, voltemos às oposições. «Fácil», dizem eles, «nós também fazíamos», dizem eles, «era fácil recuperar o tempo de serviço dos professores»... Bem prega frei Tomás, olha para o que ele diz, não olhes para o que ele faz!

*Risos do PSD.*

«Era fácil! Era fácil ser justo com a PSP e com a GNR» — bem prega frei Tomás,...

**Vozes do PSD:** — Olha para o que ele diz, mas não olhes para o que ele faz!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... era justo fazer, mas olhando para o que ele diz e não olhando para o que ele faz.

*Risos do PSD.*

«Era fácil aumentar o complemento solidário para idosos!» — Bem prega frei Tomás, olha para o que ele diz, mas não olhes para o que ele faz.

«Era fácil, era muito fácil valorizar enfermeiros, técnicos de justiça, antigos combatentes, Forças Armadas...!» — bem prega frei Tomás, olha para o que ele diz,...

**Vozes do PSD:** — Mas não olhes para o que ele faz!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... não olhes para o que ele faz.

Nesta história, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, todos sabemos quem é frei Tomás, e quem verdadeiramente faz é o Governo de Portugal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, eles dizem, nós fazemos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eles não fizeram, nós estamos a fazer.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eles são de palavras vãs, nós somos de ação. Termino, por isso, com um apelo e uma constatação. Um apelo ao respeito pela decisão soberana do povo português,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... que escolheu o nosso programa eleitoral, e ao respeito por esta Câmara, pela Assembleia da República, que viabilizou o Programa do Governo. Sim, quero mesmo com isto dizer que seria inadmissível que os mesmos que garantem viabilizar o Orçamento do Estado aproveitassem a especialidade para o desvirtuar.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E a constatação, essa é clara: herdamos um País num caos funcional, mas não descansaremos sem transformar Portugal.

«Enquanto houver estrada para andar / a gente vai continuar», com os portugueses e com a célebre frase: «Muitos prometem, a AD faz.»

*Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.*

O Sr. **Presidente**: — Vou agora dar a palavra ao Sr. Ministro da Defesa Nacional para, em nome do Governo, fazer a intervenção final do nosso debate. Dispõe de 30 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olivença é nossa! Olivença!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional** (Nuno Melo): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Este é um Orçamento que é condicionado por circunstâncias externas que são preocupantes.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Como o princípio de Olivença!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Isso é só para gente culta!

*Protestos do CH.*

Nesse sentido, cada votação permitirá medir o sentido de responsabilidade que se espera dos representantes do povo português.

A situação geopolítica global revela mais incertezas do que certezas. Mas, se a Assembleia da República aprovar o Orçamento do Estado, dará aos portugueses, aos parceiros europeus e aos investidores internacionais uma menção clara: em Portugal, há mais estabilidade do que instabilidade, apesar dos instáveis.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Nos dias que correm, a previsibilidade política e económica é um ativo valioso, porque contrasta com uma perceção global que faz temer a prevalência da imprevisibilidade.

Eu sublinharia quatro fatores óbvios.

A guerra nas fronteiras da Europa não está decidida e constitui uma ameaça séria pelo potencial de destruição do respeito pela integridade e soberania dos Estados e por poder replicar-se no futuro.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Acresce o facto de a situação económica e orçamental de dois dos três principais parceiros comerciais de Portugal — a Alemanha e a França — não ser otimista: no primeiro caso, pelo risco de uma recessão e, no segundo, em razão das finanças públicas.

O agravamento da crise no Médio Oriente também tem potenciais consequências económicas, nomeadamente no setor da energia e na subida exponencial dos custos de circulação de mercadorias através do mar Vermelho.

Por fim, ninguém poderá garantir que não estaremos perto de novas medidas protecionistas que afetam os fluxos económicos entre os dois lados do Atlântico, o que preocupa, obviamente, as nossas empresas e pode afetar as exportações.

Tudo são razões mais do que suficientes para que o bom senso e a prudência prevaleçam sobre o aventureirismo partidário e a instabilidade.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, às prudentes razões da conjuntura internacional somam-se bem motivos nacionais. Este Orçamento teve um ponto de partida: quis recuperar a confiança de pessoas desmotivadas em setores fundamentais do Estado e da Administração Pública.

Este não é um Orçamento da Aliança Democrática ou dos partidos que a compõem;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É do PS! É verdade, é do PS!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — ... é também um Orçamento dos portugueses que, através dele, serão resolvidos vários dos seus problemas.

Este é um Orçamento que dá resposta a anseios que são justos: dos professores, que recuperam tempo de serviço; dos polícias, dos guardas e dos militares, que terão os maiores aumentos combinados em democracia;...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — ... dos profissionais de saúde e dos doentes abrangidos em planos de emergência e combate a listas de espera; dos jovens, que queremos cá e não fora; dos idosos com menos recursos, cujas pensões e complementos aumentam; dos antigos combatentes, que terão medicamentos comparticipados a 100 %;...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — ... das famílias e das empresas, desagradadas em impostos e encargos; e muitos outros que neste Orçamento não encontram discursos nem promessas — encontram medidas e encontram respostas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Este é também um Orçamento da paz social, e compreende-se porque recuperou a confiança das pessoas. Enquanto debatemos, os professores já não estão tanto nas ruas a protestar, mas nas escolas a ensinar.

*Protestos do PS.*



Os polícias já não estão mobilizados a contestar, mas sim concentrados em proteger. Os profissionais de saúde não são empurrados para tantas greves, mas apostados em salvar o Serviço Nacional de Saúde, por verem meios onde antes só lhes entregavam ideologia. E as Forças Armadas já somam mais candidatos do que saídas, o que, depois de oito anos consecutivos de perdas, é realmente um bom sinal.

Este Orçamento é também tributário de uma revalorização da concertação social. Vários dos princípios do recente e amplo acordo entre parceiros sociais recebem acolhimento e consequência no documento orçamental.

Para quem sempre defendeu, como nós, a negociação social, passo a passo, e mais progresso, e não a lógica da luta de classes, este Orçamento vai, de facto, no bom caminho.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, este Orçamento cria mais condições de investimento para as empresas, mais níveis de justiça social e fiscal, e preserva as finanças públicas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — É simultaneamente um estabilizador social e um indutor de confiança económica. Aliás, é a primeira vez em muito tempo que se consegue em simultâneo um superávite, uma redução da dívida, uma baixa de impostos e uma contenção de despesa no PIB, excluindo a despesa do PRR, que é excepcional.

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Porque haveria, então, o Orçamento de ser recusado se é positivo?

Este Orçamento significará também mais PRR executado e, sejamos claros, o PRR tem fundos para a economia portuguesa com uma natureza excepcional. O calendário da execução é excepcional até ao fim de 2026. Há uma consequência excepcional no seu imperativo: o dinheiro que não executarmos é dinheiro que perderemos e devolveremos a Bruxelas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Portugal não é um país rico. Sendo o interesse nacional tão evidente, estando o Governo, que não recebeu em bom estado a execução, empenhado em desburocratizar, agilizar, decidir, que sentido faria que Portugal, com dois anos para executar o PRR, pudesse perder um ano por falta de Orçamento?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — O que diriam os autarcas? O que diriam as instituições? O que diriam as empresas? O que diriam os trabalhadores? O que diriam os defensores da transição energética? O que diriam os apoiantes da digitalização de um Estado, que é pesado e é burocrático?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Que sentido faria então esta Assembleia recusar um Orçamento que viabiliza o PRR?

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a credibilidade de um Orçamento também se mede pelas instituições que lhe dão crédito nas previsões, nos meios e nos objetivos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — O Orçamento para 2025 seguiu as regras orçamentais da União Europeia. É outro ponto importante para a sua aprovação. Mas, dito isto, o Orçamento para 2025 também é favoravelmente avaliado em pontos fundamentais do parecer da UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orçamental), que esta Casa bem conhece.

E gostava de sublinhar alguns pontos das conclusões do UTAO, pela sua importância sistémica. Cito: «As projeções [...] dão conta de uma situação de equilíbrio orçamental.» Cito: «As previsões da evolução do saldo estrutural até 2028 permitem o cumprimento da cláusula de salvaguarda da resiliência do défice.»

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Cito: «Conclui-se que a trajetória projetada pelo Ministro das Finanças até 2028 será suficiente para cumprir todos os critérios em todos os cenários.» Não é o Governo que o diz; são os avaliadores externos e internos que o dizem. As conclusões são eloquentes e não deixam muita margem para obstruções sistemáticas ao projeto do Orçamento.

Não houve, no debate, crítica que invalidasse o facto de o Orçamento ser tecnicamente confiável e politicamente robusto, e essa é uma nota igualmente fundamental.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Ao citar a Comissão Europeia e a UTAO, que neste debate não foram desmentidas, apelo à racionalidade da aprovação do Orçamento na generalidade e, mais à frente, na especialidade. Votar contra, só para se ser do contra, é um contrassenso que não serve o interesse nacional.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem dito!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, dito isto, não há como deixar de registar um facto insólito: em democracia, este deve ter sido o Orçamento pelo qual mais se teve de lutar para tentar reduzir impostos.

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Quase escapa à racionalidade. Assistimos a uma espécie de oposicionismo patológico e compulsivo.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Sobre isto, gostava de dizer o seguinte: em relação às forças políticas da esquerda mais à esquerda, diria que não existem surpresas. É normal que aqueles que defendem sempre mais Estado e mais impostos para o alimentar rejeitem as propostas daqueles que, como nós, defendem melhor Estado e menos impostos e devolvem mais rendimentos às famílias e às empresas, para mais criação de empregos, mais inovação, mais crescimento e, por essa via, melhor receita para o erário público.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — É uma questão de modelo económico.

Ainda assim, ponderado que, onde governou, essa esquerda mais à esquerda conseguiu pouco mais do que a multiplicação da pobreza e a supressão das liberdades,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Bolas...!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — ... temos motivo para preservar a fé nas virtudes do nosso modelo de economia de mercado com preocupações sociais.

Já em relação àqueles que dizem que foi pouco, que a redução de impostos é curta, mesmo sabendo que este é o Orçamento de compromisso possível num cenário de maioria relativa, a pergunta que se tem de fazer é outra. Para um suposto pensamento liberal, o primeiro Orçamento de sempre que, em simultâneo, traz

*superavit*, redução da dívida pública, não cria novos impostos e reduz a carga fiscal no PIB, baixando o IRS e o IRC, vai no sentido certo ou vai no sentido errado?

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**Vozes do CH:** — Errado!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional:** — Eu diria que vai no sentido certo.

Nessa medida, ficcionar um pretexto, dizer-se que é pouco e anunciar um voto contra não faz realmente sentido, pelo que haverá certamente uma outra razão qualquer.

Já em relação ao populismo do Chega, para ser simpático,...

*Protestos do CH.*

Já em relação...

*Continuação de protestos do CH.*

Já em relação ao populismo do Chega, para ser simpático, o processo orçamental foi abundante...

*Continuação de protestos do CH.*

Esta também é uma diferença entre os democratas e os que só o são nos discursos: não escutam!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso é que estão com 1 %!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — És uma vergonha!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional:** — É outra diferença fundamental! É por isso que os combatemos, é porque somos mesmo democratas. É porque somos mesmo democratas!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não conseguem ouvir!

O Sr. **Presidente:** — Sr. Ministro, peço o favor de continuar. Srs. Deputados, peço o favor de deixarem que continue.

*Protestos do CH.*

Srs. Deputados... Sr. Ministro, peço o favor de continuar.

*Continuação de protestos do CH.*

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional:** — Bem, suponho que perceberam que estamos na Assembleia da República.

*Continuação de protestos do CH.*

O Sr. **Presidente:** — Sr. Ministro, peço também que não entre em diálogo.

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Eu não, Sr. Presidente, mas gostava de ter condições para acabar a minha intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Eu darei as condições.

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Posso continuar?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pode!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Olivença é nossa!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Muito obrigado.

Já em relação ao populismo do Chega, o processo orçamental foi abundante em inconstâncias sistemáticas, mudanças de opinião a um ritmo alucinante e uma manifesta falta de uma linha sustentável e compreensível do que querem em política económica, diria até, a par de todas as outras.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso é que estão só com 1 %!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Volta, Chicão!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — No fim do dia, fica uma clamorosa contradição: o Chega vota contra o Orçamento que mais melhora as condições remuneratórias das forças de segurança e das Forças Armadas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH.*

Repito, o Chega vota contra o Orçamento que mais melhora as condições remuneratórias das forças de segurança e das Forças Armadas. E porque é que vota contra? Porque, na verdade, nunca teve intenção de votar a favor, é só por isso.

*Protestos do CH.*

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vão a votos sozinhos!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — E, no final, tudo somado, não sobra uma convicção. Não sobra uma convicção!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Têm 1 %!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Para o que importa, por vontade do Chega, que votará contra, os polícias ficavam pior, os guardas ficavam pior, os militares ficavam pior, pelo que, Sr. Deputado, quem trai os polícias e as forças de segurança é quem vota contra, para que no dia seguinte eles fiquem pior.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vão a votos sozinhos!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Que cada um medite nessa atitude, na atitude daqueles que falam, que manipulam emoções e que, no dia seguinte, votam no exato sentido contrário daquilo que falam.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tentem ir a votos sozinhos!

**Vozes do CH:** — Somos 50!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, este Orçamento não divide portugueses, não pretende vencimento virando uns contra os outros; soma portugueses num esforço sem precedentes de justiça social.

Este Orçamento não agrava problemas; resolve-os, no começo de um Governo empenhado em decidir e em reformar.

*Protestos do CH.*

Este Orçamento não é de um ciclo de austeridade, mas sim de uma etapa de crescimento, finanças em melhoria e maior incentivo à liberdade de iniciativa.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, há um tempo para discutir e há um tempo para decidir. Mas, aqui chegados, nenhum Deputado poderá dizer que desconhece que as medidas propostas melhoram a vidas das pessoas, de muitas categorias socioprofissionais, e alivia-lhes o esforço, depois de tempos muito difíceis.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Populista!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional:** — Exatamente por isso, o voto contra o Orçamento não será um voto contra a AD, o PSD ou o CDS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É contra o socialismo!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional:** — Será, sim, um voto contra as expectativas dos professores, dos polícias, dos guardas, dos militares, dos antigos combatentes, dos profissionais de saúde, dos utentes do Serviço Nacional de Saúde, dos jovens, das famílias, dos empresários e de muitos e muitos mais a favor da estabilidade, como todos os estudos demonstram.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tem de ir a votos sozinhos! Têm de tentar!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Governo fez tudo o que lhe competia: respeitou as oposições, esteve aberto a negociações, prestou todas as informações e, ponderado o cenário de maioria relativa, deu a oportunidade de os outros partidos tentarem influenciar construtivamente o rumo de Portugal, através de propostas, desde que num ambiente de boa-fé.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o que vamos fazer com boa-fé!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional:** — Mais não se lhe poderia pedir.

Por isso, foi possível chegar não a um acordo, mas a um patamar de aproximação mínimo em que o principal partido da oposição anunciou a abstenção no Orçamento do Estado.

*Protestos do CH.*

Seria absolutamente incompreensível que, após uma viabilização na generalidade, o País assistisse, na especialidade, a uma espécie de conluio das oposições para virar o Orçamento do avesso ou tirar-lhe medidas essenciais para a confiança e o crescimento.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

*Protestos do PS.*

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — O Governo cedeu bastante, cedeu muito para termos uma perspetiva de estabilidade. Seria muito estranho ver destruir na especialidade o que se construiu na generalidade.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Fiel ao princípio da boa-fé, o Governo manterá as suas propostas, que representam concessões em nome da estabilidade. Esperamos do principal partido da oposição nada menos do que a mesma ética de responsabilidade.

Agora, na especialidade e na votação final global, a coerência de um sentido de voto pela estabilidade é a mesma. E, sendo um Orçamento que merece a confiança dos portugueses, deve realmente merecer a confiança da Assembleia da República — deve merecê-la pelos portugueses, deve merecê-la por Portugal e deve merecê-la, principalmente, por aqueles que realmente se preocupam com uns e se preocupam com outros.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.*

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — É Halloween!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado André Ventura está a pedir a palavra. É para uma interpelação à Mesa?

**Vozes do PSD**: — Oh!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É mesmo para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, sendo uma interpelação à Mesa, é uma figura regimental. Faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, agradeço-lhe, é mesmo uma interpelação à Mesa, porque o Deputado Hugo Soares invocou algo que nos parece fundamental neste debate: disse que o Chega teria mentido sobre o subsídio de funeral.

Eu tenho aqui o documento — e o Sr. Deputado Hugo Soares poderá ler com mais atenção — do *site* da Segurança Social, portanto é do *site* do Governo, que refere que o subsídio de funeral das crianças que acabam de falecer é equiparado a quem nunca descontou na vida.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não foi isso que disse!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vou pedir, Sr. Presidente, a distribuição deste documento ao Sr. Deputado Hugo Soares, ao Sr. Primeiro-Ministro e a todos os membros do Governo.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — A Mesa fará a respetiva distribuição.

O Sr. Deputado Hugo Soares também está a pedir a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sim, no mesmo sentido, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, para distribuição de um documento. E o documento que a bancada do Grupo Parlamentar do PSD pede para distribuir é o mesmo que o Sr. Deputado André Ventura apresentou, por uma razão: no melhor pano cai a nódoa, e nada daquilo que aqui agora disse o Deputado André Ventura foi o que eu disse da tribuna.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH e contraprotestos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, tantas vezes falamos em alterações à disciplina de Cidadania que talvez fosse bom nós darmos aulas práticas que constassem do currículo das escolas, vindo aqui à Assembleia da República e vendo, em termos de aulas práticas, o que se deve ou não deve fazer quando estão em causa situações desta natureza. Isto não tem a ver com as interpelações, que foram muito pertinentes e esclarecedoras, como é óbvio.

*Aplausos de Deputados do PSD e de Deputados do PS.*

Srs. Deputados, passamos ao período de votações e peço aos serviços que abram o sistema para fazermos o respetivo registo e a verificação de quórum, a começar por mim próprio.

*Pausa.*

Já está aberto o sistema para verificação de quórum.

Se houver algum Sr. Deputado que não tenha conseguido registar-se, peço que me indique, para que não o faça, depois, a meio de uma votação, pois há sempre qualquer coisa que perturba, ainda que involuntariamente, o período de votações.

Peço a atenção de todos os Srs. Deputados. Penso que não estará ninguém em trânsito.

O Sr. Secretário vai indicar quem está a acompanhar os nossos trabalhos remotamente. Assim, esta questão fica já esclarecida.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, informo a Câmara que está a participar nos nossos trabalhos por videoconferência o Sr. Deputado Carlos Pereira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Presidente**: — Fechando-se o sistema de verificação de quórum, anuncio que estão presentes 228 Srs. Deputados. Portanto, tendo quórum para podermos passar às votações, pedia atenção, serenidade e calma, para que não haja dúvidas.

*Pausa.*

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Pedro, vota contra!

O Sr. **Presidente**: — Afinal, estão presentes 229 Srs. Deputados. Houve essa indicação, e os serviços farão o respetivo registo. Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto, fica assinalado no sistema em como está presente.

Srs. Deputados, vamos começar por votar, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 8/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova as Grandes Opções para 2024-2028.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP, os votos contra do CH, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PS...*

**Vozes do CH**: — Ah!...

O Sr. **Presidente**: — ... e da IL.

Srs. Deputados, tenho de ter condições audíveis para indicar à Câmara o resultado das votações. Se não tiver condições, não me importo, como digo sempre: fico aqui caladinho e, enquanto não estiverem todos calados, não faço a proclamação dos votos.

*Protestos do Deputado do CH Nuno Gabriel.*

É, Sr. Deputado, é. Eu vi o gesto que fez em relação a mim. Portanto, é.

Vou repetir o resultado da votação relativa à Proposta de Lei n.º 8/XVI/1.ª (GOV) — Aprova as Grandes Opções para 2024-2028.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP, os votos contra do CH, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PS e da IL.*

Esta iniciativa baixa à 5.ª Comissão.

Seguimos com a votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 26/XVI/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2025.

*Submetida à votação, foi aprovada com os votos a favor do PSD e do CDS-PP, os votos contra do CH, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e a abstenção do PS.*

Baixa à 5.ª Comissão.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.*

O Sr. **Miguel Iglésias** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Miguel Iglésias** (PS): — Para informar de uma declaração de voto.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Miguel Iglésias.

O Sr. **Miguel Iglésias** (PS): — Para dar nota de que eu e a minha colega Sofia Canha — ambos eleitos pela Madeira — iremos apresentar uma declaração de voto por escrito.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Francisco César.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Sr. Presidente, é para anunciar que eu e o meu colega Sérgio Ávila, iremos apresentar uma declaração de voto sobre este documento.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Não havendo mais anúncios de declarações de voto, despedimo-nos dos Membros do Governo, a quem aproveito para desejar um bom fim de semana.

Como os próximos votos são votos de pesar, aguardo que os Membros do Governo saiam, para não perturbar esse momento solene no Parlamento.

*Pausa.*

Passamos, então, ao Projeto de Voto n.º 404/XVI/1.ª (apresentado pelo PCP e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pelo falecimento do jornalista Emídio Fernando.



Informo que a família está presente na galeria e dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Secretária Germana Rocha, para fazer a leitura do projeto de voto. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária** (Germana Rocha): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o projeto de voto tem o seguinte teor:

«Emídio Fernando, antigo jornalista da *TSF*, morreu no dia 16 de outubro, em Alpiarça, vítima de doença.

Historiador, autor e jornalista nasceu a 12 de outubro de 1965, em Seles, Angola.

Estudou em Angola, Moscovo e Lisboa, tendo concluído um mestrado de História no ISCTE.

O jornalismo foi o seu trabalho e a reportagem a sua paixão, destacando-se como grande repórter na *TSF*. Venceu duas vezes o Prémio Gazeta. Em 1993, na categoria Revelação com uma reportagem na Bósnia, *As Altas Montanhas da Morte*, e, de novo, em 1994, com a reportagem de rádio *Os Últimos Dias da UNITA no Huambo*, durante a guerra civil em Angola.

Foi ainda repórter de guerra no Afeganistão, Iraque e Bósnia. Foi nomeado em 1994 e 1996, jornalista africano do ano na diáspora.

Emídio Fernando foi Diretor do jornal *Tal&Qual* e fundador do *24 Horas*. Em Angola, fundou o jornal *Nova Gazeta*, do qual foi editor executivo, e dirigiu a *Rádio Essencial*.

Escreveu livros como *Jonas Savimbi — No Lado Errado da História*, *O Último Adeus Português* e, em coautoria, *Noites de Lisboa*, tendo ainda colaborado em *Dias de Bagdad* e *Curtas Letragens*.

São reconhecidas as suas qualidades de coragem, cultura, humor e humanismo presente até nos cenários mais difíceis e guerras que enlutaram o final do século XX e início do XXI.

A Assembleia da República, reunida em plenário, manifesta o seu pesar pelo falecimento do jornalista Emídio Fernando e expressa sinceras condolências aos seus familiares e amigos.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

Prosseguimos com o Projeto de Voto n.º 422/XV1/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento da etnomusicóloga Anne Caufriez.

Peço à Sr.<sup>a</sup> Secretária Joana Lima o favor de ler.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária** (Joana Lima): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Morreu em Bruxelas, aos 79 anos, a etnomusicóloga Anne Caufriez, que dedicou uma parte importante da sua vida ao estudo da música tradicional portuguesa, tendo publicado várias obras que permanecerão uma referência extensa e incontornável, entre livros, álbuns de recolhas, artigos e conferências sobre várias regiões de Portugal, que fazem de si merecedora do reconhecimento e da homenagem da Assembleia da República.

Anne Caufriez nasceu em La Bouverie, na Bélgica, em 1945. Estudou História da Arte e Musicologia na Universidade Livre de Bruxelas, fez o pós-doutoramento na Universidade de Lovaina e foi agregada da Sorbonne, em Paris. Foi também conservadora do Departamento de Instrumentos Populares e não Europeus de Bruxelas.

Tinha uma enorme paixão por Portugal, onde passou vários anos e que visitava regularmente para desenvolver o seu trabalho, que iniciou em 1967, quando conheceu o etnomusicólogo corso Michel Giacommetti, conhecido pelo seu trabalho de recolhas pelos campos do País, com a colaboração de Fernando Lopes-Graça, e pela série documental *Povo que canta*, realizada por Alfredo Tropa.

Caufriez fez investigação e trabalho de campo em Trás-os-Montes, no Minho e na Madeira, abordando temas tão distintos como a música de Porto Santo, as polifonias das mulheres de Soajo, em Arcos de Valdevez, e de São João do Campo, em Terras de Bouro.

Para além de obras como *Trás-os-Montes: Canções do trigo e gaitas-de-fole de pastor*, *A canção do pão: Trás-os-Montes, investigações sobre o romanceiro* ou da monografia sobre a música vocal mirandesa, concluiu recentemente uma importante obra sobre o fundador dos Arquivos Sonoros Portugueses, Michel Giacommetti.

Assim, reunida em plenário, a Assembleia da República expressa o seu profundo agradecimento e reconhecimento pelo extraordinário trabalho realizado por Anne Caufriez no campo da música tradicional portuguesa, endereçando aos seus familiares e amigos as mais sentidas condolências.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos então agora votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

Passamos ao Projeto de Voto n.º 427/XVI/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pelas vítimas da DANA, em Espanha, que o Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira fará o favor de ler.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Na madrugada de terça-feira, 29 de outubro, o leste de Espanha foi assolado por um fenómeno meteorológico extremo, caracterizado por intensa precipitação. Em algumas localidades, registaram-se, num período de poucas horas, valores de pluviosidade semelhantes aos que se verificam num ano inteiro.

A DANA (depressão isolada em níveis altos), ou gota fria, causou inundações significativas em diversos pontos do território espanhol, sobretudo na Comunidade Valenciana e em Castela-Mancha. Perderam-se inúmeras vidas humanas. Há ainda um elevado número de pessoas feridas e isoladas, além dos terríveis prejuízos materiais e económicos.

A Assembleia da República, reunida em plenário, manifesta o seu pesar por esta situação calamitosa e lamenta profundamente todos os danos pessoais e patrimoniais. Reitera também a sua proximidade com o povo espanhol, que tem estado ao lado do nosso País em situações similares, como sucedeu recentemente, aquando dos incêndios de setembro deste ano.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar de seguida a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, na sequência das votações a que acabámos de proceder, vamos guardar 1 minuto de silêncio.

*A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.*

Vamos continuar com as nossas votações.

Passamos ao Projeto de Resolução n.º 420/XVI/1.<sup>a</sup> (PAR) — Deslocação do Presidente da República ao Equador.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Seguidamente, votamos o Projeto de Resolução n.º 429/XVI/1.<sup>a</sup> (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão Estratégica e Financeira e à Tutela Política da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 396/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que desbloqueie as verbas necessárias para a requalificação da Escola Básica 2/3 de Azeitão.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, do BE e do PAN, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções da IL, do PCP e do L.*

Baixa à 8.ª Comissão.

Temos ainda a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 427/XVI/1.ª (PCP) — Requalificação da Escola Básica de 2.º e 3.º ciclos de Azeitão.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e os votos contra do PSD e do CDS-PP.*

Baixa à 8.ª Comissão.

A Sr.ª Deputada Sonia dos Reis, do PSD, pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Sonia dos Reis** (PSD): — Sr. Presidente, para informar a Mesa que iremos entregar uma declaração de voto escrita, relativamente a estas duas votações.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 301/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que ratifique o Tratado do Alto-Mar.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN e a abstenção do CH.*

Votamos agora o Projeto de Deliberação n.º 12/XVI/1.ª (L) — Sessão evocativa dos 50 anos da universalização do direito das mulheres ao voto em Portugal.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

De seguida, vamos votar, em votação final global, o texto final apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 243/XVI/1.ª (L) — Em solidariedade com as mulheres do Irão na luta pela liberdade, 297/XVI/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que defenda, junto do Irão e da comunidade internacional, os direitos das mulheres iranianas e 384/XVI/1.ª (BE) — Apoio às mulheres do Irão e à sua luta pela liberdade.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

A Sr.ª Deputada Paula Santos pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, para anunciar que apresentaremos uma declaração de voto, relativamente às duas votações anteriores.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Passamos à votação final global do texto final apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 255/XVI/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que condene a aprovação pelo Afeganistão da lei sobre propagação da virtude e prevenção do vício e o *apartheid* de género em curso naquele país contra meninas, raparigas e mulheres, 275/XVI/1.ª (IL) — Para que o Governo inste perante o Tribunal Penal Internacional que as medidas declaradas pelo regime talibã contra as mulheres afegãs sejam consideradas «crime contra a humanidade», 286/XVI/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que denuncie junto do Tribunal Penal Internacional o silenciamento da voz das mulheres e raparigas afegãs e 296/XVI/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que denuncie ao Tribunal Penal Internacional como crime contra a humanidade o ataque aos direitos das mulheres no Afeganistão.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Segue-se a votação final global do texto final apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 244/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que tome todas as medidas para defender a democracia e o Estado de direito na República Bolivariana da Venezuela, 312/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo que continue a empreender todos os esforços necessários para garantir a segurança da comunidade portuguesa residente na Venezuela, que continue a acompanhar de perto a situação política no país, que desenvolva a necessária atividade diplomática na defesa da transparência democrática e na garantia da integridade do resultado eleitoral que resultou da escolha do povo venezuelano, não reconheça, neste contexto, Nicolas Maduro como vencedor das eleições presidenciais, defenda, juntamente com a União Europeia e a comunidade internacional, o fim das violações de direitos humanos e da perseguição política na Venezuela, 359/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Pelo respeito da vontade do povo venezuelano e dos seus direitos, liberdades e garantias e 369/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Em apoio à luta pela democracia e pela integridade eleitoral na Venezuela.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, do CH, da IL, do BE, do L, do CDS-PP e do PAN e votos contra do PCP.*

Estão concluídos os nossos trabalhos de hoje.

Da ordem do dia da nossa próxima sessão, no dia 22 de novembro, às 10 horas, consta o debate, na especialidade, das Proposta de Lei n.ºs 8/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova as Grandes Opções para 2024-2028, e 26/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2025.

Muito obrigado, bom fim de semana.

Está, assim, encerrada a sessão.

*Eram 17 horas e 53 minutos.*

---

#### *Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação*

*Relativa à Proposta de Lei n.º 26/XVI/1.<sup>a</sup>:*

Os deputados do Partido Socialista eleitos pela Região Autónoma dos Açores e pela Região Autónoma da Madeira votaram na generalidade através da abstenção, associando-se à decisão partidária, que subscrevem, de viabilização do documento, e atendendo aos riscos, impasses, instabilidade e paralisação que podiam resultar da sua não-aprovação, que trariam prejuízos graves ao País e certamente aos Açores e à Madeira.

Essa sua posição, tal como o PS tem salientado, não dispensa a sua discordância com o Orçamento e a sua firme oposição às políticas previsíveis e em curso do governo da direita.

No que toca aos interesses dos Açores e da Madeira, os deputados socialistas abaixo-assinados reiteram a má qualidade da proposta orçamental, a insatisfação ou ignorância manifestadas de compromissos assumidos anteriormente e de prioridades inadiáveis. Pior seria, porém, que nem o pouco que se encontra previsto pudesse encontrar razão, pelo governo, para não ser executado.

Foi com base em todos esses considerandos que os deputados socialistas açorianos e madeirenses não votaram contra, conforme podia ser admitido, a proposta de Orçamento do Estado apresentada pelo Governo e iremos agora trabalhar em especialidade para melhorar as medidas para as nossas regiões.

As Deputadas e os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista — *Francisco César — Miguel Iglésias — Sérgio Ávila — Sofia Canha.*

---

**Nota:** As declarações de voto anunciadas pela Deputada do PSD Sonia dos Reis e pela Deputada do PCP Paula Santos não foram entregues no prazo previsto no n.º 4 do [artigo 87.º](#) do Regimento da Assembleia da República.

---

Relativa ao Projeto de Lei n.º [220/XVII/1.ª](#) [votado na reunião plenária de 11 de outubro de 2024 — DAR I Série n.º [48](#) (2024-10-12)]:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou a favor da presente iniciativa por considerar que é um contributo positivo para a melhoria da situação de uma parte dos imigrantes no nosso País, na medida em que permite a regularização daqueles que, estando já a viver e a trabalhar em Portugal, tenham efetuado descontos para a Segurança Social pelo período de 12 meses. Tratando-se de uma alteração legislativa — ainda que a título de norma transitória — que pode corrigir esta injustiça, sempre mereceria a nossa concordância.

No entanto, não pode deixar de ser enfatizado que, para este Grupo Parlamentar, a solução devia ter caráter duradouro, reintroduzindo o mecanismo das manifestações de interesse abolido por este Governo. Com efeito, o procedimento de manifestação de interesse era a única forma que os imigrantes que já se encontram a viver e a trabalhar em território nacional tinham para poder regularizar a sua situação. A extinção deste procedimento constituiu um regresso ao passado e um retrocesso humanista, pois vai contribuir — e muito — para o aumento do trabalho sem direitos e para a exploração destas pessoas e, simultaneamente, para alimentar redes de tráfico de seres humanos. Os imigrantes vão continuar a chegar ao nosso País em busca de trabalho e de uma vida melhor e é necessário que o Estado lhes garanta a possibilidade de regularização. Nesse sentido, apenas uma medida de caráter duradouro pode responder adequadamente a este problema.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda.

[Recebida na Divisão de Redação a 28 de outubro de 2024.]

---

Relativa ao Projeto de Lei n.º [307/XV3I/1.ª](#) [votado na reunião plenária de 18 de outubro de 2024 — DAR I Série n.º [52](#) (2024-10-19)]:

O PCP não pode acompanhar os Projetos de Lei do Livre e do PAN por estes procurarem estabelecer «o direito à profissionalização e ao trabalho» aos reformados que trabalharam uma vida inteira, constituindo um retrocesso, estando subjacente o aumento da idade da reforma.

Assim, omite-se a realidade nacional e a importante conquista, que deve ser defendida, que é o direito à reforma e a uma pensão digna para assegurar a independência económica dos que passam a reformados, assente na solidariedade intergeracional dos trabalhadores do sistema público de segurança social, condição primeira para se cumprir os direitos enunciados.

A Deputada — Paula Santos.

[Recebida na Divisão de Redação a 28 de outubro de 2024.]

---

*Relativa ao Projeto de Resolução n.º 379/XVI/1.<sup>a</sup> [votado na reunião plenária de 25 de outubro de 2024 — DAR I Série n.º 55 (2024-10-26)]:*

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda absteve-se no Projeto de Resolução n.º 379/XVI/1.<sup>a</sup>, por, não obstante a clara posição do Bloco de Esquerda de condenação da invasão russa, não podermos, de forma alguma, acompanhar recomendações que visam a escalada militar e não a paz.

No projeto de resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal constam pontos que merecem a concordância do Bloco de Esquerda, por exemplo, os do apoio à soberania, independência e integridade territorial da Ucrânia ou o empenho de Portugal nos esforços de reconstrução da Ucrânia.

No entanto, outros pontos não podem merecer outra posição que não seja a oposição do Bloco de Esquerda, por serem um claro apelo à escalada militar e à intensificação da guerra.

Há outros pontos ainda que também não merecem apoio do Bloco de Esquerda, seja pela sua desnecessidade seja pela sua inespecificidade. O Grupo Parlamentar da IL propõe um tribunal especial para julgar crimes de guerra cometidos pela Federação Russa quando a justiça internacional já dispõe de tribunais, como o TPI (Tribunal Penal Internacional), para julgar tais crimes.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda.

[Recebida na Divisão de Redação a 31 de outubro de 2024.]

*Relativa ao Projeto de Lei n.º 329/XVII/1.<sup>a</sup> [votado na reunião plenária de 25 de outubro de 2024 — DAR I Série n.º 55 (2024-10-26)]:*

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou a favor do [Projeto de Lei n.º 329/XVII/1.<sup>a</sup>](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que pretende a isenção de custas processuais aos profissionais da escola pública e do Serviço Nacional de Saúde, cuja votação ocorreu na sessão plenária de 25 de outubro de 2024.

A iniciativa em questão preconiza o aditamento de uma alínea cc) ao n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento das Custas Processuais, no sentido de os «profissionais da Escola Pública e do Serviço Nacional de Saúde» passarem a estar isentos de custas «em processo penal por ofensa sofrida no exercício das suas funções, ou por causa delas».

Paralelamente, o XXIV Governo Constitucional apresentou, à Assembleia da República, a [Proposta de Lei 27/XVII/1](#) que altera o Código Penal e o Regulamento de Custas Processuais, no sentido de reforçar o quadro penal relativo a crimes de agressão contra forças de segurança e outros agentes de serviço público, que deu entrada na Assembleia da República no dia 10 de outubro de 2024.

Assim, a Proposta de Lei do Governo complementa o Projeto de Lei apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, abrangendo não só os profissionais nas áreas da educação e da saúde, mas também os agentes das forças e dos serviços de segurança e de guarda prisional, os bombeiros e os outros agentes da proteção civil, os profissionais que desempenhem funções de inspeção e de atendimento ao público na Autoridade Tributária e Aduaneira.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta um compromisso firme com a responsabilidade fiscal e com a sustentabilidade das contas públicas. Este compromisso traduz-se numa abordagem rigorosa e criteriosa ao apoio de iniciativas que envolvam despesa pública, garantindo que qualquer investimento ou medida que implique custos para o Estado seja sustentada por previsões financeiras responsáveis e sustentáveis a longo prazo.

O Projeto de Lei n.º 329/XVII/1.<sup>a</sup>, ao visar a isenção de custas processuais, implica custos orçamentais, contudo, a decisão de votar a favor desta iniciativa foi baseada e analisada no facto de o Governo ter, também, assumido a responsabilidade pela acomodação desta despesa na proposta de lei apresentada.

Portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pressupõe que o Governo, ao apresentar a Proposta de Lei n.º 27/XVI/1, calculou já os potenciais impactos financeiros da isenção das custas processuais abrangendo não só os profissionais nas áreas da educação e da saúde mas também os agentes das forças e dos serviços de segurança e de guarda prisional, os bombeiros e os outros agentes da proteção civil, os profissionais que desempenhem funções de inspeção e de atendimento ao público na Autoridade Tributária e Aduaneira, pelo que considera responsável a votação favorável do projeto de lei apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Face ao exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que o Projeto de Lei n.º 329/XVI/1.<sup>a</sup> é uma iniciativa fundamental para assegurar um ambiente de trabalho seguro para aqueles que contribuem diretamente para o bem-estar e o desenvolvimento de toda a sociedade.

As Deputadas e os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista — *Alexandra Leitão — Ana Abrunhosa — Ana Mendes Godinho — Ana Bernardo — Ana Sofia Antunes — André Pinotes Batista — André Rijo — António Mendonça Mendes — Carlos Brás — Carlos Pereira — Carlos Silva — Clarisse Campos — Cláudia Santos — Davide Amado — Edite Estrela — Eduardo Pinheiro — Elza Pais — Eurico Brilhante Dias — Eurídice Pereira — Fátima Correia Pinto — Fernando José — Fernando Medina — Filipe Neto Brandão — Francisco César — Gilberto Anjos — Hugo Costa — Hugo Oliveira — Irene Costa — Isabel Alves Moreira — Isabel Ferreira — Isabel Oneto — Jamila Madeira — Joana Lima — João Azevedo — João Paulo Correia — João Paulo Rebelo — João Torres — Jorge Botelho — José Carlos Barbosa — José Costa — José Luís Carneiro — José Rui Cruz — Lia Ferreira — Luis Dias — Luís Graça — Manuel Pizarro — Mara Lagriminha Coelho — Marcos Perestrello — Maria Begonha — Mariana Vieira da Silva — Marina Gonçalves — Miguel Cabrita — Miguel Matos — Miguel Iglésias — Nelson Brito — Nuno Fazenda — Palmira Maciel — Patrícia Caixinha — Patrícia Faro — Paulo Pisco — Pedro Coimbra — Pedro Delgado Alves — Pedro Nuno Santos — Pedro Sousa — Pedro Vaz — Raquel Ferreira — Ricardo Costa — Ricardo Lima — Ricardo Lino — Ricardo Pinheiro — Rosário Gambôa — Sérgio Ávila — Sérgio Sousa Pinto — Sofia Andrade — Sofia Canha — Susana Correia — Tiago Barbosa Ribeiro — Walter Chicharro.*

[Recebida na Divisão de Redação a 31 de outubro de 2024.]

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 262/XVI/1.<sup>a</sup> [votado na reunião plenária de 20 de setembro de 2024 — DAR I Série n.º 39 (2024-09-21)]:

O Projeto de Resolução n.º 22/XVI/1.<sup>a</sup> do PAN que *Recomenda ao Governo que altere o Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril, por forma a assegurar atribuição de prioridade na matrícula na educação pré-escolar, no ensino básico e no ensino secundário, às crianças e jovens com irmãos a frequentarem o agrupamento de escolas pretendido*, propunha a alteração do Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril, por forma a assegurar atribuição de prioridade na matrícula ou renovação de matrícula, na educação pré-escolar, no ensino básico e no ensino secundário, às crianças e jovens com irmãos ou com outras crianças e jovens, que comprovadamente pertençam ao mesmo agregado familiar, a frequentarem o agrupamento de escolas onde se insere o estabelecimento de educação e de ensino pretendido.

O PCP considera que o proposto pelo PAN parte de um princípio justo, de poder agilizar toda a organização das famílias, contudo a alteração de prioridades nas matrículas deve ser realizada pesando também as consequências dessa alteração. Neste caso, e pensando na educação pré-escolar, a alteração proposta, de se considerar na prioridade, no caso de irmão, agrupamento de escolas e não estabelecimento de educação pode levar a que muitas crianças beneficiárias de ASE (Ação Social Escolar) acabem por ficar sem vaga.

Pensamos que esta proposta fará todo o sentido nas situações em que a rede pública de educação pré-escolar se encontra completamente garantida, mas isso hoje não é uma realidade. Torna-se assim cada vez mais clara e necessária a proposta do PCP, de garantia da universalidade da educação pré-escolar e a sua gratuitidade através do alargamento da rede pública.

Foram estas as razões para a abstenção do PCP.

A Deputada — *Paula Santos*.

[Recebida na Divisão de Redação a 31 de outubro de 2024.]

\_\_\_\_\_

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.